



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS — ICSA
DEPARTAMENTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL — DESSO**

BEATRIZ BICALHO RODRIGUES

**A Política de Assistência Social de Mariana: condições estruturais, ético-políticas e
trabalhistas dos CRAS e CREAS, entre 2018 e 2023**

MARIANA - MG

2024

BEATRIZ BICALHO RODRIGUES

**A Política de Assistência Social de Mariana: condições estruturais, ético-políticas e
trabalhistas dos CRAS e CREAS, entre 2018 e 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Graduação em Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto - UFOP, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro

Mariana-MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696p Rodrigues, Beatriz Bicalho.
A Política de Assistência Social de Mariana [manuscrito]: condições estruturais, ético-políticas e trabalhistas dos CRAS e CREAS, entre 2018 e 2023. / Beatriz Bicalho Rodrigues. - 2024.
108 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social - Mariana (MG). 2. Assistência social - Organização - Mariana (MG). 3. Capitalismo. 4. Serviço social. 5. Trabalho.
I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Beatriz Bicalho Rodrigues

A Política de Assistência Social de Mariana: condições estruturais, ético-políticas e trabalhistas dos CRAS e CREAS, entre 2018 e 2023.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 15 de outubro de 2024

Membros da banca

[Doutor] - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Marlon Garcia da Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Bacharel] - Elaine de Souza Nascimento - (Prefeitura Municipal de Mariana)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 17/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/10/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0796772** e o código CRC **FDC7726B**.

Agradecimentos

Um agradecimento curto em palavras, porém infinito em sentimentos, a todos que amo e que fizeram parte dessa jornada, de longe ou de pertinho. Todo esse amor se torna combustível, diariamente, para cruzar fronteiras e contemplar as paisagens da vida.

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar a correspondência entre as normativas e orientações técnicas da política de Assistência Social e as condições de atuação dos serviços da rede socioassistencial de Mariana, antes, durante e depois a pandemia de Covid-19, abarcando os anos entre 2018 e 2023, apontada pelos aspectos estruturais e físicos das unidades, funcionais e ético-políticos da oferta de serviços e dos aspectos referentes ao trabalho dos profissionais das equipes. O nível de conformidade entre “como deveriam ser” e “como estão” as unidades socioassistenciais Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Mariana, enquanto portas de entradas da política, revelam as condições de acesso da população às Proteções Sociais Básica e Especial do município. Parte-se da compreensão do ser social, da formação de relações de produção e sociais no modo de produção capitalista, da constituição e momento presente das políticas sociais e da Assistência Social, bem como a formação sócio-histórica brasileira, mineira e marianense.

Palavras-chave: atendimento; capitalismo; funcionamento; Política de Assistência Social; trabalho;

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar la correspondencia entre la normativa y las directrices técnicas de la política de Asistencia Social y las condiciones de funcionamiento de los servicios de la red de asistencia social de Mariana, antes, durante y después de la pandemia de Covid-19, abarcando los años entre 2018 y 2023, señalados por los aspectos estructurales y físicos de las unidades, aspectos funcionales y ético-políticos de la oferta de servicios y aspectos relacionados con el trabajo de los profesionales de los equipos. El nivel de conformidad entre «cómo deberían ser» y «cómo son» en el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) y en el Centro de Referencia de Asistencia Social Especializada (CREAS) de Mariana, como puertas de entrada a la política, revela las condiciones de acceso de la población a la Protección Social Básica y Especial del municipio. Se parte de la comprensión del ser social, de la formación de la producción y de las relaciones sociales en el modo de producción capitalista, de la constitución y del momento actual de las políticas sociales y de la Asistencia Social, así como de la formación socio-histórica de Brasil, Minas Gerais y Mariana.

Palabras clave: cuidados; capitalismo; Política de Asistencia Social; funcionamiento; Protección Social; trabajo;

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Captura de Tela do Relatório de Informações v.4	39
Figura 2 - Placa padronizada de identificação do CRAS	49
Quadro 1 - Condições de acessibilidade no CRAS Cabanas	51
Imagem 1 - Placa de identificação do CRAS Cabanas	53
Quadro 2 - Condições de acessibilidade no CRAS Colina	56
Imagem 2 - Placa de identificação do CRAS Colina	52
Quadro 3 - Condições de acessibilidade no CRAS Distritos	61
Imagem 3 - Placa de identificação do CRAS Distritos	62
Quadro 4 - Condições de acessibilidade no CRAS Bairros	64
Imagem 4 - Placa de identificação do CRAS Bairros	65
Quadro 5 - Articulação entre o CRAS Cabanas e rede intersetorial por ano	68
Quadro 6 - Articulação entre o CRAS Colina e rede intersetorial por ano	71
Quadro 7 - Articulação entre o CRAS Distritos e rede intersetorial por ano.....	73
Quadro 8 - Articulação entre o CRAS Bairros e rede intersetorial por ano	76
Figura 3 - Comparativo de escolaridade x vínculo das equipes CRAS Cabanas e CRAS Distritos por ano 2018-2023	81
Figura 4 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Cabanas por ano 2021-2023	82
Figura 5 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Distritos por ano 2021-2023	83
Figura 6 - Comparativo de escolaridade x vínculo das equipes CRAS Colina e CRAS Bairros por ano 2018-2020.....	86
Figura 7 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Colina por ano 2021-2023	87
Figura 8 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Bairros por ano....	88
Figura 9 - Placa padronizada de identificação do CREAS.....	92
Quadro 9 - Condições de acessibilidade no CREAS.....	94
Imagem 5 - Placa de identificação do CREAS.....	95
Quadro 10 - Articulação entre o CREAS Cabanas e unidades da rede intersetorial por	

ano 98

Figura 10 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CREAS por ano..... 101

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quantidade total de famílias inscritas no Cadastro Único 2018-2023	40
Gráfico 2 - Quantidade média de famílias inscritas no Cadastro Único por ano	40
Gráfico 3 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo por ano	41
Gráfico 4 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária por ano	42
Gráfico 5 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por raça/etnia por ano	43
Gráfico 6 - Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único residentes em domicílios rurais e urbanos por ano	44
Gráfico 7 - Disponibilidade de espaços por tipo por ano no CRAS Cabanas	50
Gráfico 8 - Quantitativo de espaços por tamanho/tipo por ano no CRAS Cabanas	51
Gráfico 9 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Cabanas por ano	52
Gráfico 10 - Disponibilidade de espaços no CRAS Colina por tipo por ano	55
Gráfico 11 - Quantitativo de espaços no CRAS Colina por tamanho/tipo por ano	55
Gráfico 12 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Colina por ano	56
Gráfico 13 - Disponibilidade de espaços no CRAS Distritos por tipo por ano	60
Gráfico 14 - Quantitativo de espaços no CRAS Distritos por tamanho/tipo por ano....	60
Gráfico 15 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Distritos.....	61
Gráfico 16 - Disponibilidade de espaços no CRAS Bairros por tipo por ano	63
Gráfico 17 - Quantitativo de espaços no CRAS Bairros por tamanho/tipo por ano	63
Gráfico 18 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Bairros.....	64
Gráfico 19 - Disponibilidade de espaços por tipo por ano no CREAS.....	93
Gráfico 20 - Quantitativo de espaços por tamanho/tipo por ano no CREAS.....	93
Gráfico 21 - Número de computadores conectados à internet por ano no CREAS por ano	94

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Cabanas por ano..	53
Tabela 2 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Colina por ano ...	57
Tabela 3 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Distritos por ano..	61
Tabela 4 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Bairros por ano...	65
Tabela 5 - Composição das equipes de referência mista CRAS Cabanas e Distritos por ano	79
Tabela 6 - Composição das equipes de referência CRAS Cabanas e CRAS Distritos por ano	80
Tabela 7 - Composição das equipes de referência mista CRAS Colina e Bairros por ano 2018-2020.....	84
Tabela 8 - Composição das equipes de referência CRAS Colina e CRAS Bairros por ano 2021-2023	85
Tabela 9 - Proporção de profissionais por computadores no CREAS por ano	95
Tabela 10 - Composição das equipes de referência CREAS por ano	100

Lista de siglas e abreviaturas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CadÚnico	Cadastro Único
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPC	Modo de Produção Capitalista
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAGI	Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Sumário

Introdução.....	12
1 A política social na ordem do capital e na particularidade brasileira.....	15
1.1 Trabalho e “questão social”	15
1.2. A particularidade da política social no capitalismo dependente.....	22
1.3 A política de Assistência Social: histórico e os últimos anos com o rebatimento da Pandemia do Coronavírus.....	29
2 Análise das Proteções Sociais Básica e Especial da Política de Assistência Social de Mariana.....	33
2.1 Normativas que orientam a política de Assistência Social.....	33
2.2 O município de Mariana.....	34
2.2.1 A Rede Socioassistencial de Mariana–MG.....	38
2.2.2 A população usuária da política de Assistência Social em Mariana.....	39
2.3 Balizamentos da pesquisa.....	45
2.4 Dados e discussões.....	47
2.4.1 Proteção Social Básica.....	47
2.4.1.1 Estrutura física da unidade.....	47
2.4.1.2 Condições ético-políticas e de oferta de serviços.....	66
2.4.1.3 Aspectos referentes às equipes e condições de trabalho.....	77
2.4.2 Proteção Social Especial.....	90
2.4.2.1 Estrutura física da unidade.....	90
2.4.2.2 Condições ético-políticas e de oferta de serviços.....	96
2.4.2.3 Aspectos referentes às equipes e condições de trabalho.....	99
Considerações Finais.....	103
Referências.....	105

Introdução

As políticas sociais desempenham, no Brasil, um papel crucial no refreamento das situações de vulnerabilidade vividas pelas classes subalternas, atendendo à parte de suas necessidades básicas, no que tange à alimentação, saúde, proteção à maternidade e à infância, moradia, educação, lazer, dentre outros direitos sociais defendidos pela Constituição Federal de 1988.

Para que as políticas, em especial a Assistência Social, realizem um efetivo atendimento das demandas de sua população usuária, é necessário que haja uma boa confluência entre as condições estruturais e funcionais dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Ou seja, é primordial a existência física das unidades socioassistenciais no município, com configurações, mobiliário e recursos tangíveis que permitam acesso e utilização dos espaços, bem como equipes de profissionais em quantidade e condições de trabalho exequíveis para a realização das atividades que compõe a oferta dos serviços.

Assim, o presente trabalho, objetiva, centralmente, analisar e avaliar se as condições estruturais, funcionais e de trabalho, na política de Assistência Social no município de Mariana, considerando os períodos anteriores, durante e após a pandemia de Covid-19 (de 2018 a 2023), corroboram para o acesso da população aos seus direitos conforme os princípios da respectiva política. Para o alcance do propósito, é necessário compreender a configuração da política de Assistência Social no Brasil, sob a égide da economia capitalista dependente do país, bem como as condições de trabalho e de prática profissional dos trabalhadores da Assistência para a execução dos serviços, programas e projetos da Assistência Social. Parte-se da premissa que a investigação coloca-se como necessária para a prática profissional e o conhecimento qualificado do local e da questão em que se trabalha é fundamental para uma ação eficaz contra as refrações da “questão social”.

A escolha temática do trabalho procede do interesse pessoal na relação entre a condução da política de Assistência Social e o trabalho dos profissionais nela empregados, em âmbito municipal. O fomento do interesse foi viabilizado pelo contato direto com dados e informações dos programas, projetos e serviços da rede socioassistencial e a observação do cotidiano profissional de diversas equipes em diferentes *locus* de trabalho, em razão da realização do estágio obrigatório na Vigilância Socioassistencial de Mariana. A Vigilância Socioassistencial, no que lhe concerne, se configura como um objetivo da Assistência Social,

direcionado a produção e monitoramento de dados acerca da correspondência entre as necessidades da população e a oferta de serviços do território.

A realização do estudo contribui, socialmente, para evidenciar as condições de atendimento da política de Assistência das demandas dos usuários, no que tange à capacidade estrutural dos espaços e das equipes profissionais, possibilitando, assim, vislumbrar as condições de acesso dos usuários aos seus direitos socioassistenciais. Tendo em vista a falta de sistematização de informações sobre a capacidade de atendimento *versus* a demanda dos serviços, o conhecimento das condições de operacionalização da política contribui no fortalecimento da consciência crítica de quem a acessa, fomentando a luta pelo acesso digno aos seus direitos sociais, legalmente resguardados, através do fortalecimento da política de Assistência Social.

Para ao Serviço Social, é de grande pertinência a compreensão do funcionamento da política de Assistência Social, dos seus limites e possibilidades na prática cotidiana, visto que é uma das maiores empregadoras de profissionais assistentes sociais no âmbito dos serviços públicos. De igual importância é a observação e apreensão da alienação da força de trabalho, suas condições e os limites impostos para as/os assistentes sociais inseridos nesse espaço sócio-ocupacional.

Adota-se, como balizas para a condução do estudo, o método crítico de Marx, que tem em vista compreender a realidade a partir dos movimentos e transformações ocorridas nas sociedades humanas, admitindo a realidade como concreta e em constante mudança. Sendo assim, o presente trabalho inicia-se com uma revisão de literatura para fundamentação do objeto, mediante uma pesquisa bibliográfica que aspira entrar em contato com algumas categorias marxistas elementares à compreensão e análise do objeto de estudo, a saber: o trabalho como modelo social; o processo de valorização na produção capitalista, centrado na extração da mais-valia da força de trabalho como fonte de lucro para o detentor dos meios de produção e, ainda no rol das categorias marxistas, a lei geral da acumulação capitalista.

É necessária, em seguida, uma aproximação com alguns processos sócio-históricos para a compreensão do objeto de estudo, no decorrer do espaço-tempo em que se insere a política de Assistência Social, tida, aqui, como objeto de estudo, sendo: a “questão social”, no que tange a disparidade entre a concentração de riqueza e o pauperismo nas classes sociais, a influência da economia capitalista dependente na constituição do sistema de seguridade social brasileiro que, mesmo com grande enfoque na proteção social, não se configura como estado

de bem-estar social; o processo de sucateamento de direitos sociais sob a égide do neoliberalismo, que impulsiona o desmonte das políticas públicas; e, por fim, a precarização do trabalho e das relações sociais durante a pandemia de Covid-19, no que tange a seus rebatimentos na política de Assistência Social.

É realizada, no segundo momento, a análise documental dos formulários do Censo SUAS, dos quais foram selecionadas e recolhidas informações acerca dos serviços, organizadas sistematicamente em três blocos: a estrutura física das unidades, as condições ético-políticas do funcionamento e da oferta dos serviços e, ainda, os aspectos do trabalho profissional das equipes.

1 A política social na ordem do capital e na particularidade brasileira

1.1 Trabalho e “questão social”

Ao longo da história, muito se teorizou sobre o que diferencia o ser humano dos animais, mas, para Marx, o que distingue o homem dos animais, até daqueles com excelentes habilidades de construção, é a prévia ideação do processo e dos resultados (Marx, 2013). A satisfação das necessidades materiais (condições de existência e reprodução) dos seres humanos são obtidas mediante uma interação de transformação, dos homens com a natureza, na qual as matérias naturais se tornam produtos que satisfazem necessidades (Netto; Braz, 2006). Essa transformação é trabalho. Em outras palavras, é um processo em que o homem se apropria, conscientemente e de forma projetada/planejada, da matéria natural e, por meio de um ou um conjunto de instrumentos (meios de trabalho), a transforma em um objeto que satisfaça alguma necessidade sua. Esse processo faz do trabalho uma atividade teleológica, isto é, orientada a um fim, planejada com uma finalidade (Marx, 2013).

Para a realização do processo de trabalho, portanto, é necessário que o sujeito conheça as propriedades da natureza, tanto para a confecção de instrumentos quanto a produção do objeto final, dos mais simples aos mais complexos, bem como as características da matéria, e possa transmitir tais conhecimentos a outros indivíduos, generalizando e universalizando os saberes que detém (Netto; Braz, 2006). A transmissão dos conhecimentos e percepções adquiridos ao longo do tempo requer e é possibilitada pela linguagem articulada, um sistema de comunicação derivado de “fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha [...] que, além de aprendido, é condição para o aprendizado” (*Id.* p. 19), visto que o trabalho é sempre uma atividade coletiva, de interdependência dos sujeitos. Em essência, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem a transforma e, simultaneamente, transforma a si próprio (Marx, 2013). Através do trabalho é que a humanidade se constituiu como tal, em que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, no decurso de um salto evolutivo que fez emergir o ser social como um novo de tipo de ser, “é de ser social que falamos quando falamos em humanidade (sociedade)” (Netto; Braz, 2006, p. 20–21).

O chamado fenômeno humano é resultado de um larguíssimo processo histórico, em que o ser social, destoante do ser natural, tem uma gama de necessidades e interesses complexos. A expansão do contato entre os grupos humanos se iniciou há alguns milênios antes de Cristo, através do deslocamento de grandes grupos com diversos interesses, como comércio, exploração de recursos, expansão de poder político e religioso, dentre outros, que perdura ao longo do tempo até hoje. O fenômeno humano, porém, tem sua visibilidade, de

uma forma mais significativa, relativamente recente, no seio da consolidação do modo de produção capitalista, momento em que a expansão do mercado, mundialmente, “permitiu o contato entre praticamente todos os grupos humanos” (Netto; Braz, 2006, p. 25). A partir do século XVI, com as expedições terrestres e marítimas e, como marco principal, as grandes navegações, que solidificaram as relações, principalmente comerciais, entre os países europeus e os demais continentes. Tal série de eventos marca o nascimento e ascensão do sistema capitalista, vigente mundialmente até os dias atuais.

Traçando, aqui, um resumo histórico, a gênese do modo de produção capitalista se encontra na crise e superação do modo de produção feudal, em um complexo processo, do século XVI ao XVIII (Netto; Braz, 2006). Paralelamente, a cota de acumulação de capital expandiu-se fortemente no decurso temporal da descoberta de ouro e prata na América, do extermínio, escravização e exploração da população nativa americana nas minas, da conquista e pilhagem das Índias Orientais e da caça comercial das peles negras na África (*Ibid.*) e manteve o embalo nos anos subsequentes.

Ao cunhar o período pré-capitalista como acumulação primitiva ou originária, enquanto processo que constituiu o capital e seu modo de produção, Marx destaca duas classes de homens, cuja dinâmica de relações são fundamentais a esse sistema: os que têm recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e os que têm somente sua força de trabalho para vender como mercadoria (Netto; Braz, 2006). Esses dois grupos, conhecidos, respectivamente, como burguesia e proletariado, didaticamente, são referidos como as principais classes sociais, e deles derivam diversos outros grupos.

Acerca dessas duas classes sociais, observa-se que: a burguesia, possuidora de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, visa valorizar o total de suas posses através da compra de força de trabalho alheia. Os proletários, vendedores de força de trabalho aos burgueses, são ditos trabalhadores livres, pois não pertencem diretamente aos meios de produção (como os escravos e servos), e os meios de produção, igualmente, não os pertencem. Assim, a produção capitalista se funda na “separação do trabalhador da propriedade das condições [de seu trabalho]” (Netto; Braz, 2006, p. 51), onde tal “processo transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, 1984 *apud.* Netto, 2006, p. 51). Lênin reitera:

[...] o capitalismo é a organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isso, deve vender sua força de trabalho (Lênin *apud.* Netto; Braz, 2006, p. 52).

Com a finalidade de fluidez de leitura, a expressão Modo de Produção Capitalista será substituída pela sigla MPC. No MPC, quando se fala em trabalho, trata-se da utilização da força de trabalho. Assim, para Marx, a força de trabalho, no MPC, é uma mercadoria, cujo vendedor (o trabalhador) recebe seu pagamento pela submissão/cessão de sua força de trabalho, sendo essa uma implicação obrigatória, durante uma determinada jornada de horas, ao capitalista que a comprou (Marx, 2013). O produto do trabalho, ao final do processo, é do capitalista, e não do trabalhador que é seu produtor direto (*Ibid.*). O capitalista, no que lhe concerne, realiza compras guiado pelo objetivo de obter mais dinheiro, de forma que, ao comprar mercadorias (maquinário, instalações, matérias-primas, etc.) e força de trabalho, obtêm novas mercadorias daquele processo produtivo, que serão vendidas por uma soma de dinheiro superior à investida inicialmente. Essa quantia adicional é o chamado lucro, que se constitui como a força motriz do MPC, cuja busca interminável é o que garante a existência e reprodução do sistema capitalista, liquidando todos os que não o alcançam sistematicamente (Netto; Braz, 2006).

O lucro capitalista nasce, ainda, na esfera da produção, provindo do processo chamado mais-valor ou mais-valia: o acréscimo de valor na mercadoria realizada (vendida) em relação ao seu custo de produção (Netto; Braz, 2006). Por conseguinte, o capitalista se interessa intensamente pela “produção de mais-valia, que constitui a forma típica do excedente econômico” (*Id.* p. 64) no MPC.

O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário para sua produção. Igualmente se aplica à força de trabalho como mercadoria no MPC: seu valor (salário) é o equivalente para a satisfação de necessidades humanas biológicas, que garantem a reprodução física (alimentação, habitação, vestuário, etc.) e subjetivas, de natureza histórico-social (educação, lazer, etc.) (Netto; Braz, 2006). O salário pago pelo capitalista ao trabalhador “representa sempre um montante de valor inferior ao produzido pela jornada de trabalho” (*Id.* p. 59). Dessa forma, o valor apropriado pelo capitalista, é caracterizado como expropriação (extração/extorsão) do excedente, fornecendo magnitude à taxa de mais-valia, na qual se funda o MPC (*Id.* p. 60, 63).

Ao trabalhador, no que lhe concerne, não se distingue trabalho necessário e excedente, visto que não há, na jornada de trabalho, nenhuma divisória entre ambos, ou seja, não é lhe permitido saber a quantidade de tempo de trabalho que paga seu salário e a quantidade embolsada pelo seu patrão. Dessa forma, o “trabalho livre” (assalariado), gestado no MPC, tem uma capacidade de encobrir a exploração maior do que o trabalho servil e o escravo (Netto; Braz, 2006, p. 66).

Parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada na ampliação da escala de produção de mercadorias, seja na aquisição de novas máquinas, contratação de mais força de trabalho, etc., gerando uma quantidade crescente de capital, que se acumula de forma vital para o MPC (Netto; Braz, 2006). Assim, o objetivo do capitalista é extrair a mais-valia em proporções cada vez maiores, para que se eleve o capital acumulado, cujo alcance depende da exploração da força de trabalho (*Ibid.*).

Com a crescente acumulação alcançada, desponta, conseqüentemente, a competição entre os próprios capitalistas: quanto maior a quantia acumulada, melhor preparado para enfrentar a concorrência (Netto; Braz, 2006). Como recurso de resposta, a tendência de concentração de capital possibilita sua ampliação em larga escala. Concomitantemente, ocorre o processo tendencial de centralização, que consiste na união de várias massas de capital existentes, mediante a formação de cartéis, *trustes* e *holdings* (*Ibid.*). O movimento conjunto de concentração e centralização, nas diferentes esferas econômicas (industrial, comercial e bancária), promovem o surgimento dos monopólios que, conforme avançam, ultrapassam a tradicional concorrência “livre” e aloja uma concorrência concisa, entre um número reduzido de grandes e poderosas corporações. Dessa forma, o MPC distancia-se da imagem de um regime de livre concorrência e livre iniciativa, à medida que o poder econômico se retém nas mãos de um restrito e pequeno grupo de capitalistas (*Ibid.*).

A chamada composição orgânica, definida como a relação entre uma porção de capital constante (C) (empregado nos meios de produção: máquinas, instalações, matérias e insumos) e de capital variável (V) (demanda de força de trabalho), é alterada diretamente pela acumulação de capital: a medida que se desenvolve as tecnologias dos meios de produção, ou seja, eleva-se o quantitativo de C, diminui-se o quantitativo de V, quantidade necessária de trabalhadores em alta capacidade produtiva, para alcançar os objetivos da produção (Netto; Braz, 2006). Logo, uma parte da massa de trabalhadores, que é sempre variável, “não encontra compradores para sua força de trabalho” (*Id.* p. 79), já que excede as necessidades da acumulação. Esse contingente é nomeado exército industrial de reserva, já que se trata de uma superpopulação relativa, variável conforme os ciclos do MPC (*Ibid.*).

A existência do exército industrial de reserva concede “ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento” (Netto; Braz, 2006, p. 80), como convier à conjuntura da produção, independente das condições de espaço-tempo, a exemplo de processos migratórios impulsionados por empreendimentos capitalistas temporários (*Id.* p. 81). Concomitantemente, a existência desse contingente de desempregados é usada pelos

capitalistas para pressionar para baixo os salários, aumentar a jornada de trabalho, dentre outros meios contra os trabalhadores empregados, de forma que não há economia capitalista sem desemprego (*Ibid.*). Assim, a perdurabilidade do exército industrial de reserva, fomentada pela exploração da força de trabalho, é a alavanca ineliminável da dinâmica capitalista de acumulação, visto que é, simultaneamente, seu propulsor e sua consequência master (*Ibid.*).

Além do desemprego, o proletariado enfrenta, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização derivados da essência exploradora do MPC. Essa pauperização pode ser absoluta – pela degradação das condições de vida e trabalho, vistas na queda do salário real, dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego, etc. – ou relativa – caracterizada “pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas” (Netto; Braz, 2006, p.81), mesmo que não haja piora nas condições de vida (*Ibid.*).

Além da produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, a produção capitalista também é produção e reprodução de relações sociais: no desenvolvimento da acumulação ampliada, a relação capital/trabalho evidencia o crescimento da riqueza social simultâneo ao grande crescimento da pobreza (Netto; Braz, 2006). Desse processo deriva a polarização, maior ou menor, mas sempre evidente, entre uma gigantesca massa de valores nas mãos de um pequeno grupo de corporações e, do outro lado, uma imensa concentração de homens e mulheres com restrito acesso aos bens necessários à vida (*Ibid.*).

Da dinâmica e perdurabilidade desses processos, evidencia-se a chamada lei geral da acumulação capitalista, com caráter tendencial, provada pelo debate da “questão social”, surgido no século XIX, acerca do conjunto de expressões vivenciadas, cotidianamente, pela classe operária no desenvolvimento e consolidação do MPC e de sua acumulação ampliada, das quais é indissociável e nelas funda sua manutenção e reprodução (Netto; Braz, 2006).

Já no fim do século XIX, o capitalismo concorrencial deu lugar ao capitalismo dos monopólios, conhecido como o estágio imperialista, que atingiu sua forma clássica de 1890 a 1940 (Netto, 1996). Reconhecida com a fase de maturidade histórica da burguesia, seu objetivo era o crescimento do lucro através do controle dos mercados, e o foi realizado mediante a fusão de empresas em cartéis, trustes e outras formas de agrupamento. Alcançou-se, dessa forma, pela alta de preços de suas mercadorias e serviços, o crescimento das taxas de lucro dos setores monopolizados e, por conseguinte, a elevação da taxa de acumulação (*Ibid.*). Em contraposição, o fenômeno do subconsumo, épocas de estagnação no consumo, movimentou, também, a tendência de economia de “trabalho vivo”, com a

introdução de novas tecnologias na produção, levando ao inevitável crescimento do exército industrial de reserva (*Ibid.*).

No decurso do período clássico do capitalismo monopolista, com a mundialização do capital e surgimento das políticas neocolonialistas de internacionalização da produção, destacam-se dois elementos: I) a supercapitalização, definida como a crescente dificuldade de valorização do montante de capital acumulado, que demandou diversos mecanismos para contornar/solucionar a supercapitalização, entretanto nenhum se mostrou eficaz; e II) o parasitismo da burguesia, tendo em vista o crescimento da oligarquia financeira e a separação entre propriedade e gestão dos grupos monopolistas (Netto, 1996). A concorrência, neste período, dava-se entre os grupos monopolistas e com os setores ainda não monopolizados (*Ibid.*).

Conforme Netto, (1996, p. 20), a solução da “maximização dos lucros pelo controle dos mercados” demandou a “refuncionalização e redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado”. Desde a gênese do MPC, o Estado intervêm no processo econômico como um “garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses” (*Ibid.*) em situações pontuais, entretanto, “no estágio imperialista, essa intervenção muda funcional e estruturalmente” (*Ibid.*), incidindo diretamente, de forma contínua e sistemática, na organização e dinâmica econômica. Ou seja, o Estado atende à demanda do capitalismo monopolista de “um vetor extra-econômico passa assegurar seus objetivos estritamente econômicos”, promovendo a junção das funções políticas e econômicas do Estado (*Ibid.*).

Assim, o Estado, capturado pela lógica monopolista, se torna um “instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (Netto, 1996, p. 22), e daí deriva a “integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais” (*Ibid.*). Netto pontua que “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista: opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (*Ibid.*).

Das funções estatais inauguradas no capitalismo monopolista, incluem-se “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente” (Netto, 1996, p. 22), e o Estado a cumpre, principalmente, mediante sistemas de previdência e segurança social (*Ibid.*). Além disso, o Estado é responsável pela regulação da existência e disponibilidade da força de trabalho, bem como sua “mobilização e alocação em função das

necessidades e projetos do monopólio” (*Ibid.*). Em suma, para sustentar seu papel de “comitê executivo da burguesia”, no seio dessa dinâmica contraditória, o Estado deve legitimar-se politicamente, e se vale da “generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais”, reivindicados pela classe proletária, em um jogo democrático que tem, estrategicamente, o objetivo de manter a força de trabalho ativa e à disposição da acumulação capitalista (*Ibid.*).

Nestas condições, as sequelas da “questão social” tornam-se objeto da intervenção estatal, por meio das políticas sociais públicas. A “questão social” se internaliza na ordem econômico-política e demanda do Estado, além da socialização dos custos da manutenção da força de trabalho e da preservação de um patamar mínimo de consumo da classe trabalhadora, articular suas funções política e econômica, ao mesmo tempo que oculta sua essência de classe (Netto, 1996). A funcionalidade essencial da política social se dá na preservação e controle da força de trabalho ocupada (através da regulamentação das relações entre capitalistas/trabalhadores) e excedente (através dos sistemas de seguro social) (*Ibid.*). Assim, operam oferecendo um mínimo respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, mediador de interesses conflitantes (*Ibid.*). Netto ressalta que “o fato de as demandas serem atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele” (*Id.* p. 28).

A diversa gama de políticas sociais operam nessa mesma funcionalidade: os sistemas de previdência (aposentadoria e pensões) são instrumentos para equilibrar a tendência de subconsumo e “redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração [...] da vida útil dos trabalhadores” (Faleiros *et. al. apud* Netto, 1996, p.27). As políticas educacionais, principalmente as de cunho ‘profissionalizante’ e as orientadas à investigação científica, “oferecem ao capital [...] recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade” (Carnoy e Levin, 1987, *apud* Netto, 1996, p.27). As políticas setoriais envolvem investimentos em larga escala, como infraestrutura urbana e de habitação, reduzindo as dificuldades de valorização derivadas da supercapitalização (Mandel, 1976 *apud* Netto, 1996, p.27)

A intervenção estatal sobre a “questão social” se dá de forma fragmentada e parcializada, visto que, se tomada em sua totalidade pelo Estado, colocaria em xeque a ordem burguesa (Netto, 1996). Assim, “as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (*o* desemprego, *a* fome, *a* carência habitacional, *o* acidente de trabalho, *a* falta de escolas, *a* incapacidade física, etc.) e assim enfrentadas” (*Id.* p. 28).

1.2. A particularidade da política social no capitalismo dependente

Avançando no tempo, já no século XVI, o zênite da expansão comercial pelo mundo, conforme Ruy Mauro Marini, é acompanhado pelo desenvolvimento da América Latina que, ainda colônia, com alto fluxo de exportação de mercadorias como metais preciosos, fomentou o progresso do capital comercial e bancário da Europa, gestando a chamada grande indústria (Marini, 2005). Posteriormente, a Revolução Industrial, no século XIX, deu berço à independência política da América Latina, entretanto, seus países mantiveram a articulação econômica individual e diretamente com a Inglaterra, pela produção e exportação de bens primários, em trocas de manufaturas de consumo, gerando, conseqüentemente, um alto montante de dívidas para os países recém-independentes (*Ibid.*).

A América Latina consolidou sua relação de dependência dos centros europeus ao se inserir na divisão internacional do trabalho (Marini, 2005). Marini define a dependência como a “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”, assim, “a consequência da dependência [é] [...] maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção envolvida” (2005, p. 4). Dessa forma, temos que o desenvolvimento da América Latina é a sustentação da expansão do capital internacional e da grande indústria, ao passo que seus desenvolvimentos se deram de forma combinada.

Em outros termos, os países de capitalismo central, em destaque os europeus, tiveram seu desenvolvimento fundamentado na exploração de diferentes recursos extraídos da América Latina, desde a colonização até a contemporaneidade, no quadro de dependência.

Sendo assim, a divisão internacional do trabalho é a estrutura que abarca e configura a relação de dependência da América com os centros capitalistas europeus (Marini, 2005). Conforme a síntese de Kathiúça Bertollo (2023, p. 8), “[...] as economias dependentes não produzem para elas, mas sim para atender às demandas externas, dos países de capitalismo central”. Ou seja, relações de produção de nações formalmente independentes são modificadas/recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2005), ao se tornarem subordinadas para propiciar a permanência e manutenção desse sistema.

Ao nível mundial, conforme as pesquisadoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2016), nas sociedades pré-capitalistas, as responsabilidades sociais tomadas pelas instituições visavam, somente, manter a ordem social e punir a vagabundagem, em paralelo com a

caridade privada e ações filantrópicas. A origem das primeiras iniciativas reconhecíveis como políticas públicas se deram pelos movimentos de massa social-democratas e estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental, no fim do século XIX, e propagadas após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial (*Ibid.*). O Estado, nesse cenário, tinha um papel repressor aos trabalhadores, e regulamentava, simultaneamente, as relações de produção, por meio da legislação fabril. Assim, as primeiras expressões contundentes da “questão social” se mostraram na luta pela jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado (*Ibid.*).

Há um deslocamento dos problemas de desigualdade social e exploração para a “questão social”, que passa “a ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições” (Behring; Boschetti, 2016, p. 55). Quanto à produção, com a incrementação do maquinário, os capitalistas se interessaram por uma jornada “normal” de trabalho, ao perceberem os custos gerados à produção na depreciação da força de trabalho por uma jornada extenuante e pelas mobilizações e paralisações realizadas pela classe operária no período da Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX (*Ibid.*).

A consolidação do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), em países do norte europeu, pontuava a) o pleno emprego, aos trabalhadores homens, respaldado na propriedade econômica pós-guerra; b) a universalização dos serviços sociais, ampliados a toda a população incondicionalmente; e c) a assistência como uma forma de proteção para impedir que segmentos socialmente vulneráveis resvassem para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade (Pereira, 2009). É importante pontuar, contudo, que os países periféricos são impossibilitados de alcançar um Estado de Bem-Estar Social devido à intensa desigualdade de classes, que dificulta a universalização das políticas sociais, e as segmenta em “categorias” específicas como alvo (Faleiros, 1986), bem como a subordinação aos países de capitalismo central, como supracitado, levando a perda da autonomia em realizar reformas/revoluções nas políticas sociais.

De meados do século XIX até a terceira década do século XX, o liberalismo predominante se guiava pelo princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado, baseado nas teses de David Ricardo e Adam Smith, em que “a mão invisível do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum” (Behring; Boschetti, 2016, p. 56). As respostas à “questão social”, neste período, pautavam-se pelos repressivos princípios liberais, incorporando algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que traziam pequenas e parciais melhoras nas condições de vida do operariado (*Ibid.*). É pontuado, entre pesquisadores deste período, a

relação de continuidade entre o Estado Liberal (predominante no século XIX) e o Estado Social (século XX), sem uma ruptura radical entre os dois que, apesar das diferenças, conservavam o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo (*Ibid.*).

O Estado social capitalista, no que lhe concerne, assumiu a posição em sua natureza de investimento em políticas sociais, fortemente determinadas pela mobilização e organização da classe trabalhadora na luta por emancipação humana, socialização da riqueza e instituição de uma sociedade não capitalista (Behring; Boschetti, 2016). A classe trabalhadora conquistou, nesse período, a expansão de direitos políticos (de voto, organização em sindicatos e partidos, livres expressão e manifestação), que abriu espaço para ampliação dos direitos sociais no porvir (*Ibid.*). Em suma, neste período, o Estado capitalista “passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”, entretanto, “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países” (*Id.* p. 64).

Caio Prado Júnior, sociólogo brasileiro, destaca, sobre o Brasil, que a colonização, ocorrida dos séculos XVI a XIX, serviu à acumulação primitiva de capital nos países centrais, de forma que o período Imperial e Republicano, nos séculos subsequentes, não romperam com a tendência de subordinação e dependência do Brasil ao mercado mundial, apesar das mudanças nas condições dessa relação (Behring; Boschetti, 2016). Octavio Ianni, sociólogo brasileiro, afirma que “a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são movimentos de um *sentido* geral da formação brasileira: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos” (Ianni, 1989, *apud.* Behring; Boschetti, 2016, p. 72). O peso do escravismo no Brasil diz respeito “à condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro, carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país” (*Ibid.*). Assim, o Brasil atravessa um processo de desenvolvimento desigual e combinado: o processo de transição para o capitalismo, aqui, não se deu de forma clássica e linear, mas, sim, carregando para o futuro muitos traços do passado, como observável na “substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa complexa articulação de progresso [...] e conservação [...]” (Coutinho, 1989, *apud.* Behring; Boschetti, 2016, p. 72)

Avançando no tempo, com a Independência do Brasil, em 1822, “o poder deixa de ser exercido de fora para dentro para organizar-se a partir de dentro” (Behring; Boschetti, 2016,

p. 73), entretanto, sempre vinculado à componentes conservadores, visando conservar uma ordem social. Apesar da conquista da independência política, a dependência é uma marca da formação social brasileira, de forma que, com o fim do colonato, somente indivíduos da classe dominante passam a acessar a democracia, utilizando “o Estado nacional nascente para o patrocínio de seus interesses gerais” (*Ibid.*).

O ano de 1923 marca o início de mudanças significativas para a política social brasileira: a aprovação da lei Eloy Chaves, “que instituiu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros” (Behring; Boschetti, 2016, p. 80). As CAPs “foram formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926” (*Ibid.*). De grande importância, também, “em 1927 foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil” (*Ibid.*).

A crise internacional decorrida entre 1929 e 1932 trouxe mudanças na correlação de forças no interior das classes dominantes brasileiras, em paralelo à chamada Revolução de 1930, que, por sua vez, trouxe consequências significativas para as classes trabalhadoras (Behring; Boschetti, 2016). O enfraquecimento econômico e político das oligarquias agroexportadoras cafeeiras brasileiras, acarretado pela crise internacional, favoreceu o fortalecimento de outras oligarquias menos ativas politicamente, levando à diversificação da economia brasileira, pautados em uma “agenda modernizadora” (*Id.* p. 105).

A Era Vargas (1930-1945, 1950-1954), nesse sentido, destaca-se como um período de “desenvolvimento de uma gestão estatal da força de trabalho, que incluiu as políticas sociais e que incidia sobre a ‘organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação das normas de produção e consumo’” (Mota, 2000 *apud.* Behring; Boschetti, 2016, p. 107). O Estado de compromisso, gerado na coalização de forças apoiadoras do governo getulista, alcançou a ampliação de direitos políticos (voto secreto e obrigatório aos 18 anos e voto feminino), regulação do trabalho e enfrentamento da “questão social”, que, até então, era somente “questão de polícia” (*Id.* p. 105-106). Assim, os anos de 1930 a 1943 são destacados pelas autoras como os anos de introdução da política social no Brasil: acerca do trabalho, iniciou-se uma regulação dos acidentes de trabalho pela cobertura dos riscos, aposentadorias e pensões, auxílios doença, maternidade, família e seguro desemprego, além da criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e a Carteira de Trabalho,

em 1932, que se tornou o documento de cidadania, ao passo que somente quem tinha emprego portava alguns direitos; em relação à previdência, listam-se algumas ações que, ao fim, visavam a acumulação de reservas financeiras: a expansão dos IAPs na década de 1930, a cobertura de riscos ligados à perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença) de categorias profissionais estratégicas, a participação ativa dos trabalhadores na política para cooptação dos dirigentes sindicais “pelegos” e a conjunção de benefícios e serviços mediante a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, com orientação contenciosista; a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, Conselho Nacional de Educação e Conselho Consultivo de Ensino Comercial, marcam um momento inédito de existência de uma política nacional de saúde no Brasil, cuja intervenção se dava por dois eixos: I) saúde pública, conduzida mediante campanhas sanitárias coordenadas pelo Departamento Nacional de Saúde (criado em 1937), simultâneo ao desenvolvimento da saúde privada e filantrópica, de atendimento médico-hospitalar e II) medicina previdenciária, ligada aos IAPs, para as categorias que os acessavam; no campo da Assistência, destaca-se a criação da Legião Brasileira de Assistência, em 1942, coordenada pela primeira-dama Darcy Vargas, de caráter tutelar, de favor e clientelismo na relação Estado-sociedade que, posteriormente, se configurou como uma instituição articuladora da assistência social, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas, ainda, conservando a marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, alterado somente com a Constituição de 1988; por fim, em relação à infância e juventude, foi criado o Código de Menores, de natureza punitiva, juntamente com o Serviço de Assistência ao Menor, ambos em 1941, com objetivos de proteção, mas, pela ausência de financiamento e cultura da época, tinha caráter coercitivo e de maus-tratos aos jovens pobres e ‘delinquentes’ (*Ibid.*). A Constituição de 1937, em continuidade, reiterou a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado realizado, posteriormente, em 1943, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atrelando sua organização sindical ao Ministério do Trabalho. Findada entre 1943 e 1945, a ditadura Vargas deixou o saldo de crescimento da urbanização e da indústria de base, mesmo com a vocação agrário-exportadora ainda forte, e um movimento operário popular mais maduro e concentrado, com ampla agenda de reivindicações (*Ibid.*).

O Governo Juscelino Kubitschek, dos anos 1956 a 1961, vivenciou uma “expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas” (Behring; Boschetti, 2016, p. 110), com apenas alguns aperfeiçoamentos institucionais, como a separação entre os Ministérios da Saúde e Educação, em 1935, a

criação de novos IAPs, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em 1960, e da previdência rural, em 1963, que já estava em pauta desde o final da ditadura Vargas (*Ibid.*).

O golpe militar de 1964, marcado pela modernização conservadora de natureza monopolista, visando manter a força de trabalho sob controle, num misto de repressão e assistência, realizou uma “expansão da cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio a restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista” (Behring; Boschetti, 2016, p. 135). Nessa fase de expansão e modernização as políticas, destacam-se a “intensa institucionalização da previdência, da saúde e [...] da assistência social”, sendo que a assistência “era basicamente implementada pela rede conveniada e de serviços prestados pela LBA” (*Id.* p. 136-137), além da extinção do SAM, em 1964, a unificação, uniformização e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, com gestão técnica e atuária, a transição da gestão dos acidentes de trabalho para o INPS, em 1967; a criação da Funrural, previdência ampliada para os trabalhadores rurais, com caráter redistributivo, já que não era contributiva, mas fundada numa pequena taxação dos produtores; extensão da cobertura previdenciária para empregadas domésticas (1972), jogadores de futebol e autônomos (1973) e ambulantes (1978); criação de uma Renda Mensal Vitalícia, em 1974, para idosos pobres, de meio salário mínimo, para quem tivesse contribuído para previdência ao menos um ano; criação do Ministério de Previdência e Assistência Social, em 1974, que incorporava a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem, criado em 1965, substituindo o antigo o SAM, mas com mesmo caráter punitivo, mantido no Código de Menores de 1979), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev); em 1977, todo esse complexo passou por reforma administrativa e transformado no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (IAPAS), além das instituições supracitadas (Behring; Boschetti, 2016). Essa associação das políticas de previdência, assistência e saúde “impôs forte medicalização da saúde”, com prioridade ao “atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública, com forte incentivo à indústria farmacêutica e de equipamentos médico-hospitalares, orientados pela lucratividade” (*Ibid.*). No campo da habitação, houve um crescimento na política, com a criação do Banco Nacional Habitação (BNH), visando impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de

moradias populares, uma estratégia tipicamente keynesiana (*Ibid.*). As políticas públicas, mesmo com acesso restrito, buscavam legitimidade da ditadura, simultaneamente, a ditadura abria espaço para a saúde, previdência e educação privadas, em um “sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar” (*Id.*, p. 308). Essa herança deixada pelo regime militar “aproxima [a política brasileira] mais do sistema norte-americano de proteção social do que do Welfare State europeu” (*Ibid.*), já que milhões de pessoas permaneciam fora da gama de políticas. O regime militar chega ao seu esgotamento em 1974, com a abertura lenta e gradual nos anos seguintes, como forma de controle, pelas elites, da potencial efervescência popular radicalizada (*Ibid.*).

A década de 1980, conhecida como a década econômica perdida, abarca, no governo Sarney (1985-1990), a política social com caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado, com traços clientelistas fomentados pelo Programa do Leite, na política de alimentação (Behring; Boschetti, 2016). Paralelamente, a reorientação econômica norte-americana pela hegemonia do dólar levou a um estrangulamento da economia latino-americana em um alto endividamento, de forma que a economia brasileira, com necessidades de cortes públicos, se enveredou pela emissão de títulos da dívida, o que elevou os juros e alimentou a inflação (*Ibid.*). As consequências diretas foram o empobrecimento generalizado, crise dos serviços sociais públicos (aumento da demanda sem aumento dos direitos e da capacidade de atendimento), desemprego, informalização da economia, e o “favorecimento da produção para exportação em detrimento de necessidades internas” (*Id.* p. 138-139)

A Assembleia Constituinte de 1987 se mostrou uma “grande arena de disputas”, pautando a “reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária” (Behring; Boschetti, 2016, p. 139).

O processo de redemocratização, assim, alcançou conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988: a construção de uma Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, reunindo movimentos sociais, personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos; a expansão das políticas orientadas pelos princípios de universalização, responsabilidade pública e gestão democrática; a “introdução do conceito de Seguridade Social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados”; e as inovações democratizantes, como

“o novo estatuto dos municípios como entes federativos autônomos, os conselhos paritários de políticas e de direitos e a instituição de um ciclo orçamentário que passa a comportar um orçamento da seguridade social” (Behring; Boschetti, 2016, p. 144). Em contraposição, entraram no texto constitucional orientações que sustentam o conservadorismo no campo da política social, como a “contraditória convivência entre a universalização e a seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas” (*Ibid.*).

1.3 A política de Assistência Social: histórico e os últimos anos com o rebatimento da Pandemia do Coronavírus

São Tomás de Aquino, importante teólogo italiano (1224-1274) situou a assistência como um dos pilares da fé, imperativo da justiça social aos mais humildes (Villanueva *et al.*, 2016). Assim, desde a Idade Média, a Igreja Católica tem realizado atividades de assistencialismo aos mais pobres e necessitados, com a expansão das atividades, no século XIX, pela criação de hospitais, abrigos, escolas e outras instituições (Aguiar, 2023) e, desde então, suas ações de âmbito social se espalharam pelo mundo ao longo do tempo, por meio de uma vasta diversidade de instituições.

No Brasil, até a década de 1920, somente a Igreja Católica prestava ações voltadas à população vulnerável (Nunes, 2018), mas sem compromisso com a erradicação da pobreza, com destaque a instituições como as Santa Casa de Misericórdia, a Sociedade São Vicente de Paula e a Cáritas Brasileira. A partir daí, as instituições foram tomando caráter laico, com o posterior surgimento das escolas de Serviço Social e o gradual afastamento entre o âmbito religioso e as ações sociais (*Ibid.*).

Um marco da assistência no Brasil, embora ainda não como uma política social, se deu na criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pela então primeira-dama Darcy Vargas, em 1942. O órgão assistencial teve o objetivo inicial de ajudar às famílias dos soldados brasileiros enviados à Segunda Guerra Mundial, mas, com o fim da guerra, o atendimento foi expandido à população (Portabilis, 2019). Constituíam-se por uma organização de voluntárias coordenadas por primeiras-damas em todo o Brasil, de forma que o assistencialismo da época é comumente chamado de primeiro-damismo, caracterizado pela atenção aos pobres sem pautar reflexões políticas, com ações fragmentadas, pontuais e desordenadas (*Ibid.*). A criação, na mesma época, do Conselho de Serviço Social, para dar

suporte às entidades filantrópicas e privadas assistenciais, mostrou-se uma medida desfavorável para a sociedade, dados os esquemas de desvios e ações clientelistas às instituições (*Ibid.*). Em 1969, com o Regime Ditatorial em vigor, a LBA foi promovida à Fundação, ocorrência seguida pela criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e revisão do Código de Menores, os quais tinham medidas autoritárias e punitivas em relação às crianças e adolescentes, sem perspectivas pedagógicas (*Ibid.*). A extinção da LBA, em 1995, abre espaço para as Secretarias de Estado de Assistência Social (*Ibid.*).

Percebe-se, diante de todo o exposto, que o modo de produção capitalista torna a assistência uma necessidade impreterível, mas que, até então, não estava institucionalizada como política de Estado.

A Constituição Federal de 1988 confere, pela primeira vez, a condição de política pública à Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, em um conjunto integrado, constituindo a seguridade social brasileira, no artigo 194 (BRASIL, 1988) como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Nos anos seguintes, a política de Assistência Social teve sua regulamentação realizada por uma série de documentos, dos quais se destacam: a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993, que regula e estabelece normas e critérios objetivos para a organização da assistência como uma política não contributiva, que provê os mínimos sociais, garantindo o atendimento às necessidades básicas (MDS, 2009a); a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, que visa incorporar as demandas da sociedade brasileira à responsabilidade política, tornando clara suas diretrizes na efetivação da assistência social (MDS, 2005b); e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), criada no fim da década de 1990 e reformulada em 2005, que disciplina e normatiza a operacionalização da gestão da PNAS, permitindo a implementação do SUAS, em 2005, que materializa a política descrita na LOAS e pauta o fortalecimento da relação entre gestão, financiamento e controle social (MDS, 2012).

A estruturação do SUAS, assim como das várias outras políticas sociais, passa por inúmeras dificuldades, desde a formulação, implementação e funcionamento, atravessadas pelo sucateamento dos direitos sociais e o desfinanciamento do aparato público visando sua privatização pelos interesses neoliberais brasileiros. Ivanete Boschetti enfatiza que o Estado Social, situado no capitalismo tardio, está longe de uma natureza anticapitalista que intencione a socialização de riqueza por meio das políticas sociais, mas, por outro lado, não se

deve lê-lo como uma instância neutra de produção de bem-estar (2016). É importante reiterar que “o Estado Social é resultante de relações contraditórias determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas”, de forma que “as políticas sociais são conquistas civilizatórias fundamentais, mas que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade no modo de produção capitalista” (*Id.* p. 20).

A autora segue dizendo que, “no âmbito da seguridade social, a assistência social constitui um dos pilares da regulação do mercado e uma importante estratégia de aumento do consumo” (Boschetti, 2016, p. 21), principalmente para os banidos do mercado de trabalho, por auxílios e programas de renda mínima, assim, participa ativamente no processo de reprodução ampliada da superpopulação relativa “na condição de política central de garantia de recursos para assegurar o consumo e a reprodução da força de trabalho daqueles que não podem trabalhar” (*Ibid.*).

No contexto das crises inelimináveis do capital, no momento contemporâneo, é reacesa, então, a tensão entre o trabalho e a assistência social, no “contexto de aumento do desemprego, degradação do trabalho e a destruição dos direitos dele dependentes [...]”, levando à sua expansão e maior participação na reprodução da força de trabalho (Boschetti, 2016, p. 23). Assim, “a expansão [...] [da] assistência social assume uma função econômica de reabilitar a atividade econômica, de tornar os pobres mais produtivos, de preservar sua energia física [...] e de evitar os impulsos ao uso da violência para satisfação das necessidades” (PAUGAM; DUVOUX, 2008; DUVOUX, 2009 apud. Boschetti, 2016, p. 25).

Tudo o que se pretende expor é que a tendência geral de acumulação capitalista é diretamente responsável pela “agudização da desigualdade de classes e da crescente pauperização da classe trabalhadora” (Boschetti, 2016, p. 26), de forma que a corrosão dos direitos sociais, de modo geral, coage a expansão da assistência social, em um caráter de superação da pobreza (*Ibid.*), demarcando um objetivo que jamais será alcançado.

Segundo os professores Marina e Augusto (Pinto; Cerqueira, 2020), o processo de crise estrutural agravado após a Segunda Guerra Mundial trouxe o neoliberalismo como uma tentativa, praticamente global, de recuperação do crescimento da economia capitalista. O projeto político neoliberal, então, pautava-se na flexibilização da criação de demanda e oferta, flexibilização das relações de trabalho, com restrição dos direitos, redução da intervenção do Estado na esfera social e mercantilização dos direitos sociais, além da “adoção da ideologia individualista e ataque ao sentido do coletivo e da coisa pública, seja no fundamento filosófico, seja nos processos organizativos de ação e política” (*Id.* p. 40). A realidade,

entretanto, confirmou a incapacidade desse projeto resolver o que se propunha, mas se tornou um “promotor da ampliação do abismo entre ‘ricos e pobres no mundo’” (*Ibid.*), ou seja, a desigualdade social. Têm-se, como consequências visíveis, as contrarreformas em “distintos campos de reconhecimento e validação de direitos, os processos de privatização diretos e indiretos”, a defesa da falsa ideia de meritocracia e empreendedorismo, “o desmonte das políticas sociais, o aprofundamento da precarização do trabalho, o avanço ainda mais voraz sobre o meio ambiente, os ataques a já frágil democracia burguesa, a ciência, a educação, as instituições de ensino e pesquisa” (*Ibid.*).

O estado de pandemia no Brasil, declarado em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trouxe grande impacto em todos os âmbitos da vida da população, agravados pela falta de estratégia do governo federal no tratamento da situação (CRESS MG, 2022). A precarização do trabalho, inclusive, foi fortemente evidenciada pela situação, expressa no crescimento colossal do desemprego, da informalidade, fragilização das condições laborais e, por conseguinte, a corrosão dos direitos sociais e trabalhistas. Os profissionais das equipes dos serviços socioassistenciais, bem como de todas as outras políticas, sofreram profundamente os impactos da pandemia, não só pelo aumento da demanda dos serviços, mas, também, em suas próprias condições de trabalho e socialização.

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), realizou uma pesquisa com as assistentes sociais a respeito do exercício profissional da categoria durante a pandemia e, apesar de estar restrito à profissão assistente social, pode-se expandir alguns aspectos da análise às equipes multidisciplinares dos serviços assistenciais como um todo. As equipes viam-se na “linha de frente” de atendimento das demandas e, com a atuação cotidiana realizada, majoritariamente, em modalidade presencial (CRESS-MG, 2022), os profissionais estiveram fortemente expostos ao risco de contaminação, além da exaustão causada pelo aumento das demandas chegadas aos equipamentos. Foram pontuados desafios como dificuldade de conectividade à internet, de acesso às informações necessárias ao trabalho, equipamentos inadequados, como celular e computador, a manutenção da jornada regular de trabalho, espaço físico adequado para a execução do trabalho, o estabelecimento de comunicação com colegas de trabalho, o acúmulo de teletrabalho/trabalho remoto/*home office* com o trabalho doméstico e/ou com a maternidade/paternidade e as imprevistos e instabilidades relacionados ao combate da pandemia de Covid-19 no país (*Ibid.*). Conforme o CRESS-MG, por fim, os dados coletados confirmaram as hipóteses de que “a dinâmica e as condições de trabalho foram modificadas e sem nenhuma contrapartida, apoio técnico ou financeiro por parte dos empregadores, das instituições e dos serviços”, levando ao “aumento da precarização das condições de trabalho e da sobrecarga de trabalho” (CRESS-MG, 2022).

2 Análise das Proteções Sociais Básica e Especial da Política de Assistência Social de Mariana

Para o cumprimento dos objetivos a que se propõe a política de Assistência Social, é necessário que haja plena correspondência entre as demandas da população e a capacidade de atendimento da rede socioassistencial. É crucial, assim, o conhecimento dessa população, no que tange a seu tamanho e sua identidade, bem como o conhecimento das condições estruturais e estruturantes da oferta de serviços no território, a fim de analisar e avaliar se a condução da política de Assistência Social em Mariana corrobora para o acesso da população a seus direitos e para a mitigação das refrações da “questão social”.

Foram escolhidos, estrategicamente, como objetos centrais de análise, os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Mariana, em razão de suas caracterizações como portas de entrada do SUAS, possibilitando o acesso de muitas famílias à rede de proteção social de assistência social e sendo, potencialmente, centros difusores de direitos e de mobilização social.

2.1 Normativas que orientam a política de Assistência Social

A organização da política de Assistência Social se formalizou, inicialmente, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), decretada pelo Congresso Nacional e sancionada em 7 de dezembro de 1993, que afirma a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, no caráter de Política de Seguridade Social não contributiva, prevendo os mínimos sociais por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e privada para garantir o atendimento às necessidades básicas (MDS, 2009a).

Em decisão conjunta, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaboraram e tornaram pública, em 15 de outubro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano seguinte, com o compromisso de materializar as diretrizes da LOAS (MDS, 2005b).

Aprovada pela Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005, a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS), retomando as normas de 1997 e 1998, visa disciplinar e operacionalizar a gestão da política de Assistência Social, no que tange ao caráter

e níveis de gestão do SUAS, bem como suas instâncias de articulação, pactuação e deliberação, às competências e responsabilidades das três esferas de governo, a relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais, os instrumentos e formas de gestão financeira, dentre outros direcionamentos (MDS, 2005a).

A publicação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), em 2007, trouxe avanços significativos para a profissionalização da política de assistência social, através de orientações para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS acerca das equipes de referência, diretrizes para capacitação, para planos de carreira, cargos e salários, para entidades e organizações de assistência social e cofinanciamento da gestão do trabalho, bem como conceitos e regras que guiam os trabalhadores a uma gestão ética e comprometida com a Política de Assistência Social (MDS, 2011b).

A Resolução do CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009, foi responsável pela aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que padroniza os serviços e equipamentos físicos por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, sistematizando a descrição, objetivos, provisões, aquisições dos usuários, condições e formas de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado e regulamentações de cada um dos serviços socioassistenciais (MDS, 2014).

Expedida pela Secretaria Nacional de Assistência Social em 2009, as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS objetivam subsidiar o funcionamento dos CRAS por meio de um conjunto de diretrizes e informações sobre planejamento, implantação e organização adequados desse equipamento, em torno do qual se organiza os serviços de proteção básica (MDS, 2009b).

Semelhantemente, o documento Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, expedido, também, pela Secretaria Nacional de Assistência Social, em 2011, visa, através de um conjunto de orientações e informações legalmente embasadas, contribuir para o processo de aprimoramento do CREAS no que tange a sua implantação, infraestrutura, gestão de recursos humanos e de controle social (MDS, 2011c).

2.2 O município de Mariana

A formação do estado de Minas Gerais situa o estado, ao longo de toda a sua história,

como um grande “quintal”: nascido da faminta busca dos bandeirantes por ouro e pedras preciosas nos séculos XVI a XVIII, passando pelas fases de produção de açúcar, fumo, algodão e ao importante “ciclo do café”, até a extração de minério de ferro e instalação da siderurgia, somado à exploração da força de trabalho do corpo proletariado, envolvidos em todas as etapas de tais processos, Minas Gerais fornece recursos exportáveis até os dias atuais. O nascimento e desenvolvimento da maioria das cidades mineiras, a propósito, se deram no período da extração aurífera ou como consequência dele: nas proximidades das minas ou como locais de passagem entre elas e portos de exportação.

Mariana, nesse contexto, se constitui como a primeira vila, cidade e capital do estado de Minas Gerais. Nascida em 1745, ocupou o posto de uma das maiores cidades produtoras de ouro para o Império Português no século XVIII e, com a escravidão, se tornou a primeira capital mineira, devido à disputa de Vilas para a obtenção de ouro para a capital do estado (Mariana, 2020). Seu nome faz homenagem à rainha D. Maria Ana d’Áustria.

A conjunção de vários arraiais próximos levou a formação de distritos, que se desenvolveram ao longo do tempo. Conforme a divisão administrativa, o município de Mariana é composto por 35 bairros (na sede), 10 distritos (Bandeirantes, Cachoeira do Brumado, Camargos, Cláudio Manoel, Furquim, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Passagem de Mariana, Santa Rita Durão e Águas Claras. Acaiaca e Diogo de Vasconcelos, atualmente emancipados, já foram distritos) e mais de 20 subdistritos, dentre eles Bento Rodrigues e Paracatu, atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em 5 de novembro de 2015, que deixou 19 mortos e 1 desaparecido (Mariana, 2020).

O centro histórico de Mariana mantém o modelo arquitetônico colonial, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com ruas, casarões e igrejas dos séculos XVII e XIX, somado ao ecoturismo das paisagens naturais montanhosas e cachoeiras e a produção de artesanatos nos distritos, Mariana é alvo de grande atratividade turística, que movimenta, também, a economia local (Mariana, 2020).

Nas configurações de território, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), Mariana é considerado um Centro Local na Hierarquia Urbana (dado de 2018), ou seja, um município de médio porte, estando sob a Região de Influência do Arranjo Populacional de Belo Horizonte–MG (dado de 2018), na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (dado de 2021) e na Microrregião de Ouro Preto (dado de 2021). Está na Unidade Regional de Conservação Zona da Mata, no Bioma Mata Atlântica.

No que tange à demografia, Mariana, segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, possui território de 1.194,208 km², e população estimada em 64.058 habitantes, distribuída em 87,87% residente em área urbana e 12,13% em área rural (Censo 2010), levando à densidade populacional de 51,40 hab/km² (Censo 2010), embora os dados estejam desatualizados (IBGE, 2024).

Em relação a trabalho e rendimento, dados de 2022 indicam o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2,6 salários mínimos, com população ocupada estimada em 35,18% (IBGE, 2024). Já no campo da educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos, até 2010, estava em 98%; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que mede o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (escalado de 0 a 10, crescentemente), estava, até 2021, na rede pública, em 5,6 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,9 nos anos finais, ambos abaixo da meta de 6 estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC); dados de 2023 indicam a presença de 38 escolas de ensino fundamental em Mariana, com 8.228 alunos matriculados e 10 estabelecimentos de ensino médio, com 2.002 alunos matriculados (*Ibid.*).

Quanto à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Mariana, em 2021, era de R\$119.155,40 (IBGE, 2024). O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado em Mariana é de 2021, e pontuou 0,742, que indica um alto desenvolvimento (IBGE, 2024). O Índice de GINI é outro marcador importante, que mensura o grau de desigualdade na distribuição de renda: o valor 0 representa um cenário de igualdade de renda e o valor 1 indica heterogeneidade na distribuição de renda, de forma que, em 2010, o Índice de GINI de Mariana era de 0,51 (Mariana, 2020).

No quesito saúde, a taxa de mortalidade infantil, em 2022, estava em 1.138%, que representa 11,38 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2024). Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, Mariana conta atualmente com 3 CAPS (II, AD e IJ), 1 Casa Azul e 1 Casa Rosa, 1 Central de Vacinação, 1 Conviver, 1 Epidemiologia, 3 Farmácias públicas (Central, do estado e Satélite), 1 Fisioterapia, 1 Fonoaudiologia, 1 Laboratório de Epidemiologia, 1 Laboratório Municipal, 1 Odontologia, 1 Policlínica, 1 Previne, 1 Promane, 1 SAD, 1 Transporte Sanitário, 29 UBS em distritos e subdistritos, 6 UBS em bairros, 1 Vigilância em Saúde, 1 Zoonoses e 1 Centro de Acolhimento de Animais (CAA), totalizando 58 unidades de saúde (Mariana, 2024).

Os dados sobre Meio Ambiente e Território do IBGE referem-se, majoritariamente, a

2010, e indicam 11,77 km² de área urbanizada (dados de 2019), 78% de esgotamento sanitário adequado (dados de 2010), 47,1% de arborização nas vias públicas (dados de 2010) e uma população de 1.702 pessoas expostas em áreas de risco de inundações, enxurradas e deslizamentos (dados de 2010) (IBGE, 2024).

Mariana se insere na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, integrando o Quadrilátero Ferrífero, devido à alta produção e comércio de minério de ferro: em 2012, foi a 4ª cidade brasileira em arrecadação de *royalties* pela extração de minério (Mariana, 2020). A atividade mineratória se inicia em Mariana na década de 1940, mas somente passa a ser regulamentada na segunda década dos anos 2000 (Cipriano; Mota, 2020). A economista Rafaela Barbosa (2018, p. 38), destaca que o crescimento da atividade mineradora, causado pela instalação de empresas do setor, também é responsável pela atração de trabalhadores, vindo de várias localidades (inclusive outros países), buscando oportunidades de emprego nas mineradoras e nas obras de reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos atingidos pelo rompimento da barragem em 2015. Somado a este movimento, o deslocamento da população rural para o centro urbano do município (*ibid.*) e a vinda de estudantes, de várias localidades, para a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), são responsáveis pelo aumento exorbitante da população flutuante de Mariana.

Relacionando as reflexões de Barbosa (2018, p.38-39) com a observação do cotidiano marianense, é possível destacar alguns efeitos visíveis desse crescimento populacional: o aumento do custo de vida da cidade, que incluem, principalmente, os preços de alimentação e moradia; o crescimento desordenado da cidade, levando a ocupação irregular de várias áreas, geralmente sem saneamento básico; a saturação imobiliária, quando a alta demanda por moradia eleva drasticamente o preço dos aluguéis; a debilidade do serviço público em atender toda a população; problemas no tráfego urbano, em razão da abundância de veículos e pedestres em contraste com o traçado urbano de forte herança colonial (onde eram comuns veículos de tração animal); escassez de água em épocas de estiagem em função de má distribuição; lotação e desgaste acelerado dos veículos de transporte público; grande contingente de população em situação de rua, dentre outras questões que influem na dinâmica do município.

Além disso, Barbosa ressalta o conceito de minério-dependência, que envolve a população, fomentando, além da dependência econômica, uma dependência social e cultural, que “traz consigo ‘uma maior tolerância por parte da população frente aos prejuízos, não só ambientais, mas também sociais, como a superexploração do trabalho’” (Coelho, 2012 *apud.*

Barbosa, 2018, p. 39).

2.2.1 A Rede Socioassistencial de Mariana–MG

Conforme o Plano Municipal de Assistência, que apresenta, na introdução, o histórico da rede socioassistencial de Mariana, a Secretaria de Ação Social foi criada em 20 de janeiro de 1997, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, sendo a organização da política de assistência social vinculada como um setor da Secretaria Municipal de Saúde (Mariana, 2023). As definições das normativas municipais acerca da política de Assistência Social foram iniciadas em 5 de abril de 1997, juntamente com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar e, posteriormente, em 3 de julho de 1997, foi criado o Conselho Municipal de Assistência Social (*Ibid.*).

Já no nível de Gestão Plena, que afirma total capacidade do município de gerir as ações assistenciais de uma rede ampla de serviços, programas e benefícios, no decorrer dos anos de 2002 a 2014, foram criados outros conselhos de direitos, ampliação da rede de serviços socioassistenciais. Após o rompimento da Barragem de Fundão, propriedade da Samarco Mineração S/A, em 5 de novembro de 2015, caracterizado com um dos maiores crimes/desastres socioambientais do país, a rede socioassistencial de Mariana se viu sobrecarregada no atendimento e acompanhamento psicossocial da população, atingida de diferentes formas (Mariana, 2023).

A criação da Lei do SUAS Mariana (Lei n.º:3.153/2017), em 2017, que regulamenta a política pública de Assistência Social no município, fomentou a ampliação da rede de atendimento e, desde então, se organiza pelos níveis de proteção formatados pela LOAS, sendo estes I - PSB (Proteção Social Básica), II - PSE (Proteção Social Especial), que abrange a proteção de média e alta complexidade. Sendo assim, a Proteção Social Básica do município de Mariana opera com 2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cada um com uma Equipe Volante associada que, na prática, atuam como CRAS independentes (Equipe Volante Bairros e Equipe Volante Distritos), 1 Centro de Referência da Infância e Juventude (CRIA), 1 Centro de Referência do Idoso (RecriaVida) e 1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 1 Programa de Inclusão Produtiva (em três modalidades: para mulheres, pessoas com deficiência e idosos), 1 Plantão Social; e a Proteção Social Especial é composta por 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 4 Unidades de Acolhimento Institucional, sendo UAI Criança, UAI Adolescente, UAI Adulto Masculino, UAI Adulto Feminino, 1 Centro Pop e 1 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, vínculo com o Programa Bolsa Família, Coordenação de Habitação, Vigilância

Socioassistencial, Assistência Judiciária Municipal e Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, 1 Posto de Cadastramento do Cadastro Único (CadÚnico), um Conselho Municipal de Assistência Social e demais Conselhos de defesa de direitos, bem como uma equipe dedicada à Gestão da pasta de Assistência Social (Mariana, 2023).

A rede socioassistencial conta, também, com algumas entidades e organizações de assistência social parceiras da administração pública no atendimento às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Serviço de convivência para pessoa com deficiência), Comunidade da Figueira (Centro-dia para pessoas com deficiência), Lar Santa Maria (Instituição de Longa Permanência para Idosos), Casa Lar Estrela (serviço de Convivência para crianças e adolescentes) e Projeto Social Alferes (Serviço de Convivência para crianças e adolescentes (Mariana, 2023).

2.2.2 A população usuária da política de Assistência Social em Mariana

O site da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome apresenta os seguintes dados a respeito do município de Mariana, no ano de 2024. Embora o ano de 2024 não esteja no recorte de tempo considerado neste trabalho, é possível observar o panorama da população cadastrada em faixas de renda, de forma que ilustram as condições da população usuária da Política de Assistência Social em Mariana.

Conforme a figura 1, constam como cadastradas no Cadastro Único em Mariana 12.892 famílias, destas, aproximadamente 45% estão em situação de pobreza, 18% em situação de baixa renda e 35% com renda acima de ½ salário mínimo. No quantitativo de cadastros, constam 29.371 pessoas, e as proporções de faixa de renda se mantêm semelhantes.

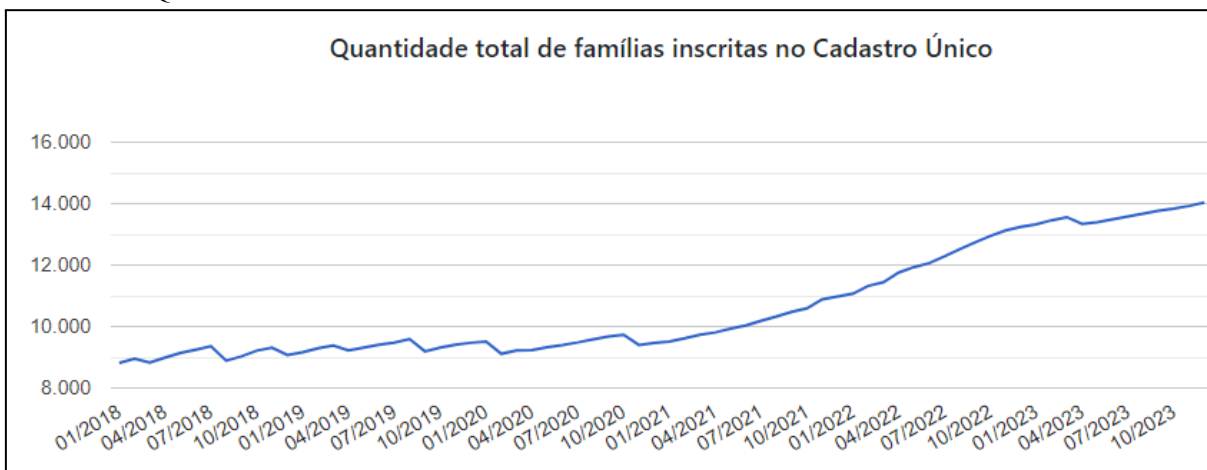
Figura 1 - Captura de tela do Relatório de Informações v.4



Fonte: SAGI, Relatório de Programas e Ações, 2024

No que tange ao período de 2018 a 2023, o qual é o recorte temporal da pesquisa, o site da SAGI apresenta o quantitativo total de famílias inscritas no Cadastro Único. No gráfico 1, é possível perceber o aumento do número de famílias de 8.814, em janeiro de 2018, para 14.032 em dezembro de 2023, que representa um aumento de aproximadamente 59%.

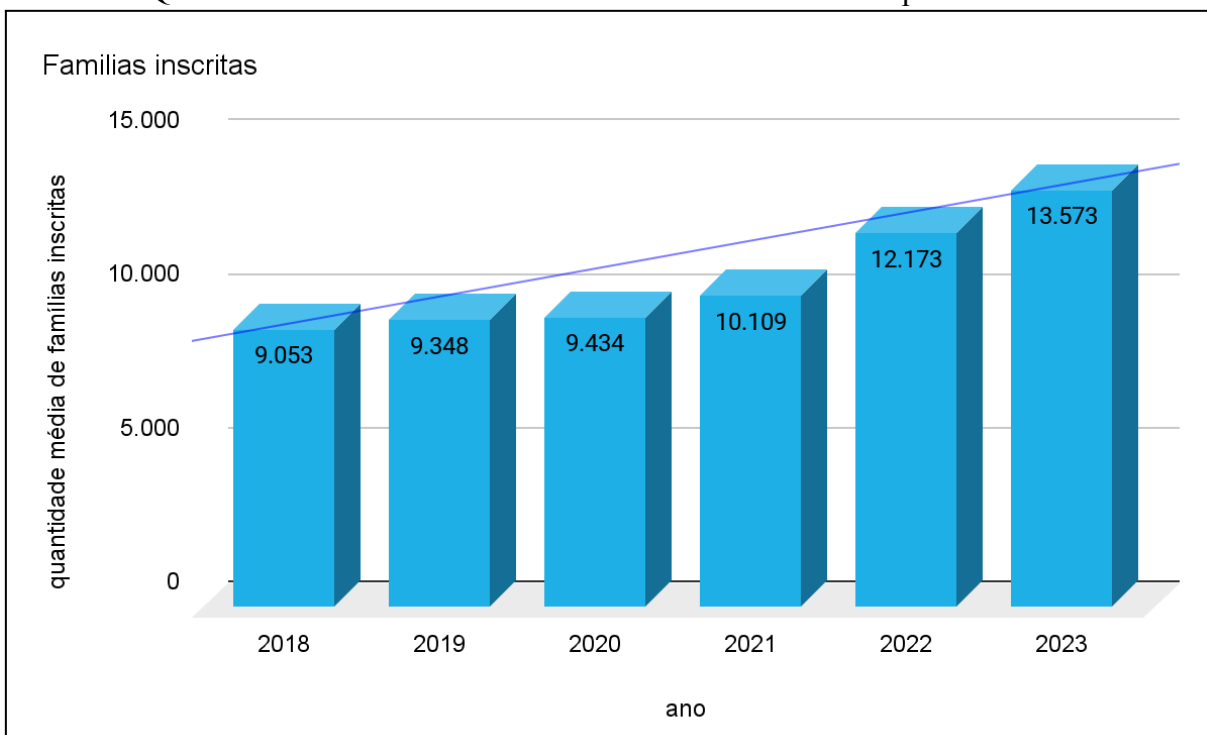
Gráfico 1 - Quantidade total de famílias inscritas no Cadastro Único 2018-2023



Fonte: SAGI, Data Explorer, 2023

Para fins de facilidade de visualização, o gráfico 2, por sua vez, representa uma simplificação do gráfico 1, ao ilustrar a quantidade média de famílias inscritas em cada ano, de 2018 a 2023. A variação da quantidade de famílias se mantém em uma linha crescente.

Gráfico 2 - Quantidade média de famílias inscritas no Cadastro Único por ano

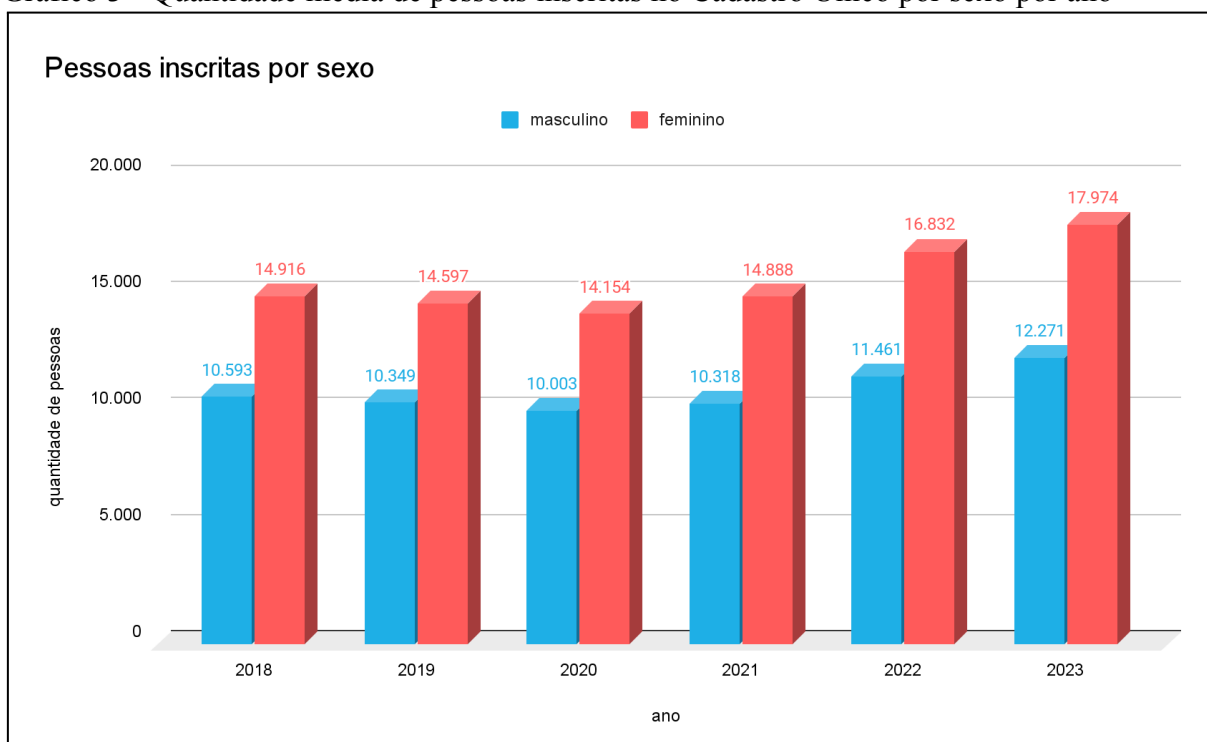


Fonte: SAGI, elaboração da autora, 2024.

Além do número bruto de pessoas inscritas no Cadastro Único, é importante destacar outros aspectos populacionais, como sexo, faixa etária, raça/etnia e a localização dos domicílios, que serão expostos a seguir. O site da SAGI, de onde as séries históricas utilizadas na elaboração dos gráficos, apresenta o número de pessoas cadastradas mensalmente, levando a um grande volume de informações que, para o intuito desta apresentação, é supérfluo. Assim, a fim de facilitar a visualização e análise, os gráficos a seguir foram elaborados tendo por base a quantidade média de pessoas por ano, em cada um dos aspectos apresentados.

O gráfico 3 apresenta a quantidade média de pessoas do sexo masculino e feminino cadastradas no CadÚnico em Mariana, onde é perceptível o maior número de mulheres. Tal diferença se dá pela tendência socioeconômica de mulheres receberem menores remunerações do que os homens (cerca de 20% a menos), conforme o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios de 2024 do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e das Mulheres (Brasil, 2024). Assim, com menores salários, as mulheres se tornam mais vulneráveis economicamente, levando a uma maior dependência de políticas de distribuição de renda e benefícios eventuais. Outro ponto a se considerar é o grande número de famílias chefiadas por mulheres e/ou monoparentais, que elevam a dependência da família de políticas sociais para sua subsistência.

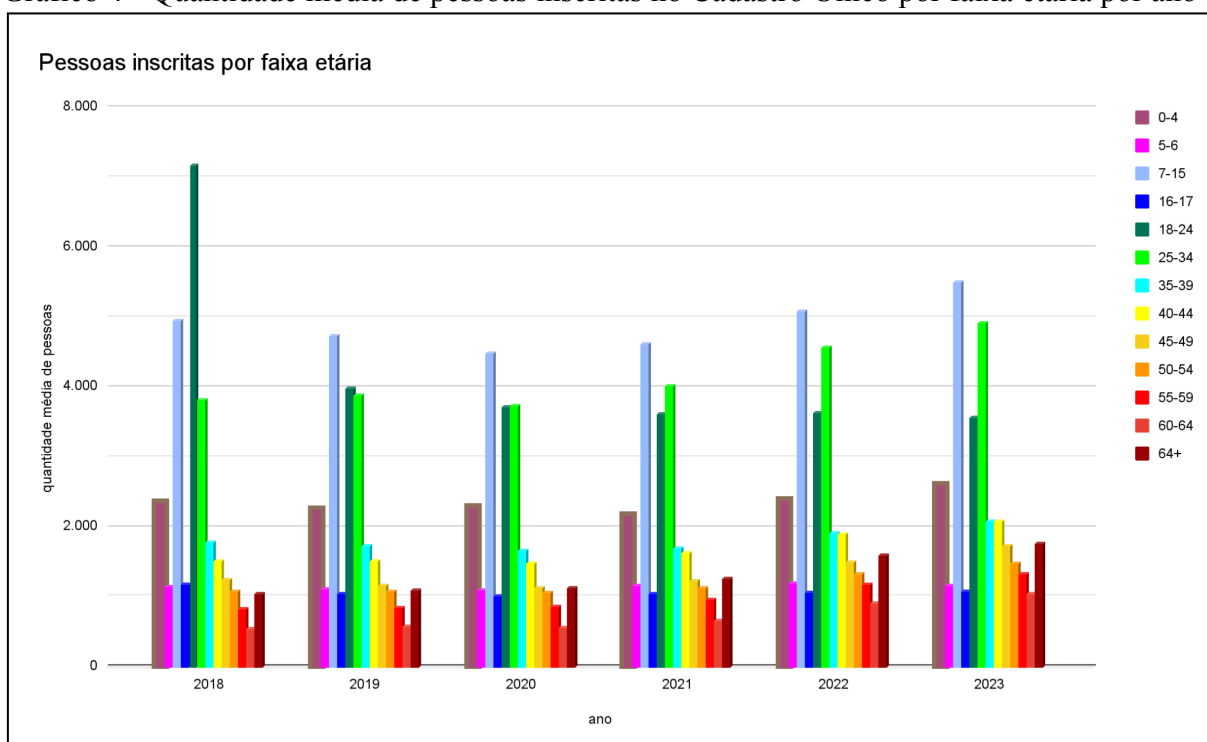
Gráfico 3 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo por ano



Fonte: SAGI, elaboração da autora, 2024.

A quantidade média de pessoas por cada faixa etária, expressas no gráfico 4, evoca algumas reflexões sobre a dinâmica entre as diversas políticas sociais: a grande quantidade de crianças de 0 a 4 anos releva a alta demanda por creches em todos os territórios de Mariana, bem como o alto número de crianças/adolescente de 7 a 17, que estão em idade escolar, revelam a demanda por escolas de tempo integral nos territórios, bem como o acompanhamento da rede intersetorial para um bom desempenho escolar dessas crianças, visando uma formação de qualidade e emancipatória. O expressivo quantitativo de pessoas de 18 a 24 e 25 a 34 anos cadastradas pode ser analisado em paralelo com os índices de desemprego e informalidade em Mariana, que tornam essa parte da população mais necessitada de programas de distribuição de renda e benefícios eventuais.

Gráfico 4 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por faixa etária por ano



Fonte: SAGI, elaboração da autora, 2024

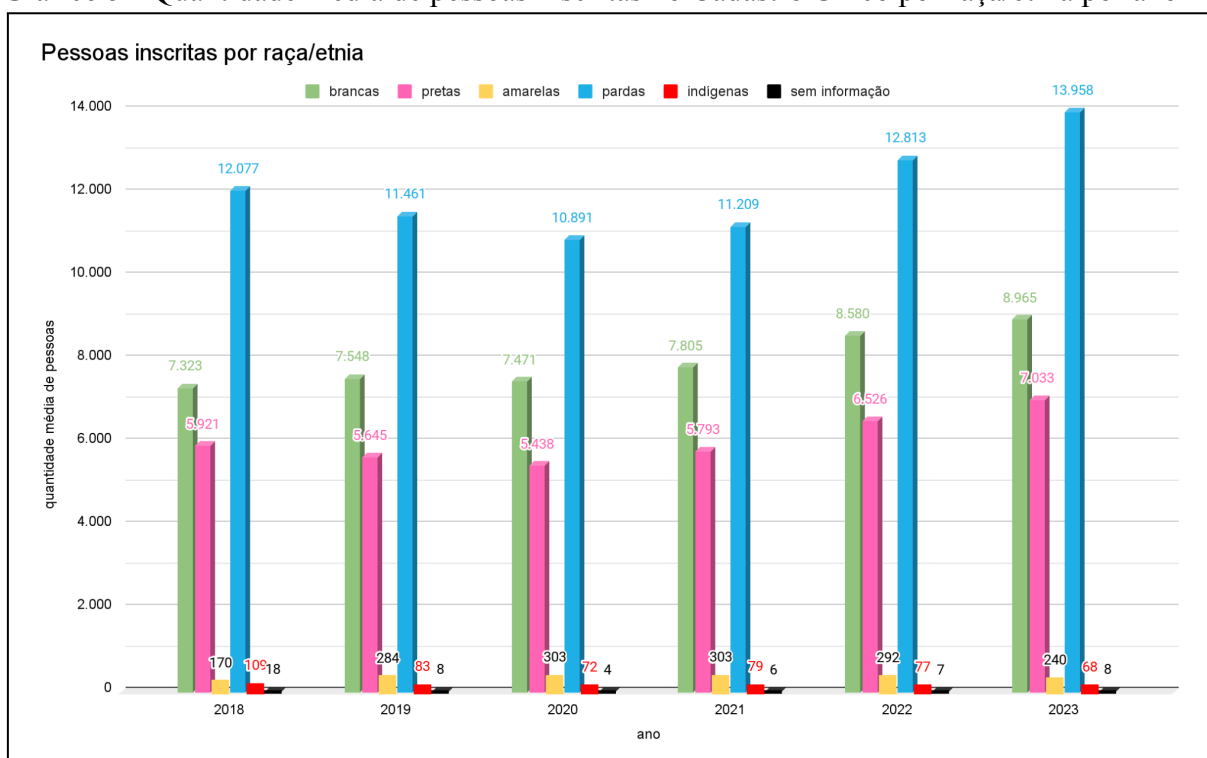
A observância dos quantitativos médios de pessoas por raça/etnia é interessante pela formação sócio-histórica do município: um território ocupado por povos indígenas que, com o avanço da colonização, recebeu bandeirantes exploradores, colonos, escravizados, fazendeiros, garimpeiros e, ainda, hoje, recebe um grande contingente de pessoas com interesses diversos. O gráfico 5 apresenta o número de pardos como a maior parte da população cadastrada, seguido dos brancos, pretos, amarelos e indígenas, sendo os dois últimos com poucos registros. Embora estejam devidamente caracterizadas pelo IBGE, as categorias de preto e pardo ainda são fortes geradoras de debate nesse tipo de levantamento de

dados, visto que a fragilidade de letramento racial, na maior parte da população, compromete a autodeclaração de raça. Acontece, semelhantemente, com os amarelos que, conforme o IBGE, se refere a pessoas de origem oriental (japonesa, chinesa, coreana), entretanto muitas pessoas, geralmente pardas e brancas, deduzem que “amarelo” se referem ao tom/subtom de pele, e se autodeclararam assim, comprometendo a veracidade dos dados.

O quantitativo somado de pardos e pretos ser maior que o quantitativo total de brancos é outro fator intrinsecamente ligado à formação sócio-histórica de Minas Gerais e, conseqüentemente, constitui maioria da população usuária de políticas sociais, visto que, historicamente, pretos e pardos compõem as camadas populacionais com as menores faixas de renda, conforme dados do IBGE (dados de 2021), que apontaram que “a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%)” (IBGE, 2022).

Importante observar, também, a baixa quantidade de pessoas indígenas cadastradas, que pode ser associada, não só, ao extermínio histórico, mas também a invisibilização dos povos indígenas até os dias atuais, que compromete o reconhecimento e autoconhecimento dos povos e, conseqüentemente, o acesso a direitos legalmente voltados a esse grupo populacional.

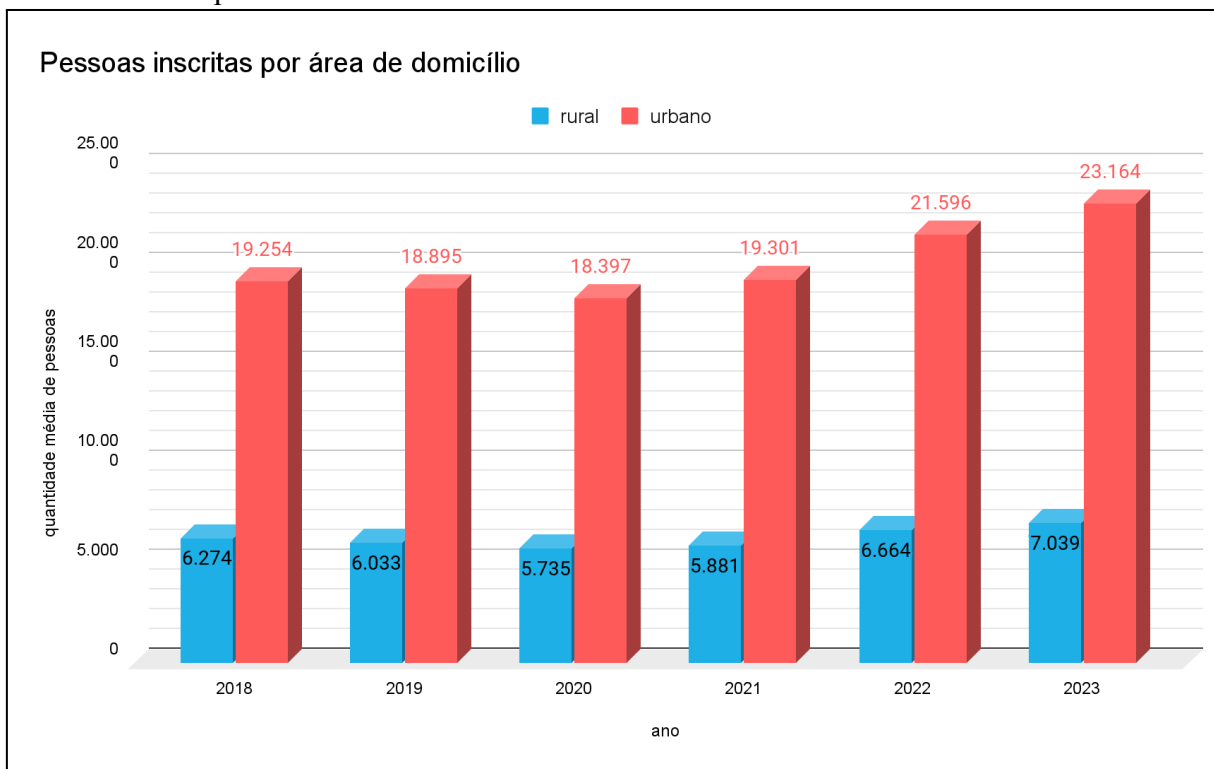
Gráfico 5 - Quantidade média de pessoas inscritas no Cadastro Único por raça/etnia por ano



Fonte: SAGI, elaboração da autora, 2024

Conforme o gráfico 6, a maioria da população cadastrada no CadÚnico reside em áreas urbanas, entretanto, devido à grande extensão rural de Mariana, há um grande número de pessoas residentes em áreas rurais, nos distritos e subdistritos, a diferentes distâncias da sede urbana.

Gráfico 6 - Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único residentes em domicílios rurais e urbanos por ano



Fonte: SAGI, elaboração da autora, 2024

Até julho de 2022, conforme apresentado pelo Plano Municipal de Assistência Social de Mariana (2023), das 28.470 pessoas cadastradas, 55% estavam em situação de extrema pobreza (renda per capita de R\$0 a R\$105,00), 7% em situação de pobreza (renda per capita de R\$105,01 a R\$210,00), 24% de baixa renda (entre R\$210,01 e meio salário mínimo per capita) e 14% acima de meio salário mínimo (acima de R\$606,00 per capita). Fica nítido que mais da metade da população cadastrada vivem em condições de extrema pobreza, sendo integralmente dependentes das políticas sociais para sobrevivência, reforçando a necessidade do fortalecimento das políticas e, neste caso, principalmente a política de Assistência Social, para que os direitos fundamentais à vida, a alimentação e a moradia, que são inalienáveis, sejam acessados pela população.

2.3 Balizamentos da pesquisa

Aspectos Analisados

O processo de operacionalização de uma política pública é condicionado ao bom funcionamento de diversos aspectos que a integram, desde as etapas de planejamento até o cotidiano das equipes em cada serviço, programa e projeto que integra a Assistência Social. Com a finalidade de organização, os aspectos analisados nessa pesquisa foram categorizados em três blocos, que correspondem a três importantes engrenagens que, juntas, fazem a Proteção Social alcançar seus objetivos de possibilitar à sua população usuária o acesso a seus direitos.

O primeiro bloco de aspectos diz respeito à estrutura física das unidades de atendimento da Assistência Social, e pauta os seguintes detalhes: a rotatividade de endereços dos equipamentos; as condições do imóvel que sedia o serviço, no que tange à localização, a ocupação predial e a propriedade do imóvel; o horário de funcionamento do serviço; a capacidade de referenciamento; a existência de salas de atendimento que garantam o direito do usuário ao sigilo e demais espaços físicos onde as atividades essenciais sejam realizadas; as condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; e os recursos tecnológicos disponíveis, como telefones/celulares e computadores conectados à internet para comunicação e uso de sistemas informatizados. Esses aspectos são de suma importância para a execução da política, visto que representam as condições tangíveis dessa execução, como o lugar físico e suas condições de possibilitar a realização das atividades cotidianas.

O segundo bloco trata das condições ético-políticas do funcionamento e oferta dos serviços, e pauta detalhes como a oferta dos serviços essenciais conforme a Tipificação Nacional; as articulações com a rede intersetorial visando uma dinâmica de integralidade do acesso a direitos da população; o tipo de registro de informações e prontuários utilizados; os diferentes aspectos que perpassam o território e influenciam na vulnerabilidade socioeconômica das famílias e a presença e o atendimento a povos e comunidades específicas no território; a efetivação da garantia do sigilo no atendimento ao usuário e suas informações; e o funcionamento do equipamento durante a pandemia de Covid-19, com o decreto de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) de março de 2020 a abril de 2022. A execução da política de Assistência necessita prezar pela efetividade e qualidade dos serviços ofertados, que podem ser observados tendo os aspectos citados como parâmetros.

O terceiro bloco, no que lhe concerne, incorpora aspectos do trabalho profissional das equipes dos equipamentos da rede assistencial: o cumprimento das orientações sobre o profissional coordenador da equipe; o quantitativo de profissionais da equipe mínima de

referência, as relações entre a remuneração e o vínculo empregatício; bem como a carga horária e a rotatividade dos trabalhadores. As condições de trabalho das equipes que integram a rede de serviços são fundamentais para a execução da política, visto que são pessoas que movimentam todo um sistema de ações voltado para produção e reprodução das relações entre pessoas, ou seja, a manutenção da vida, que deve ser vivida com dignidade.

Censo SUAS: a fonte dos dados

Os formulários utilizados na coleta de dados dessa pesquisa constituem o Censo SUAS, o qual é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pelo Decreto n.º 7.334/2010, através da coleta e sistematização de informações sobre os padrões de serviços, programas e projetos realizados no âmbito do SUAS e de seu controle social para a construção de indicadores para monitoramento e aprimoramento da gestão e do controle de todo o sistema (MDS, 2022).

Cada serviço da rede socioassistencial responde a um formulário conforme sua tipificação e os dados são enviados conjuntamente na plataforma *on-line* do Censo SUAS. O Censo é realizado anualmente, com a coleta de dados iniciada no segundo semestre do ano.

Dados complementares foram coletados no GESUAS, o *software* privado de gestão de Sistema Único de Assistência Social, em que são construídos os prontuários de atendimentos e, dentre muitas funcionalidades, gerados relatórios de atendimentos e de população usuária dos serviços. O GESUAS foi implantado em Mariana em julho de 2018.

O recorte de tempo 2018 a 2023, considerado neste trabalho, foi estrategicamente escolhido em razão do acesso aos formulários preenchidos do Censo SUAS. No decorrer desse período de seis anos, é possível perceber as mudanças na política de Assistência Social e sua população usuária em cenários antes, durante e depois da pandemia de Covid-19, que causou fortes impactos em diversas áreas além da saúde. O Censo referente a 2024 será iniciado em data posterior à finalização desta pesquisa, impossibilitando sua consideração na análise.

2.4 Dados e discussões

2.4.1 Proteção Social Básica

Os objetivos centrais da Proteção Social Básica são a prevenção de situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Seu público alvo é a população em situação de vulnerabilidade social, seja decorrente da pobreza, privação (de acesso à renda e serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos sociais, tanto familiares quanto comunitários. Os programas e projetos, executados pelas três instâncias de governo, devem ser articuladas em rede, dentro do SUAS e com as demais políticas públicas locais, visando a superação das condições de vulnerabilidade e prevenção de potenciais riscos, bem como a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos (MDS, 2005b).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal, de base territorial, responsável pela execução direta dos serviços de proteção social básica, organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (MDS, 2005b).

2.4.1.1 Estrutura física da unidade

O documento *Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS* (MDS, 2009b) é o que melhor norteia, especificamente, os aspectos referentes ao CRAS analisados nesta pesquisa. No que tange ao território de instalação dos CRAS, a recomendação é que “sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias” (*Id.* p. 36). Recomenda-se que o CRAS seja instalado, “preferencialmente, em imóvel estatal, em especial imóvel adquirido pela gestão municipal para essa finalidade” (*Id.* p. 50), com atenção ao tempo de duração do aluguel, visto que “a permanência do CRAS em determinado local é importante para que se torne referência” para sua população usuária (*ibid.*).

Quanto ao funcionamento, recomenda-se que deva funcionar, “no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando 40 horas semanais, com a equipe de referência completa” (MDS, 2009b, p. 61). A NOB-SUAS é que pontua a capacidade de referenciamento do CRAS, que está relacionada “I. ao número de famílias do território; II. à estrutura física da unidade; e III. à quantidade de profissionais que atuam na unidade”, sendo

que a organização por número de famílias se divide em: “I. até 2.500 famílias; II. de 2.001 a 3.500 famílias; e III. de 3.501 até 5.000 famílias” (MDS, 2012. p. 35).

Conforme as Orientações Técnicas do CRAS sobre o espaço físico da unidade, este

[...] deve necessariamente possuir ambientes que garantam a oferta do PAIF, compatível com a capacidade/ano de atendimento de cada CRAS, além de ambiente específico que garanta o cumprimento de sua função de gestão territorial da proteção social básica. Caso se opte pela oferta de outros serviços de convivência - para jovens, idosos, crianças e adolescentes - bem como de projeto de inclusão produtiva no CRAS, o espaço físico deverá ser maior do que o sugerido para o PAIF e adequado para tal, de maneira a cumprir as orientações técnicas, específicas para cada serviço de convivência ou projeto (MDS, 2009b. p. 50-57).

De forma que o todo CRAS deve conter recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros, sendo 2 espaços reservados a sala de atendimento e 2 a sala de uso coletivo e, ao restante, 1 espaço para cada (*ibid.*).

A acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida é um importante aspecto a se observar em todas as unidades de serviço de qualquer política social, seja ela pública ou privada. Para os CRAS, é orientado que os espaços físicos atendam as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), possuindo, particularmente:

- a) acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS;
- b) acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS;
- c) banheiro adaptado para pessoas com deficiência;
- d) pessoas disponíveis e treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência (com conhecimento em Libras [Língua Brasileira de Sinais], treinados em auxiliar pessoas em cadeiras de roda, com deficiência visual, entre outros). Também é importante que o CRAS adquira materiais favorecedores do atendimento socioassistencial destinado a pessoas com deficiência, tais como material informativo em braile, em áudio, entre outros (MDS, 2009b, p. 56).

Para a realização de atividades de suma importância do CRAS, como visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em áreas dispersas do território de abrangência, bem como atividades de articulação com a rede intersetorial, é essencial que a unidade conte com a presença de um automóvel de uso exclusivo, conforme as Orientações Técnicas do CRAS (MDS, 2009b).

A identificação da unidade, visando “garantir a visibilidade da unidade e o acesso facilitado das famílias beneficiárias, bem como sua vinculação [da unidade] ao SUAS” (MDS, 2009b, p. 57) é, igualmente, um fator de grande importância, e deve ser efetivado através de uma placa, preferencialmente padronizada, com o tipo de unidade, seu nome fantasia e o nome do município em que se encontra, conforme o modelo apresentado pelas Orientações Técnicas do CRAS.

Figura 2 - Placa padronizada de identificação do CRAS



Fonte: Orientações Técnicas CRAS, 2009b.

CRAS Cabanas e CRAS Colina

Não há disponibilidade de registros sobre a criação e formalização dos CRAS em Mariana, suas estruturações ocorreram à medida que a antiga Secretaria de Ação Social se adequaram aos planos decenais da Assistência e às regulações do SUAS.

Nos anos 2018, 2019 e 2020, os formulários do Censo SUAS foram respondidos pelos CRAS Cabanas e Colina, aglutinando os dados de suas respectivas Equipes Volante, apesar de estas funcionarem, na prática, como CRAS autônomos. Conseqüentemente, alguns aspectos analisados desses três anos correspondem a duas unidades, como se fosse somente a uma: ao CRAS e a sua respectiva Equipe Volante. Tais alterações, entretanto, não interferem substancialmente na análise dos CRAS Cabanas e Colina.

CRAS Cabanas

O CRAS Cabanas foi implantado em 1 de outubro de 2006 e, até agosto de 2023, contava com 4.134 famílias cadastradas, abrangendo os territórios de Cartuxa, Cabanas, Vale Verde, Santa Rita de Cássia e São José.

O endereço do CRAS Cabanas permaneceu o mesmo nos anos de 2018 a 2013 (Rua Diamantina, 661), localizado no bairro Cabanas, o qual é um bairro urbano, afastado do centro comercial da cidade. Cabanas é o bairro mais populoso de Mariana, nascido por meio de ocupações irregulares do espaço, sem infraestrutura mínima e expandido desordenadamente pela alta demanda de moradia conforme o crescimento e desenvolvimento da cidade. Atualmente, há estrutura de saneamento básico na maior parte do bairro e uma

variada oferta de comércio e serviços privados, porém, a cobertura de políticas públicas de distribuição de água, transporte coletivo, dentre outras, ainda mantém grande parte das famílias residentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sendo assim, a localização do CRAS Cabanas, em uma das principais ruas do bairro, está consoante as orientações técnicas.

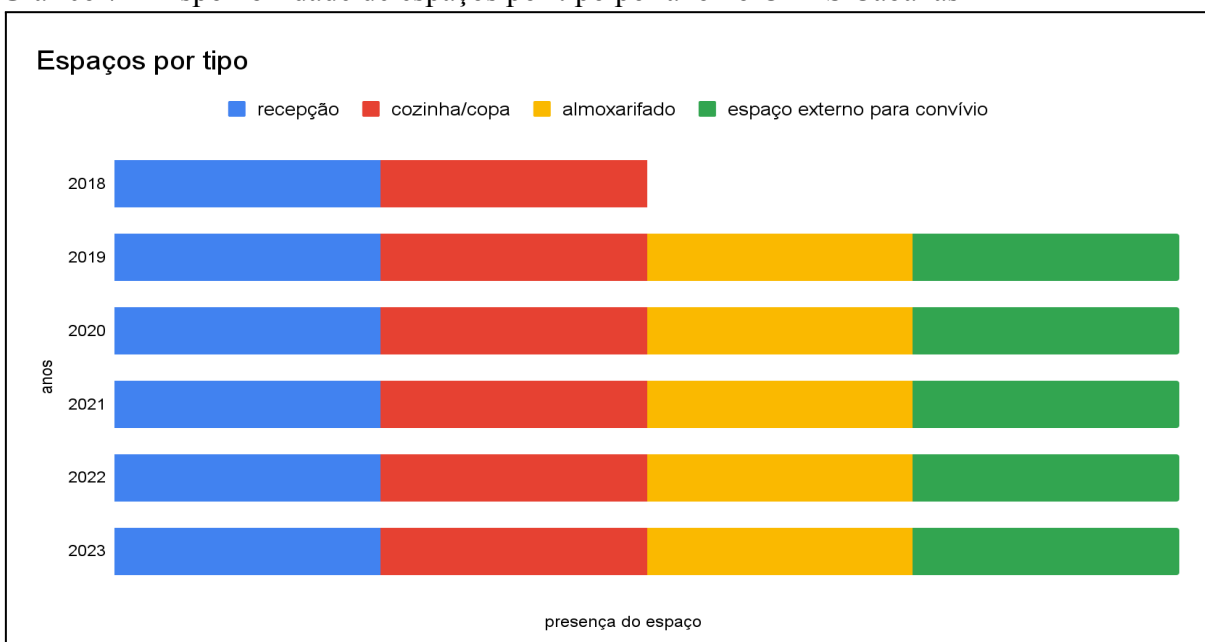
O uso do imóvel exclusivamente pelo CRAS favorece a organização do serviço e a identificação do serviço pela comunidade. Não há previsões, de conhecimento público, que o imóvel utilizado pelo CRAS, até então alugado, será adquirido pela gestão municipal.

Durante os anos de 2018 a 2023, o CRAS Cabanas teve seu horário de funcionamento correspondente ao indicado pelas Orientações Técnicas de 8 horas diárias, 5 dias por semana.

O CRAS Cabanas tem uma capacidade de atendimento anual de 1.000 famílias, correspondendo a capacidade total de referenciamento de 5.000 famílias.

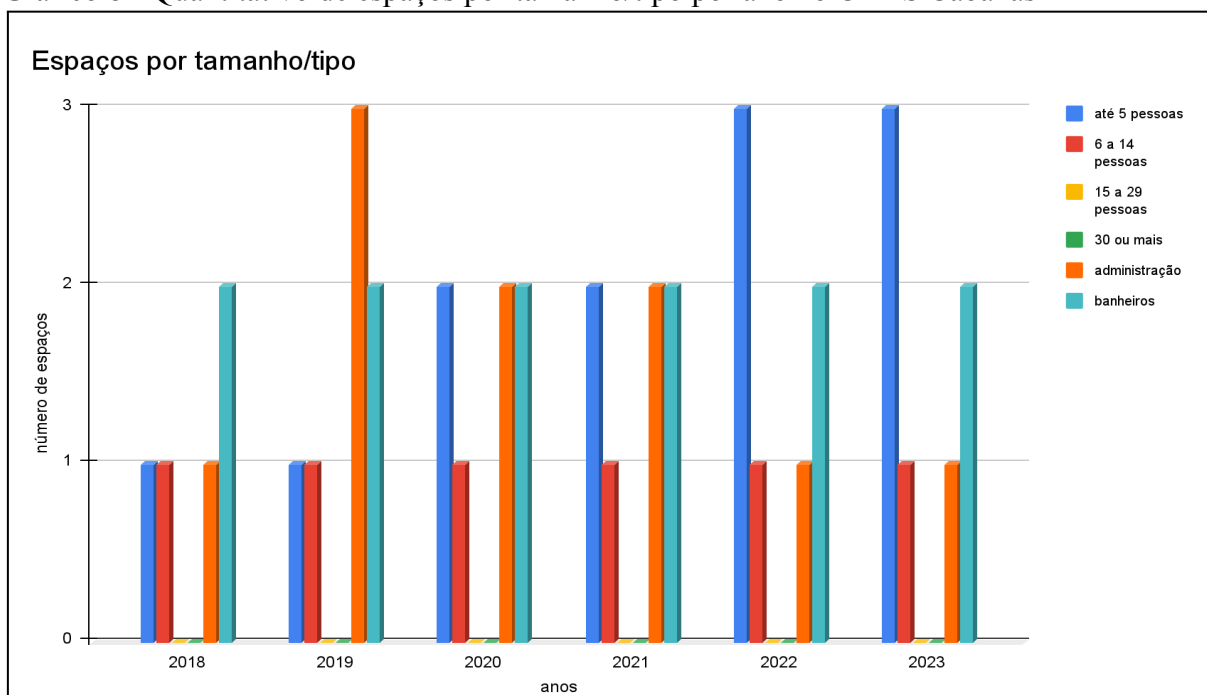
Quanto ao espaço físico, é possível observar, conforme os gráficos 7 e 8, as modificações na configuração e quantidade de cômodos ao longo do tempo: sempre houveram recepção, copa/cozinha, no mínimo uma sala pequena de atendimento (até 5 pessoas), uma sala de atendimento de 6 a 14 pessoas e sala de administração. Manteve-se a quantidade de banheiros, provavelmente sendo um masculino e um feminino. Não houve disponibilidade de espaço para sala com capacidade acima de 15 pessoas. O almoxarifado e o espaço externo de convívio só foram disponibilizados em 2019, se mantendo até 2023.

Gráfico 7 - Disponibilidade de espaços por tipo por ano no CRAS Cabanas



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Gráfico 8 - Quantitativo de espaços por tamanho/tipo por ano no CRAS Cabanas



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Não houveram, conforme a tabela 1, mudanças significativas nas condições de acessibilidade dos espaços do CRAS Cabanas, de forma que o estabelecimento permaneceu, na maior parte do tempo, sem nenhum recurso de acessibilidade. A exceção são os banheiros, em que há adaptações, mas não seguem as normas ABNT, dificultando, ainda, o pleno acesso de pessoas com deficiência motora e mobilidade reduzida. Em nenhum ano, de 2018 a 2023, foi assinalado nos formulários a presença de profissionais com conhecimento em LIBRAS, suporte de material em braile, suporte para leitor de tela, piso com sinalização em relevo ou outras tecnologias assistivas para o atendimento especializado de pessoas com deficiência.

Quadro 1 - Condições de acessibilidade no CRAS Cabanas

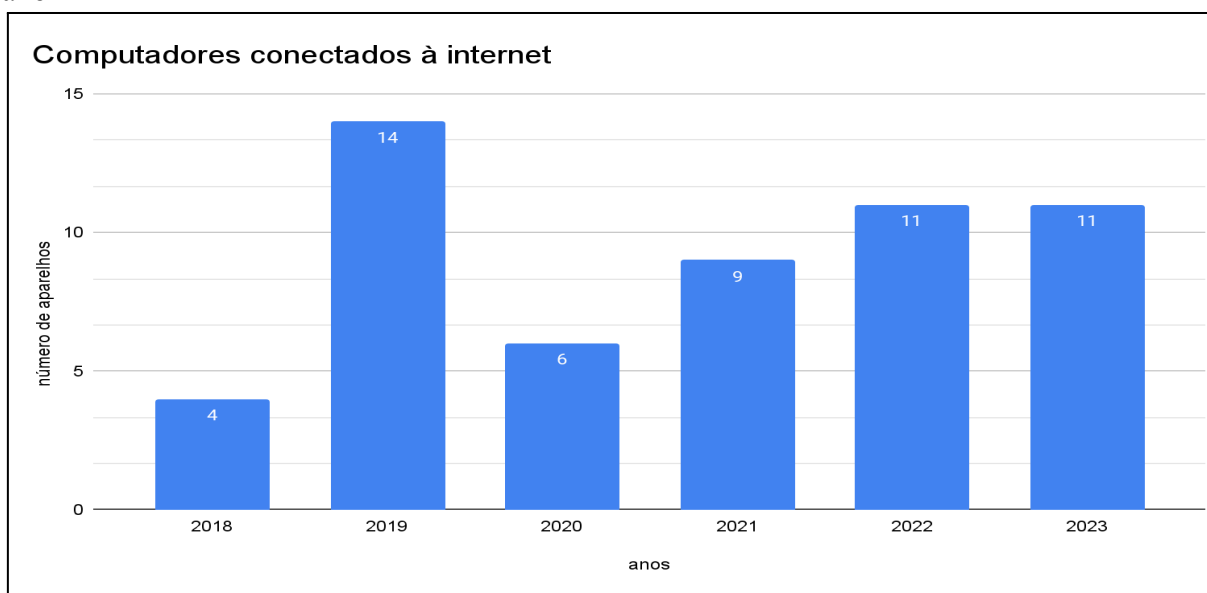
condições de acessibilidade	presença
rota de entrada	não possui
espaços internos	não possui
rota do banheiro	não possui
banheiro adaptado	sim, mas não de acordo com normas ABNT
outras adaptações	não possui

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Embora não tenham sido encontradas orientações e parâmetros quanto à quantidade de telefones/celulares e computadores conectados à internet adequados para o funcionamento do

CRAS, a necessidade de comunicação e informatização das informações é um aspecto que não pode ser ignorado. Conforme os formulários analisados, sempre houve aparelhos telefone/celular na unidade do CRAS Cabanas, entretanto, não é registrada a quantidade em cada ano. O gráfico 9 indica a presença de computadores conectados à internet na unidade ao longo dos anos.

Gráfico 9 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Cabanas por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Dada a ausência de regulamentação, a análise desse aspecto pode ser realizada pela relação entre a quantidade de profissionais nas equipes em cada ano e a quantidade de equipamentos disponíveis, possibilitando visualizar a disponibilidade de dispositivos por profissional, conforme apresentado pela tabela 2. Foram considerados, neste cálculo, apenas o quantitativo de profissionais de nível superior e médio, visto que os funcionários sem formação profissional desempenham tarefas de serviços gerais, zeladoria, manutenção, etc. que não demandam a utilização de internet.

O índice comparativo da tabela aponta que, quanto mais afastado do valor 1, maior a quantidade de profissionais que dividem a utilização de um mesmo computador. Sendo assim, é possível observar que o ano de 2018 apresentou a maior carência de computadores na unidade, tendo em vista o tamanho da equipe de referência e, o ano de 2021, por sua vez, indica a menor carência de computadores, representando uma maior quantidade de computadores disponíveis para uso da equipe dentro o intervalo dos seis anos. Esse padrão de síntese de informações será utilizado, igualmente, nas análises de articulações dos CRAS Colina, Distritos e Bairros.

Tabela 1 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Cabanas por ano

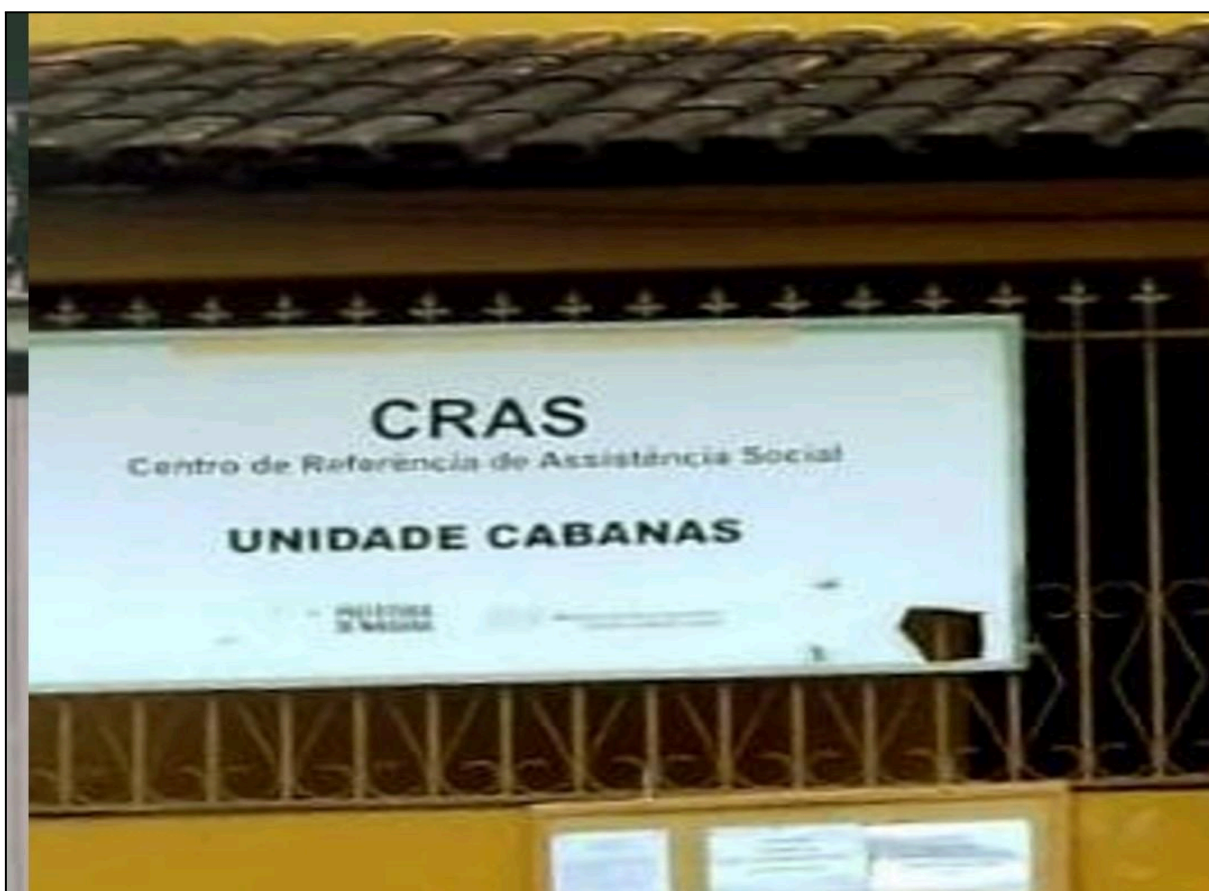
Proporção profissional por computador						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
profissionais no ano	13	17	19	10	13	13
quantidade de dispositivos	4	14	6	9	11	11
média profissionais/dispositivo	3,3	1,2	3,2	1,1	1,2	1,2

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Nos anos de 2018 a 2023, a unidade do CRAS Cabanas fez uso exclusivo de automóvel em suas atividades.

No que diz respeito à identificação da unidade, segundo imagens do Google Maps, capturadas em fevereiro de 2024, o serviço não apresenta placa de identificação da unidade na fachada do imóvel. Entretanto, a Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, de 2021, conforme a imagem 2, indica a existência de placa padronizada de identificação no CRAS.

Imagem 1 - Placa de identificação do CRAS Cabanas



Fonte: Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, 2021.

CRAS Colina

Implantado em 29 de agosto de 2009, o CRAS Colina abrange, hoje, os territórios de Colina, Nossa Senhora Aparecida, Vila Aparecida; Vila Maquiné, Jardim dos Inconfidentes, Jardim Santana, Estrela do Sul, São Cristóvão, Morro Santana, São Sebastião, Praia do Canela e Cristal, com um total de 1.839 famílias cadastradas (até agosto de 2023).

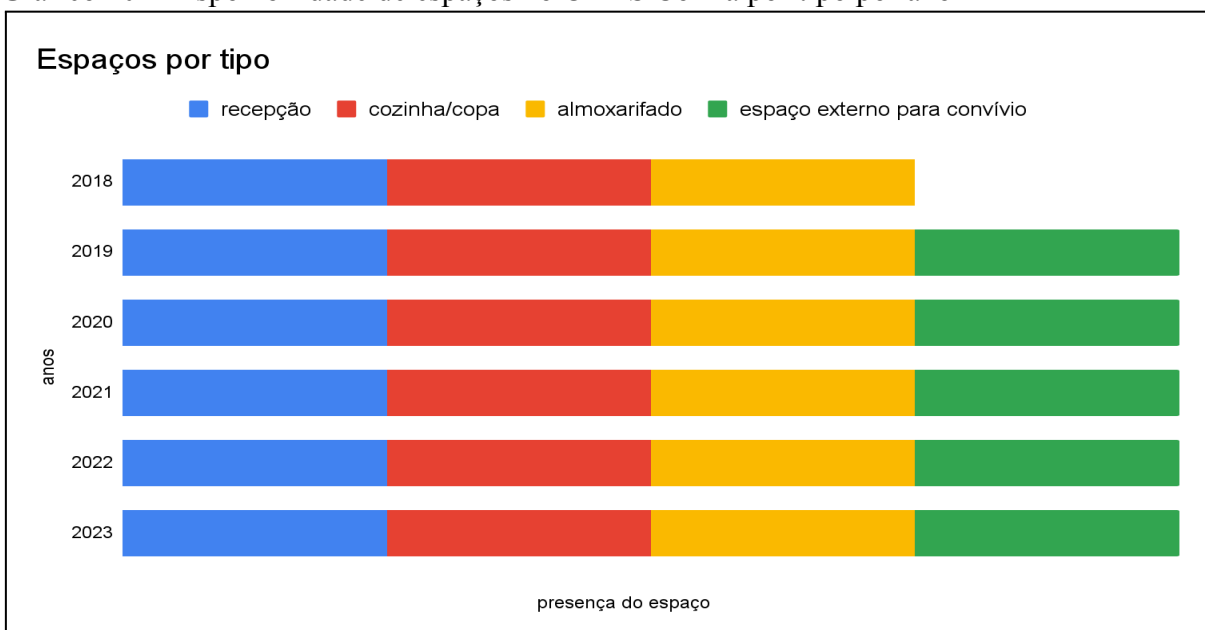
O endereço do CRAS Colina permaneceu o mesmo nos anos de 2018 a 2023, no bairro Colina, o qual é um bairro urbano, majoritariamente residencial, próximo ao centro comercial de Mariana. O bairro é atendido, em sua maior parte, por saneamento básico e variada oferta de comércio e serviços, políticas públicas básicas como transporte público, unidades de saúde e escolas.

O CRAS está localizado em uma rua de fácil acesso, apesar de não ser no centro do bairro, em um imóvel próprio, de uso exclusivo do CRAS, atendendo as orientações técnicas quanto à localização. Quanto ao funcionamento, o serviço atende às orientações de funcionar 5 dias por semana, em 8 horas por dia, totalizando 40 horas semanais.

A capacidade de referenciamento do CRAS Colina é de 5.000 famílias, correspondendo à relação estipulada pela NOB-SUAS.

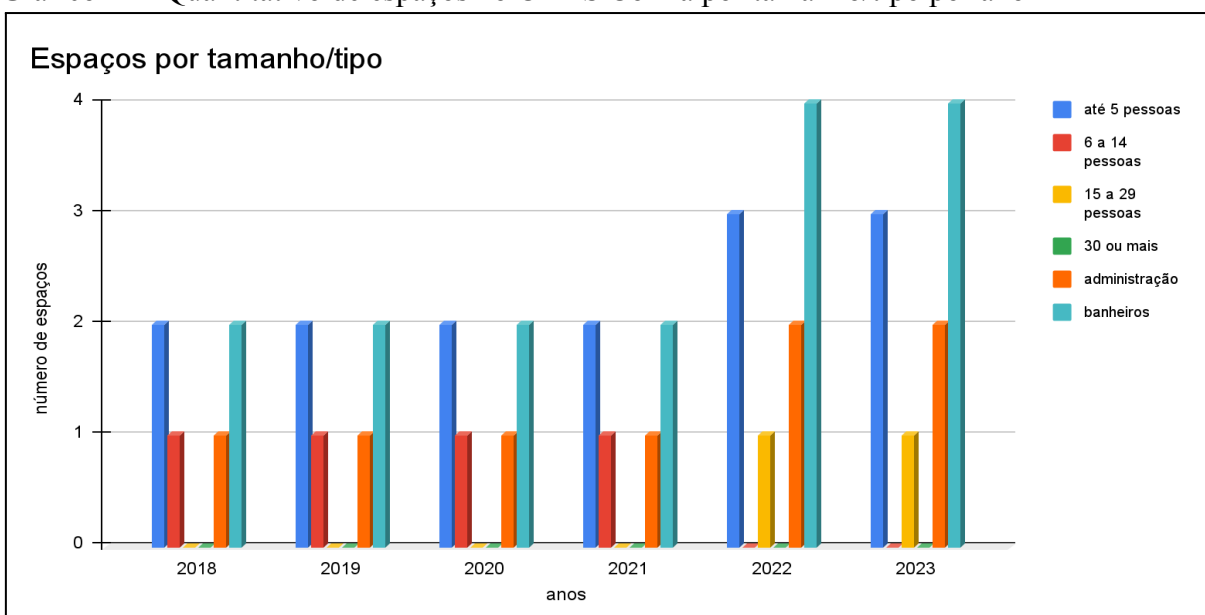
No que tange ao espaço físico, observa-se, nos gráficos 10 e 11, as modificações na configuração do CRAS ao longo do tempo: sempre houveram os espaços de recepção, cozinha/copa e almoxarifado, exceto o espaço externo de convívio que só foi disponibilizado a partir de 2019. Quanto aos espaços de atendimento e atividades, o ano de 2022 trouxe ampliações: a adição de 1 sala de atendimento pequena (de até 5 pessoas), totalizando 3 salas; a substituição de 1 sala média (para 6 a 14 pessoas) por 1 sala de atividades administrativas (coordenação, equipe técnica, administração); a adição de uma sala grande (para 15 a 29 pessoas), que corresponde a um espaço anexo no andar superior do prédio; e a adição de 2 banheiros, também no espaço anexo.

Gráfico 10 - Disponibilidade de espaços no CRAS Colina por tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Gráfico 11 - Quantitativo de espaços no CRAS Colina por tamanho/tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida é um aspecto prejudicado no CRAS Colina: conforme o quadro 2, somente o caminho de tráfego entre os espaços internos conta com acessibilidade, mas, ainda assim, não está de acordo com as normas ABNT. O restante dos espaços, como a rota de entrada e para os banheiros, adaptações nos banheiros e outros tipos de adaptações, não contam com nenhum recurso de acessibilidade. Em nenhum ano, de 2018 a 2023, foi assinalada presença de profissionais com conhecimento em LIBRAS, suporte de material em braile, suporte para leitor de tela, piso com sinalização em relevo ou outras tecnologias assistivas para o atendimento especializado de pessoas com deficiência.

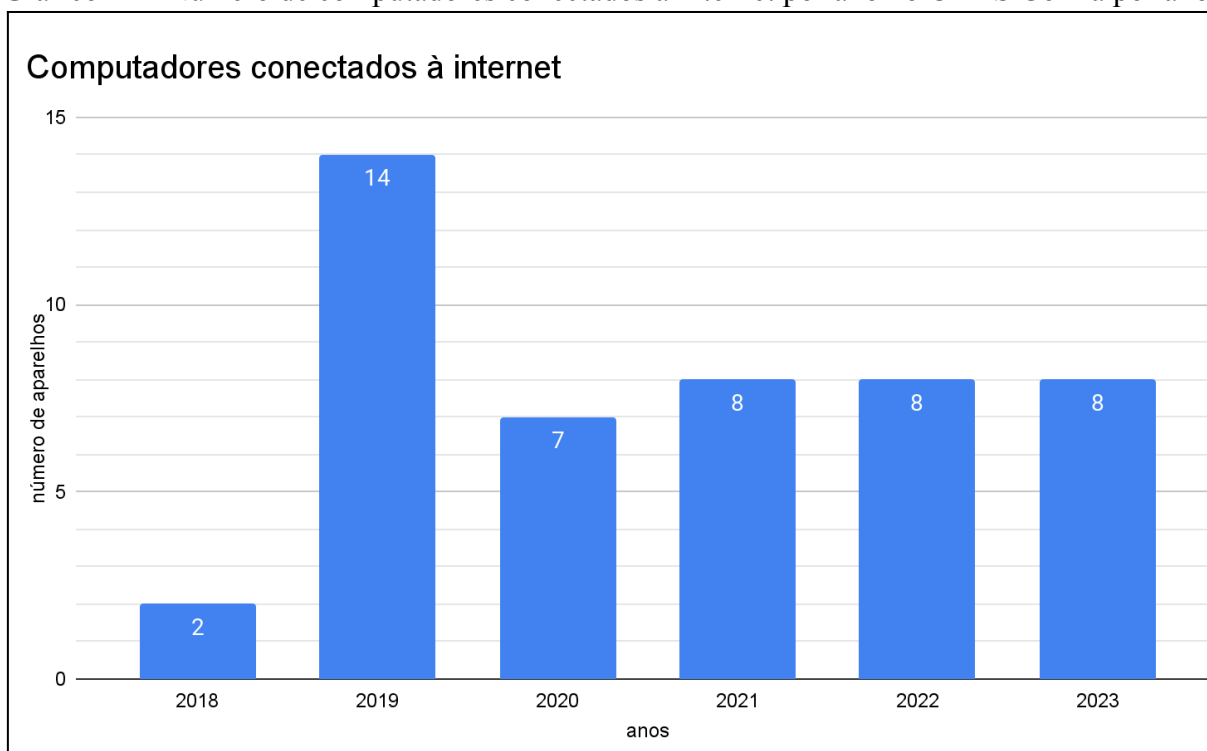
Quadro 2 - Condições de acessibilidade no CRAS Colina

condições de acessibilidade	presença
rota de entrada	não possui
espaços internos	sim, mas não de acordo com normas ABNT
rota do banheiro	não possui
banheiro adaptado	não possui
outras adaptações	não possui

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

No aspecto da comunicação e informatização dos dados, o CRAS Colina sempre teve à disposição aparelhos telefone/celular. O gráfico 12 indica a variação da quantidade de computadores disponíveis ao longo dos anos. Vale ressaltar que, o número de computadores do ano de 2019 corresponde ao total de dispositivos no CRAS Colina e na Equipe Volante Bairros, que já funcionavam unidades diferentes, impossibilitando a contabilização da quantidade de computadores para cada equipe. Dos anos de 2021 a 2023, o número de aparelhos disponíveis se manteve estável.

Gráfico 12 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Colina por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Apesar da falta de orientações quanto a quantidade de computadores ideal, pode-se analisar a suficiência de aparelhos para a equipe a partir da relação entre a quantidade de profissionais nas equipes em cada ano e a quantidade de computadores disponíveis, possibilitando visualizar a disponibilidade de dispositivos por profissional, conforme

apresentado pela tabela 4. Foram considerados, neste cálculo, apenas o quantitativo de profissionais de nível superior e técnico, visto que os funcionários sem formação profissional desempenham tarefas de serviços gerais, zeladoria, manutenção, etc. que não demandam a utilização de internet.

Tabela 2 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Colina por ano

Proporção profissional por computador						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
profissionais no ano	18	18	16	6	6	7
quantidade de dispositivos	2	14	7	8	8	8
média profissionais/dispositivo	9,0	1,3	2,3	0,8	0,8	0,9

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

O índice comparativo da tabela aponta que, quanto mais afastado do valor 1, maior a quantidade de profissionais que dividem a utilização de um mesmo computador. Sendo assim, é possível observar que o ano de 2018 apresentou a maior carência de computadores na unidade, tendo em vista o tamanho da equipe de referência e, os anos de 2021 e 2022, por sua vez, indicam a menor carência de computadores, representando uma maior quantidade de computadores disponíveis para uso da equipe dentre o intervalo dos seis anos.

Quanto ao deslocamento para a realização de visitas domiciliares e outras atividades, o CRAS Colina fez uso exclusivo de automóvel durante os seis anos.

O CRAS Colina, atualmente, está devidamente identificado com uma placa padronizada de identificação da unidade na fachada do imóvel. A imagem 2 exibe a placa na fachada da unidade, que se conserva até o momento.

Imagem 2 - Placa de identificação do CRAS Colina



Fonte: Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, 2021.

CRAS Distritos e CRAS Bairros

O objetivo 5.4 do II PLANO DECENAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2016/2026 (2016, p. 30) pontua a necessidade de “ampliar as equipes volantes e de abordagem social, básicas e especializadas, nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo áreas rurais [...], isoladas, dispersas e de difícil acesso”. Tendo em vista que, sinteticamente, cabe aos CRAS o atendimento da população em situação de vulnerabilidade, as Equipes Volante, por sua vez, atuam na perspectiva da universalização da proteção, alcançando territórios que, em razão da distância geográfica, não são acessados pelas famílias que são o público alvo.

Segundo, ainda, o referido Plano Decenal, “a Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um CRAS em funcionamento” (BRASIL, 2016, p. 94), visando a realização de busca ativa das famílias que vivem nesses locais, o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e demais serviços da Proteção Básica, conforme as demandas e condições dos territórios. Além disso, a “Cartilha Equipes Volantes no Sistema Único de Assistência Social” (SETHAS, 2020) sinaliza que a Equipe Volante não deve ser considerada uma “equipe extra”, pois é parte da equipe de referência do CRAS e deve manter vínculo com essa, bem como o Art. 3º, § 2º da Portaria MDS 303, de 08/11/2011 designa que “a equipe volante não substitui o CRAS em território que demande sua implantação, pois constitui, exclusivamente, equipe adicional integrante do CRAS a que se vincula” (MDS, 2011, p. 1).

Embora as normativas sejam explícitas quanto ao funcionamento integrado das Equipes Volante com os CRAS ao qual estão referenciadas, em Mariana, as Equipes Volante Distrito e Bairros funcionam como CRAS, desde o rompimento da barragem da Vale em 2015. Com a contratação, pela Fundação Renova, em 2016, de profissionais terceirizados para integrar as equipes dos CRAS, os imóveis do CRAS Colina e CRAS Cabanas se tornaram insuficientes para comportar toda a equipe, assim, as equipes foram divididas e realocadas em mais dois imóveis, dando origem às Equipes Volante Distritos e Equipe Volante Bairros que, mesmo referenciadas ao CRAS originais, funcionam como CRAS desde as implantações. Sendo assim, a análise das Equipes Volante Distritos e Bairros será feita nos mesmos moldes dos CRAS, em razão da disrupção entre as equipes volante e os CRAS de Mariana.

Conforme supracitado no início da análise dos CRAS Cabanas e Colina, os formulários de 2018, 2019 e 2020 foram respondidos pelos CRAS, aglutinando as informações de suas respectivas Equipes Volante. Assim, as informações das Equipes Volantes referentes aos anos

de 2018 a 2020, já incluídas nas análises de seus respectivos CRAS referenciados, não serão repetidas. Serão considerados, nas análises das Equipes Volantes, somente os anos de 2021, 2022 e 2023, que correspondem aos formulários respondidos pelas próprias Equipes Volante de referência. Tais alterações interferem na legibilidade das informações, em razão da não distinção de informações específicas das equipes volante em meio as dos CRAS, mas não compromete a veracidade das análises. A fim de facilitar o discorrer do texto, as Equipes Volante Distritos e Bairros serão referidas como CRAS Distritos e CRAS Bairros.

CRAS Distritos

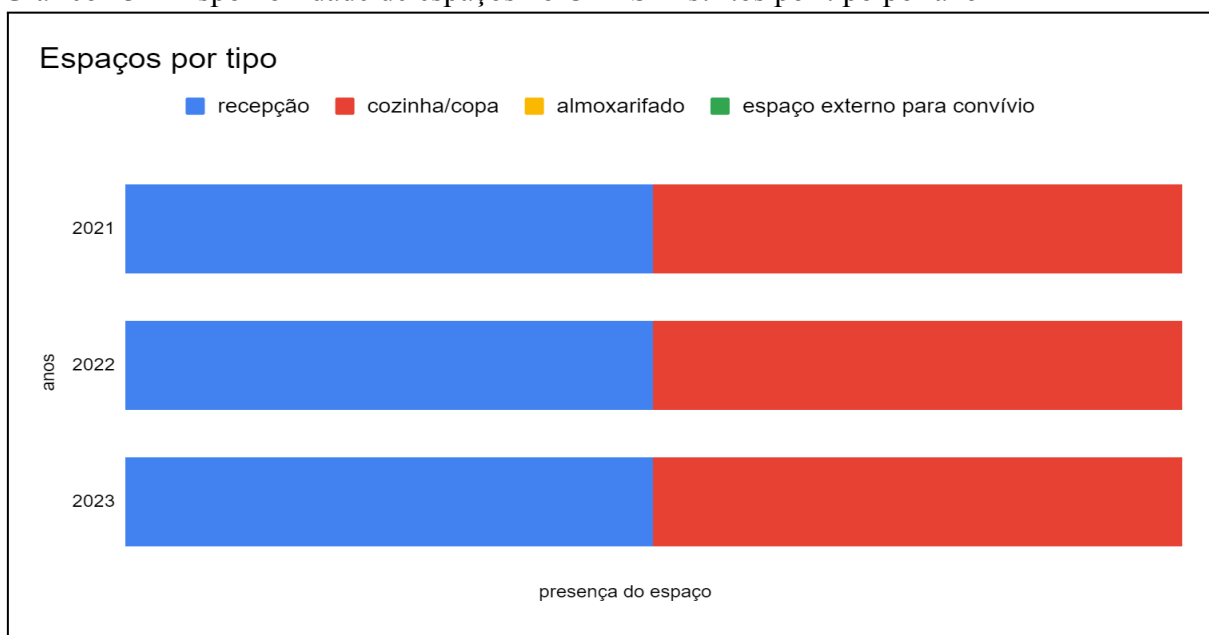
O CRAS Distritos, até agosto de 2023, contava com 3.821 famílias, abrangendo os territórios de Padre Viegas, Barro Branco, Mainart, Vargem, Palmital, Serra do Carmo, Serra do Cibrão, Ponte do Gama, Barroca, Cachoeira do Brumado, Padre Martins, Serra do Lico, Bicas, Camargo, Cafundão, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Paraíso, Constantino, Engenho Queimado, Vila Santa Efigênia, Magalhães, Pedras, Cana de Reino, Caldeireiros, Margarida Viana, Águas Claras, Furquim, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Mata Chaves, Cláudio, Manoel, Campinas, Goiabeiras, Cuiabá e Crasto.

Houve uma mudança no endereço do CRAS Distritos, iniciando o ano de 2022 na Rua Barão de Camargos, n.º 254, ainda no bairro Centro. O imóvel, alugado, de uso exclusivo do serviço, está situado no centro histórico, próximo à Praça Gomes Freire (o “Jardim”), sendo um local urbano, altamente conhecido pela população. Embora se encontre perto do centro comercial da cidade, não há pontos de embarque/desembarque de transporte público próximos, e as ruas calçadas com pedra sabão dificultam o acesso, a pé, da população, majoritariamente residente em zonas rurais dispersas, que vem a sede do município ocasionalmente para acessar serviços como comércio e outras políticas. Assim, a localização do CRAS Distritos atende parcialmente às Orientações Técnicas.

O horário de funcionamento permaneceu, pelos anos analisados, correspondente ao indicado pelas Orientações Técnicas, fixado em 8 horas por dia em 5 dias por semana. A capacidade de referenciamento do serviço é de 5.000 famílias, conforme a NOB-SUAS.

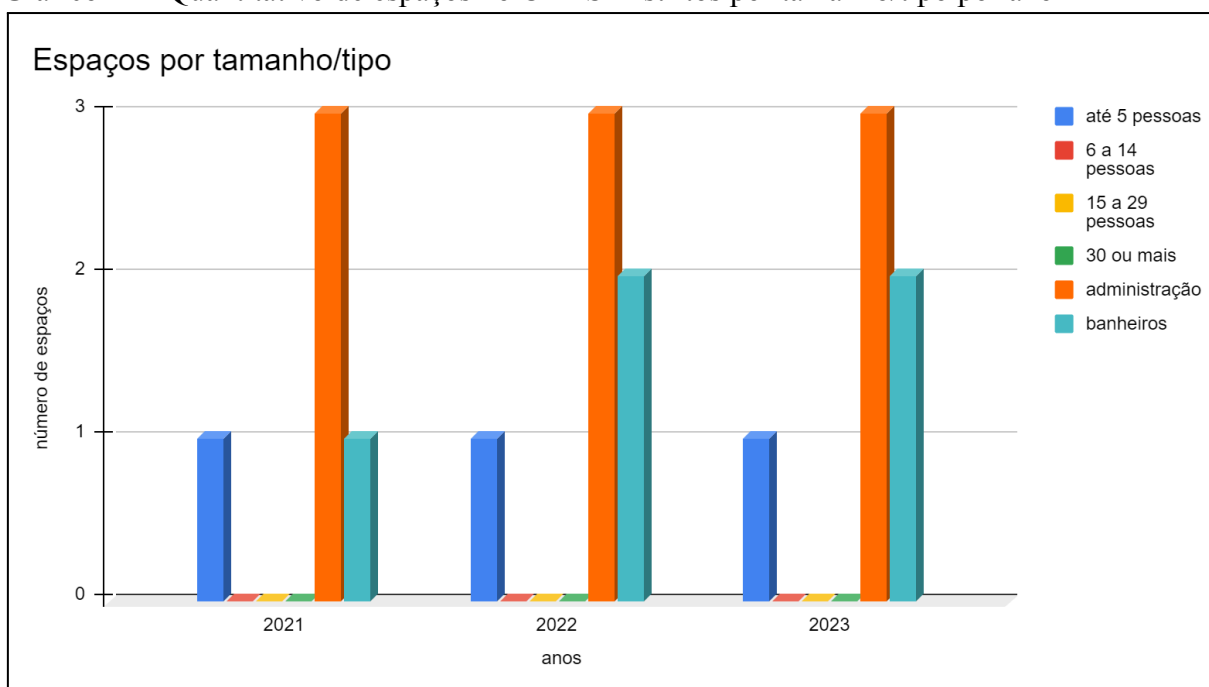
No que se refere a estrutura física, o CRAS Distritos se encontrou, de 2021 a 2023, conforme os gráficos 13 e 14, em condições precárias: não houve espaços disponíveis para almoxarifado e espaço externo para atividades de convivência, houve espaço somente para 1 sala de atendimento individual (para até 5 pessoas) e nenhuma sala de porte médio (para 6 ou mais pessoas). A quantidade de salas de administração se manteve em 3 e o único avanço positivo foi o ganho de mais 1 banheiro em 2022.

Gráfico 13 - Disponibilidade de espaços no CRAS Distritos por tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Gráfico 14 - Quantitativo de espaços no CRAS Distritos por tamanho/tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

As condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida também se encontraram em situação precária. Conforme a tabela 5, não houve nenhum recurso de acessibilidade nas rotas de entrada e entre os espaços internos da unidade, nenhuma adaptação nos banheiros, qualquer outro suporte ou tecnologia assistiva para o atendimento especializado de pessoas com deficiência.

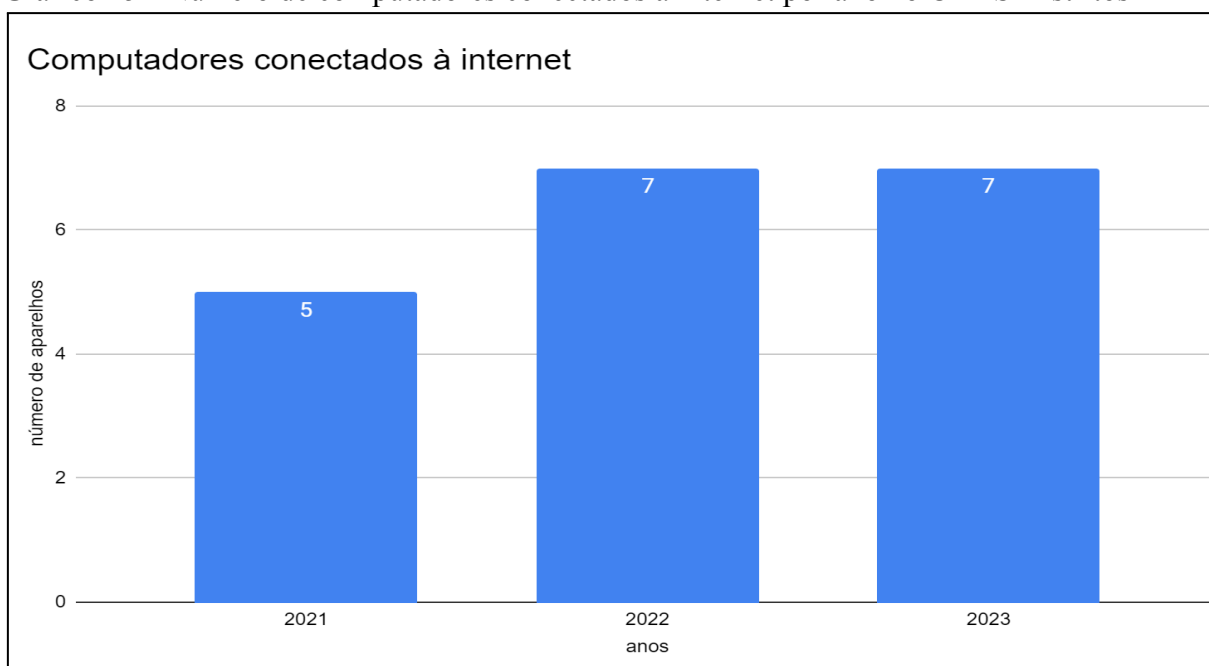
Quadro 3 - Condições de acessibilidade no CRAS Distritos

condições de acessibilidade	presença
rota de entrada	não possui
espaços internos	não possui
rota do banheiro	não possui
banheiro adaptado	não possui
outras adaptações	não possui

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Quanto à comunicação e informatização dos dados, o CRAS Distritos sempre dispôs de telefone/celular e computadores conectados à internet. O gráfico 15 indica a variação da quantidade de computadores disponíveis ao longo dos anos, com a adição de 2 dispositivos em 2022, mantendo, até 2023, o total de 7 computadores.

Gráfico 15 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Distritos



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

É possível observar que o ano de 2021 apresentou a maior carência de computadores na unidade e, em 2022, a proporção indica que havia 1 computador para cada profissional.

Tabela 3 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Distritos por ano

Proporção profissional por computador			
	2021	2022	2023
profissionais no ano	6	7	8
quantidade de dispositivos	5	7	7
média profissionais/dispositivo	1,2	1,0	1,1

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Quanto à realização de visitas domiciliares e outras atividades fora da unidade, o CRAS Distritos dispôs de um veículo exclusivo para deslocamento dos profissionais.

O CRAS Distritos apresentou, no ano de 2021, em seu antigo endereço, a placa de identificação da unidade na fachada, conforme imagem 3, retirada da Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana. Não há registros, entretanto, da presença da placa na fachada do atual imóvel, que sediou o serviço nos anos seguintes.

Imagem 3 - Placa de identificação do CRAS Distritos



Fonte: Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, 2021

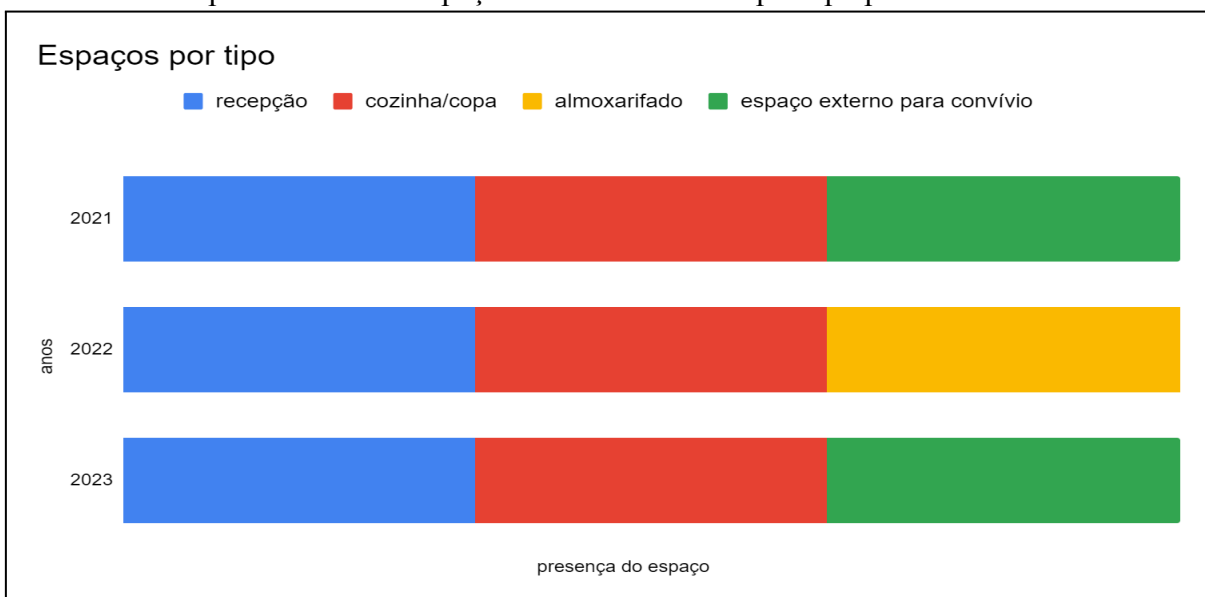
CRAS Bairros

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social (2023), até agosto de 2023, o CRAS Bairros contava com 6.186 famílias cadastradas, abrangendo os bairros Morada do Sol, Fonte da Saudade, Rosário, Santo Antônio, São Gonçalo, Centro, Catete, Cruzeiro do Sul, Galego, Santana, Chácara, Barro Preto, São Pedro, São José, Marília de Dirceu, Vila do Carmo e Dom Oscar.

De 2021 a 2023, o CRAS Bairros esteve instalado em um imóvel alugado no bairro Rosário, que está situado em uma área urbana central do município e tem acesso a saneamento básico e unidades das principais políticas sociais. Apesar de não estar no centro do bairro, o imóvel, de uso exclusivo do serviço, está localizado em uma rua de fácil acesso, próximo a pontos de embarque e desembarque de transporte público, atendendo parcialmente às Orientações Técnicas de localização da unidade. O serviço correspondeu às orientações de funcionamento de 8 horas por dia em 5 dias por semana, totalizando 40 horas semanais. Sua capacidade de atendimento, conforme a NOB-SUAS, é de 5.000 famílias.

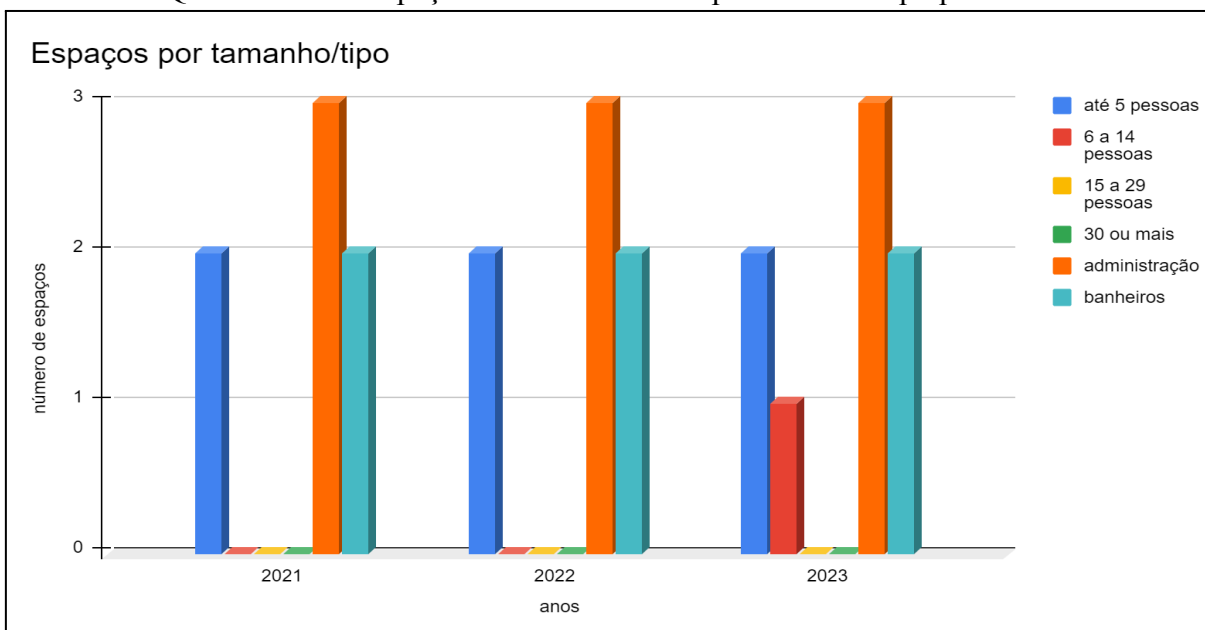
No que tange ao espaço físico, observa-se, nos gráficos 16 e 17, que houvera, poucas modificações na configuração do CRAS Bairros ao longo dos anos: sempre houveram espaços destinados à recepção e cozinha/copa, entretanto, o espaço externo para atividades de convivência esteve disponível somente nos anos 2021 e 2023, bem como o espaço destinado a almoçarifado esteve disponível somente em 2022. O número de salas pequenas de atendimento (para até 5 pessoas) manteve-se fixo em 2, assim como os 2 banheiros e as 3 salas dedicadas às atividades administrativas. Apenas no ano de 2023 houve disponibilidade de uma sala média com capacidade de 6 a 14 pessoas.

Gráfico 16 - Disponibilidade de espaços no CRAS Bairros por tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Gráfico 17 - Quantitativo de espaços no CRAS Bairros por tamanho/tipo por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o CRAS Bairros dispôs, nos anos de 2021 a 2023, conforme a tabela 7, apenas de acessibilidade na rota entre os espaços internos e na rota ao banheiro, mas não estavam integralmente de acordo com as normas ABNT. A rota de entrada e o banheiro não possuíam adaptações e nem foi registrada nenhuma outra forma de recurso ou tecnologia assistiva para o atendimento especializado de pessoas com deficiência.

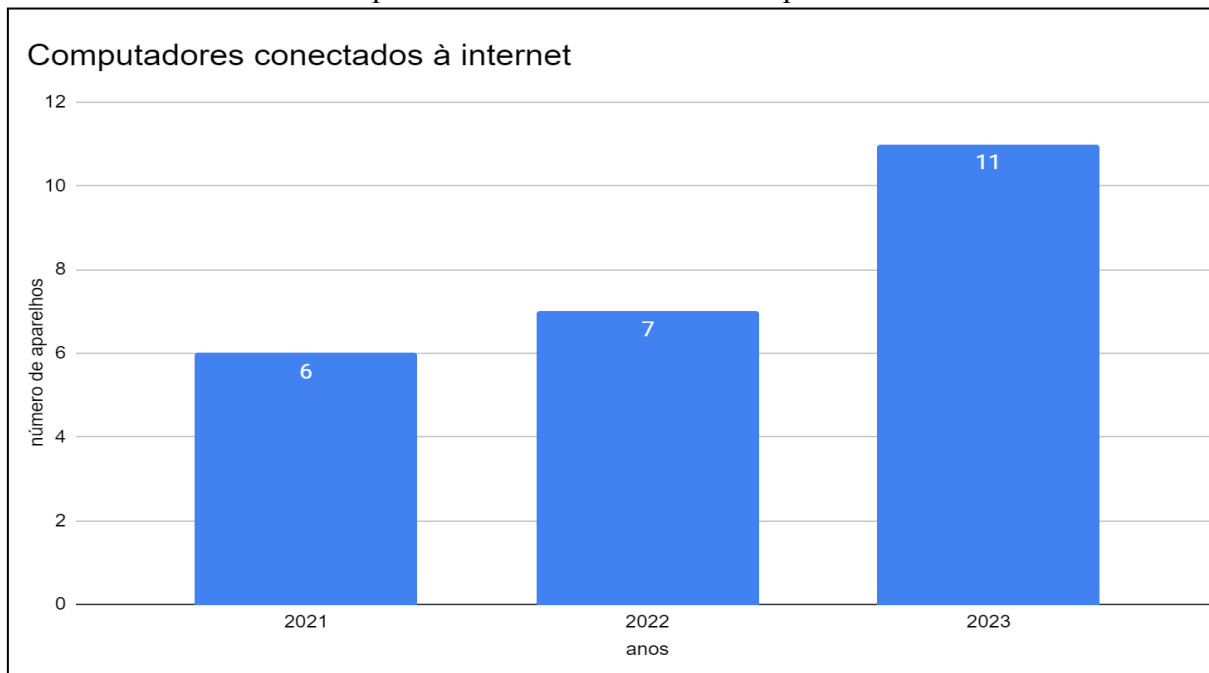
Quadro 4 - Condições de acessibilidade no CRAS Bairros

condições de acessibilidade	presença
rota de entrada	não possui
espaços internos	sim, mas não de acordo com as normas ABNT
rota do banheiro	sim, mas não de acordo com as normas ABNT
banheiro adaptado	não possui
outras adaptações	não possui

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A comunicação e informatização dos dados no CRAS Bairros sempre contou com a disposição de aparelhos telefone/celular. A quantidade de computadores, indicada no gráfico 18, sofreu variações ao longo do tempo, alcançando sua maior quantidade somente em 2023.

Gráfico 18 - Número de computadores conectados à internet por ano no CRAS Bairros



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A análise da suficiência de aparelhos para a equipe, realizada a partir do mesmo molde das outras unidades de CRAS, indica que, conforme a tabela 8, somente no ano de 2023

houveram computadores suficientes para o uso exclusivo de cada um dos profissionais de nível médio e superior da equipe CRAS Bairros, de forma que, nos anos 2021 e 2022, os profissionais necessitam fazer o uso compartilhado dos dispositivos.

Tabela 4 - Proporção de profissionais por computadores no CRAS Bairros por ano

Proporção profissional por computador			
	2021	2022	2023
profissionais no ano	10	14	11
quantidade de dispositivos	6	7	11
média profissionais/dispositivo	1,7	2,0	1,0

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora.

Conforme as Orientações Técnicas, o CRAS Bairros fez uso exclusivo de automóvel para a realização de visitas domiciliares e outras atividades fora da unidade durante os três anos analisados.

Quanto à identificação da unidade, o CRAS Bairros, conforme a Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, em 2021, apresentava a placa padronizada de identificação na fachada do imóvel, indicado na imagem 4.

Imagem 4 - Placa de identificação do CRAS Bairros



Fonte: Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, 2021.

2.4.1.2 Condições ético-políticas e de oferta de serviços

Assim como no bloco de aspectos analisados acima, as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é o documento que norteia fortemente a oferta de serviços do CRAS, de maneira ética e comprometida com o bom atendimento à população usuária da política de Assistência Social. O referido documento reforça que o CRAS pode ofertar “[...] serviços socioassistenciais de proteção social básica, especialmente aqueles de caráter preventivo, proativo e coletivo [...]” (MDS, 2009b, p. 31-32) quando há demanda do território e sejam articulados ao PAIF, entretanto, sua função master é a oferta, “[...] de forma exclusiva e obrigatória, [do] Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, independentemente de sua fonte financiadora” (*ibid.*). A oferta de outros serviços no CRAS, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou projetos de inclusão proativo deve estar condicionada à disponibilidade de “espaço físico, material, equipamentos e de equipe profissional compatível com as orientações específicas de cada serviço, e de modo a não prejudicar o desenvolvimento do PAIF” (*ibid.*).

As Orientações Técnicas do CRAS apontam ser de suma importância, também, a articulação do CRAS com a rede de proteção social básica e com a rede intersetorial do território, buscando deliberadamente vínculos e relações horizontais, de parceria, que reforcem a interdependência dos serviços com respeito à diversidade e às particularidades de cada setor, através de “[...] estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos” (MDS, 2009b, p. 21), envolvendo as unidades de saúde, educação, formação profissional, infraestrutura, habitação, esporte, lazer, cultura e demais unidades que integrem a rede intersetorial do território.

No que concerne ao registro de informações, as Orientações Técnicas do CRAS recomendam a adoção de prontuários, preferencialmente padronizados pela gestão municipal da assistência social, para o uso de toda a rede socioassistencial (MDS, 2009b, p. 44).

Durante a pandemia de Covid-19, que assolou a população brasileira, o funcionamento dos CRAS e CREAS foi regulado pela Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), que estabelece que as unidades deveriam permanecer abertas, com o funcionamento reorganizado a priorizar atendimentos individualizados, nas situações graves ou urgentes, evitando a aglomeração de pessoas nos espaços da unidade. Estabeleceu, também, a suspensão temporária das atividades coletivas e o oferecimento de canais remotos de atendimento (o teleatendimento), bem como a restrição de visitas domiciliares a apenas situações extremamente necessárias, com atenção às medidas de proteção recomendadas pelo

Ministério da Saúde. Permaneceram assegurados os serviços essenciais como a oferta de benefícios eventuais e acesso à alimentação e a outros itens básicos de subsistência, consoante a realidade e demanda locais. O regime de jornada de trabalho, por sua vez, ficou sob decisão local, podendo adotar turnos de revezamento, trabalho remoto, suspensão temporária ou manutenção da atividade padrão, em todo caso, entretanto, os serviços essenciais se mantiveram funcionando irrestritamente.

CRAS Cabanas e CRAS Colina

CRAS Cabanas

O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF foi ofertado no CRAS Cabanas no decorrer dos anos de 2018 a 2023, conforme as Orientações Técnicas. O número de famílias acompanhadas em 2018 é de 637 famílias, sem a informação dos anos seguintes. As principais atividades realizadas no âmbito do PAIF nos seis anos foram: acolhida e atendimento particularizado de famílias ou indivíduos; grupo/oficina com famílias; campanhas ou eventos comunitários; visitas domiciliares; busca ativa para inserção e/ou adesão de famílias ao acompanhamento familiar; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviços socioassistenciais e para outras políticas públicas (educação, habitação, saúde, etc.); encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único; acompanhamento dos encaminhamentos realizados; acompanhamento de famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; registro dos atendimentos/famílias atendidas em prontuário; registro do atendimento e do acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Sistema de Condicionalidades (Sicon); apoio para obtenção de Documentação pessoal; oferta de Benefícios Eventuais; escuta qualificada/especializada diante da identificação de relato livre, sinais ou suspeita de situações de violências envolvendo crianças e adolescentes e suas famílias: compartilhamento de informações com a rede de proteção por meio de relatórios, conforme previsto em Orientações Técnicas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi ofertado diretamente pelo CRAS Cabanas exceto no ano de 2020, abrangendo as faixas etárias de crianças e adolescentes (7 a 17 anos) em 2018, adolescentes e adultos (15 a 17 anos, 30 a 59 anos) em 2019, adultos (30 a 59 anos) em 2022 e crianças, adultos e idosos (0 a 14 e 30 anos ou mais) em 2023. O serviço também é ofertado no CRIA e no RECRIVAVIDA, equipamentos da rede socioassistencial de Mariana, que recebem poucos usuários encaminhados dos CRAS.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas não é ofertado no município por nenhuma unidade da rede socioassistencial e não há nenhum registro de sua oferta anteriormente aos anos analisados nesse trabalho. Para fins de fluidez do texto, a ausência desse serviço não será pontuada novamente na análise dos outros CRAS.

Quanto às articulações com a rede de proteção básica, especial e intersetorial, as respostas extraídas dos formulários foram sintetizadas nos níveis “básico”, “razoável” e “completo” de atividades entre o CRAS analisado e as outras unidades de serviços. O nível “básico” abrange: possuir dados de localização (endereço, telefone, etc.), receber usuários encaminhados, encaminhar usuários, trocar informações. O nível “razoável” inclui, além das atividades básicas, a realização de reuniões periódicas, acompanhamento dos encaminhamentos, realização de estudos de casos em conjunto, desenvolvimento de atividades em parceria. É assinalado como “básico” ou “razoável” o nível de articulação que corresponde à realização da maioria dessas atividades. O nível “completo” é alcançado com a realização de todas as atividades de articulação entre o CRAS e a respectiva unidade listada. Esse padrão de síntese de informações será utilizado, igualmente, nas análises de articulações dos CRAS Colina, Distritos e Bairros.

Pode-se observar, a partir do quadro 5, que o CRAS Cabanas manteve um alto nível de articulação com a rede de Proteção Social Básica e com a rede de Proteção Social Especial. Manteve, igualmente, altos níveis de articulação com as unidades de saúde e de educação. Com os órgãos relacionados a trabalho e emprego e com o Judiciário, manteve um nível baixo de articulação. E, por fim, manteve um nível considerável de articulações com os movimentos sociais locais/associações comunitárias e com o Conselho Tutelar.

Quadro 5 - Articulação entre o CRAS Cabanas e rede intersetorial por ano

unidade/ano	articulações					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
unidades da rede de Proteção Básica	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
unidades da rede de Proteção Social Especial	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
serviços de saúde	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
serviços de educação	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
órgãos relacionados a trabalho e emprego	básico	básico	básico	não tem no município	não tem no município	nenhuma
movimentos sociais locais/ associações comunitárias	básico	razoável	razoável	básico	básico	básico
conselho tutelar	razoável	razoável	razoável	razoável	razoável	razoável
judiciário	básico	básico	básico	básico	básico	básico

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

No que tange aos registros de informações, o sistema GESUAS foi implantado na rede socioassistencial de Mariana em 2018, com adesão de todas as unidades. Anteriormente, os prontuários eram físicos, mas em modelos padronizados pela gestão. A questão sobre o formato de registro de informações foi retirada do Censo SUAS a partir do ano de 2020. Assim, para melhor fluidez do texto, esse aspecto não será retomado na análise dos CRAS daqui em diante.

Em relação ao território de abrangência, os formulários de 2018 e 2019 apontaram que havia alguns bairros do território de abrangência localizados em zona rural e, a partir de 2020, é sinalizado como “nenhum”. Tal mudança nas respostas se deve, provavelmente, à junção das informações do CRAS Cabanas e Distritos em um só formulário, dos anos 2018 a 2020. Dentre os bairros do território de abrangência do CRAS Cabanas, por localização geográfica, nenhum se encontra em zona rural.

Aprofundando nos detalhes do território de abrangência do CRAS Cabanas, foram sinalizados nos formulários diversos aspectos como áreas de risco de desabamento; áreas com risco de alargamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios, montanhas, etc.); moradias irregulares como favelas, invasões, etc.; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas; presença de exploração sexual de crianças e adolescentes (prostituição infantil); altos índices de abuso de drogas; altos índices de violência doméstica/intrafamiliar; regiões com escassez de água; trabalho infantil, dentre outros.

Durante os anos de 2018 a 2020, foram indicados nos formulários atendimentos a Comunidade Quilombola, Povos Ciganos, Povos de Matriz Africana e de terreiros e Extrativistas. De 2021 a 2023 não há registro de atendimentos a povos e comunidades específicas.

A análise dos dados referentes ao território reforça a importância da localização estratégica do CRAS Cabanas em território com alta concentração de famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, para que o acesso da população à política de Assistência Social e a atuação do CRAS seja efetiva.

Quanto à garantia de sigilo ao usuário e suas informações, não há nenhuma orientação ou normativa, entretanto, é um direito defendido pelo Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, e pode estender-se para todos os profissionais que atendem e tratam informações de foro íntimo dos usuários na política de Assistência Social. No Art. 2º, sobre os

direitos do(a) assistente social, a alínea c ressalta a “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” (CRESS-MG, 2012, p. 26). O *software* GESUAS se atenta à questão do sigilo em alguns de seus mecanismos de segurança, como a necessidade de um código de acesso pessoal para realizar o *login* no sistema e a possibilidade de inserção de informações sigilosas sobre usuários em um campo específico do prontuário eletrônico, com a visualização permitida somente a profissionais envolvidos no caso, entretanto, não é possível saber se estes mecanismos já estavam disponíveis desde a implementação do *software* no município. Dada a inespecificidade das normativas, a manutenção do sigilo será relacionada, neste trabalho, à presença de salas de atendimento individual, embora não haja detalhamento sobre a infraestrutura das salas, no que diz respeito às portas e janelas que possam ser fechadas durante os atendimentos, bem como a disponibilidade de um espaço físico de arquivos, mantido o mesmo molde de análise para todos os CRAS e ao CREAS.

Nos formulários do Censo SUAS dos anos de 2018 e 2019, não foi questionado aos CRAS sobre a disponibilidade de uma sala para arquivos. Nos anos de 2020 a 2023, quanto a questão esteve pontuada, o CRAS Cabanas assinalou a ausência de um espaço físico para arquivos, impossibilitando, nesta análise, a observância sobre a garantia de sigilo das informações registradas em meios físicos (papel). O CRAS Cabanas, durante o período analisado, teve a disponibilidade de espaços para sala de atendimento individual, conforme o gráfico 8 apresentado no bloco de aspectos sobre a estrutura física dos CRAS.

Guiado pelas regulações da Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), o CRAS Cabanas permaneceu com o atendimento de portas abertas durante toda a pandemia de COVID-19, nos anos de 2020, 2021 e 2022. Houve uma redução nos atendimentos presenciais, sendo parte desses realizados com agendamento, para todo o público, sem mudanças no atendimento padrão de demandas e benefícios eventuais. Foi sinalizado um baixo número de atendimentos relacionados ao Auxílio Emergencial, restritos a prestar orientações às famílias já atendidas/acompanhadas pelo CRAS e às famílias da comunidade em geral. Grande parte dos atendimentos foram realizados na modalidade *online*, por telefone e aplicativos de videoconferência. Não foram ofertadas, em momento algum, atividades coletivas como oficinas, grupos, ações comunitárias e reduzido o número de visitas domiciliares. A equipe esteve em jornada de trabalho reduzida durante toda a pandemia, com acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em quantidade suficiente para os atendimentos.

CRAS Colina

No CRAS Colina, a oferta de PAIF foi devidamente realizada nos anos de 2018 a 2023, com 612 famílias acompanhadas até agosto de 2018, com remoção da questão do formulário nos anos seguintes. As principais atividades realizadas no âmbito do PAIF foram: acolhida e atendimento particularizado de famílias ou indivíduos; grupo/oficina com famílias; palestras; campanhas ou eventos comunitários; visitas domiciliares; busca ativa para inserção e/ou adesão de famílias; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistenciais e/ou outras políticas públicas (educação, habitação, saúde, etc.); encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único; acompanhamento dos encaminhamentos realizados; acompanhamento de famílias; registro dos atendimentos/família atendidas em prontuário; apoio para obtenção de Documentação pessoal; oferta de Benefícios Eventuais; compartilhamento de informações com a rede de proteção por meio de relatórios, conforme previsto em Orientações Técnicas.

O SCFV foi ofertado diretamente pelo CRAS Colina somente nos anos de 2018 a 2020, com atendimento a todos os públicos em 2018, priorizando crianças e adolescentes em 2019 e somente adolescentes em 2020.

A articulação entre o CRAS Colina e as unidades da rede intersetorial, observada no quadro 6, demonstra o alto nível de articulação com as redes de Proteção Social Básica e Espacial, bem como com os serviços de saúde e educação. Com os órgãos relacionados a trabalho e emprego e com o sistema Judiciário foi mantido um baixo nível de articulação. Com os movimentos sociais locais/associações comunitárias e com o Conselho Tutelar foi mantido um nível considerável de articulação.

Quadro 6 - Articulação entre o CRAS Colina e rede intersetorial por ano

unidade/ano	articulações					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
unidades da rede de Proteção Básica	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
unidades da rede de Proteção Social Especial	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
serviços de saúde	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
serviços de educação	razoável	completa	completa	completa	completa	completa
órgãos relacionados a trabalho e emprego	básico	básico	básico	não tem no município	não tem no município	nenhuma
movimentos sociais locais/ associações comunitárias	básico	razoável	razoável	básico	básico	básico
conselho tutelar	razoável	razoável	razoável	razoável	razoável	razoável
judiciário	básico	básico	básico	básico	básico	básico

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Em relação aos territórios de abrangência, nenhum se encontra em zona rural e não há registro de atendimento a povos e comunidades tradicionais. Alguns aspectos foram sinalizados como existentes no território de abrangência do CRAS Colina: áreas com risco de desabamento; áreas com risco de alagamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade; moradias irregulares como favelas, invasões, etc.; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; presença de conflito fundiário; altos índices de abuso de drogas; presença de exploração sexual de crianças e adolescentes (prostituição infantil); altos índices de violência doméstica /intrafamiliar; regiões com escassez de água; trabalho infantil; atingidos por desastres; presença de migrantes/refugiados.

A análise dos dados referentes ao território reforça a importância da localização estratégica do CRAS Colina em território com alta concentração de famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, para que o acesso da população à política de Assistência Social e a atuação do CRAS seja efetiva.

Quanto à garantia de sigilo nos atendimentos e nas informações dos usuários, o CRAS Colina, nos anos analisados, não teve disponibilidade de um espaço físico para arquivos, impossibilitando, assim, a observância sobre a garantia de sigilo das informações registradas em meios físicos. Em relação ao sigilo no atendimento ao usuário, conforme o gráfico 11, sempre houve salas de atendimento individual, mas sem informações sobre a infraestrutura destas salas.

O CRAS Colina, durante a pandemia de COVID-19, conforme as orientações da Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), permaneceu com o atendimento de portas abertas a todo o público, com redução no atendimento presencial e agendamento prévio na maior parte dos casos e possibilidade de teleatendimento por telefone e aplicativos de videoconferência. O atendimento de demandas de benefícios eventuais permaneceu essencial e registrada baixa demanda relacionada ao Auxílio Emergencial, voltadas à orientação às famílias atendidas/acompanhadas pelo CRAS e famílias da comunidade em geral. As atividades coletivas foram suspensas em 2020 e 2021, com retorno gradual em 2022, assim como as visitas domiciliares que estiveram reduzidas em 2020 e 2021, com aumento gradual em 2022. A jornada de trabalho da equipe esteve reduzida em 2020 e 2021, com retorno à jornada normal em 2022, com acesso a EPI em quantidade suficiente para atendimentos durante os três anos da pandemia.

CRAS Distritos e CRAS Bairros

CRAS Distritos

O PAIF foi ofertado no CRAS Distritos durante os anos de 2018 a 2023, e compreendia a realização das principais atividades: acolhida e atendimento particularizado de famílias ou indivíduos; grupo/oficina com famílias; campanhas ou eventos comunitários; visitas Domiciliares; Busca Ativa para inserção e/ou adesão de famílias ao acompanhamento familiar; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistenciais e/ou outras políticas públicas (educação, habitação, saúde, etc.); encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único; acompanhamento dos encaminhamentos realizados; acompanhamento de famílias; atendimento e acompanhamentos de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; registro dos acompanhamentos familiar em prontuário ou registro das famílias /acompanhadas; apoio para obtenção de Documentação pessoal; oferta de Benefícios Eventuais; compartilhamento de informações com a rede de proteção por meio de relatórios, conforme previsto em Orientações Técnicas.

O CRAS Distritos, nos anos de 2018 a 2023, não ofertou, em nenhum momento, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em sua unidade. Algumas hipóteses para a não oferta do serviço são a falta de espaço físico na unidade e a dificuldade de deslocamento, até a unidade, da população usuária.

Quanto à articulação do CRAS Distritos com a rede intersetorial, pode-se observar, a partir do quadro 7, que se manteve um alto nível de articulações com as redes de Proteção Social Básica e Especial, bem como com os serviços de saúde e educação. Com os órgãos relacionados a trabalho e emprego e com o Judiciário, o CRAS Cabanas manteve um nível baixo de articulação. E, por fim, manteve um nível básico de articulações com os movimentos sociais locais/associações comunitárias e com o Conselho Tutelar.

Quadro 7 - Articulação entre o CRAS Distritos e rede intersetorial por ano

articulações			
unidade/ano	2021	2022	2023
unidades da rede de Proteção Básica	completa	completa	razoável
unidades da rede de Proteção Social Especial	razoável	razoável	razoável
serviços de saúde	razoável	razoável	completa
serviços de educação	básico	razoável	completa
órgãos relacionados a trabalho e emprego	básico	básico	básico
movimentos sociais locais/ associações comunitárias	básico	básico	básico
conselho tutelar	razoável	básico	razoável
judiciário	básico	básico	básico

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

O território de abrangência do CRAS Distritos é composto por, majoritariamente, localidades em zona rural, que demandam o deslocamento, por 4 dias ou mais na semana, da equipe para a realização de grande parte dos atendimentos. Dentre a população usuária, há um grande número de famílias pertencentes a Comunidade Rural, Comunidade Quilombola, Povos Ciganos, Povos de matriz africana e de terreiro, extrativistas e garimpeiros. No território de abrangência, destacam-se aspectos como a presença de áreas com risco de desabamento; áreas com risco de alagamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade, como rios e montanhas; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; presença de exploração sexual de crianças e adolescentes (prostituição infantil); presença de migrantes/refugiados; altos índices de abuso de drogas; altos índices de violência doméstica/intrafamiliar; trabalho infantil e atingidos por desastres.

A análise dos dados referentes ao território reforça a importância da presença do CRAS Distritos nos distritos e subdistritos de Mariana, dada a alta concentração de famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, para que o acesso da população à política de Assistência Social e a atuação do CRAS seja efetiva.

Em relação à garantia de sigilo ao atendimento do usuário e suas informações, o CRAS Distritos dispôs de salas de atendimento individual ao longo de todos os anos analisados, porém, de espaço para arquivo somente no ano de 2021, sem mais informações sobre a infraestrutura desses espaços.

Conforme as orientações da Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), o CRAS Distritos permaneceu com o atendimento presencial de portas abertas para todo o público durante a pandemia de COVID-19, sendo a menor parte dos atendimentos agendados previamente e baixa oferta de teleatendimento. O atendimento das demandas de benefícios eventuais permaneceu essencial e registrada baixa demanda relacionada ao Auxílio Emergencial, restrita a prestar orientações e auxílio no preenchimento das solicitações às famílias já atendidas/acompanhadas pelo CRAS e da comunidade em geral. A oferta de atividades coletivas permaneceu suspensa durante todo o período de pandemia, enquanto as visitas domiciliares tiveram apenas redução na realização. A jornada de trabalho da equipe permaneceu com carga horária normal, com acesso suficiente a EPIs para atendimentos.

CRAS Bairros

O PAIF foi ofertado no CRAS Bairros durante os anos de 2018 a 2013, e compreendia a realização das principais atividades: acolhida em grupo e particularizada realizada por técnica(o) de nível superior; atendimento particularizado de famílias ou indivíduos; grupo/oficina com famílias; campanhas ou eventos comunitários; Visitas Domiciliares; Busca Ativa para inserção e/ou adesão de famílias ao acompanhamento familiar; encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistenciais e/ou para outras políticas públicas (educação, habitação, saúde, etc.); encaminhamento para acesso à qualificação profissional e serviços de intermediação de mão-de-obra; encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único; acompanhamento dos encaminhamentos realizados; acompanhamento de famílias; elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; atendimento e acompanhamentos de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; registro dos acompanhamentos familiar em prontuário ou registro das famílias /acompanhadas; apoio para obtenção de Documentação pessoal; orientação e emissão de carteira do idoso; oferta de Benefícios Eventuais; compartilhamento de informações com a rede de proteção por meio de relatórios, conforme previsto em Orientações Técnicas.

O SCFV do CRAS Bairros é realizado pelo Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Santo Antônio e São Gonçalo, localizado próximo ao CRAS Bairros, ao qual é vinculado. O serviço é realizado com grupos de crianças, adolescentes e adultos e abrangem uma gama de atividades de arte e cultura, linguagem, recreativas, de orientação para o mundo do trabalho e de cuidado da vida diária, tratando de temas como saúde, meio ambiente, cultura, esporte, direitos e programas sociais, igualdade de entre homens e mulheres, orientação sexual e identidade de gênero, identidade e relações étnico-raciais, prevenção à violência, deficiência e acessibilidade, mundo do trabalho, orientações sobre higiene e cuidados pessoais, dentre outros, conforme a demanda observada pela equipe profissional.

Quanto à articulação do CRAS Bairros com a rede intersetorial, pode-se observar, a partir do quadro 8, que se manteve um alto nível de articulações com as redes de Proteção Social Básica e Especial, bem como com os serviços de saúde e educação. Com os órgãos relacionados a trabalho e emprego e com o Judiciário, o CRAS Cabanas manteve um nível basilar de articulação, assim como com os movimentos sociais locais/associações comunitárias e com o Conselho Tutelar.

Quadro 8 - Articulação entre o CRAS Bairros e rede intersetorial por ano

Articulações			
unidade/ano	2021	2022	2023
unidades da rede de Proteção Básica	razoável	razoável	completa
unidades da rede de Proteção Social Especial	razoável	razoável	completa
serviços de saúde	razoável	razoável	razoável
serviços de educação	razoável	razoável	razoável
órgãos relacionados a trabalho e emprego	básico	básico	básico
movimentos sociais locais/ associações comunitárias	nenhuma	nenhuma	básico
conselho tutelar	razoável	razoável	razoável
judiciário	razoável	razoável	básico

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Em relação aos territórios de abrangência, todos estão localizados em zona urbana de Mariana, marcados por aspectos como áreas com risco de desabamento; áreas com risco de alargamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios, montanhas, etc.); moradias irregulares como favelas, invasões, etc.; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; presença de exploração sexual de crianças e adolescentes (prostituição infantil); regiões com escassez de água; altos índices de abuso de drogas; altos índices de violência doméstica/intrafamiliar; trabalho infantil; atingidos por desastres; pessoas em situação de rua/sem teto, dentre outras características que contribuem para a vulnerabilidade das famílias. Não há registros de atendimento a povos e comunidades específicos.

No que tange a garantia de sigilo ao usuário e suas informações, o CRAS Bairros dispôs de espaço para arquivo somente no ano de 2021 e de salas de atendimento individual durante todos os anos analisados, sem informações, porém, quanto à infraestrutura das salas.

Regulado pela Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), o CRAS Bairros permaneceu com atendimento a portas abertas para todo o público durante toda a pandemia de Covid-19, sendo a maioria dos atendimentos agendados previamente e/ou realizados em modalidade *online*, através de aplicativos de videoconferência. O atendimento às demandas de benefícios eventuais permaneceu normal, com registro considerável de demandas relacionadas ao Auxílio Emergencial, de prestação de orientações às famílias já atendidas/acompanhadas pelo CRAS e da comunidade em geral. A oferta de atividades coletivas foi totalmente suspensa, além da redução da realização de visitas domiciliares. Em 2021 a equipe esteve em jornada de trabalho reduzida, com a adoção do regime de *home office* em 2022. O acesso aos EPIs para atendimento se deu em quantidade suficiente durante todo o período.

2.4.1.3 Aspectos referentes às equipes e condições de trabalho

Quanto ao trabalho profissional das equipes, a NOB-RH define os trabalhadores da Assistência Social como “todos aqueles que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na LOAS, na PNAS e no SUAS [...]” (MDS, 2011b, p. 105).

A presença de um coordenador no CRAS é de suma importância, e este deve “ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioambientais” (MDS, 2011b, p. 31).

O CRAS, com capacidade de referenciamento de 5000 famílias, deve conter uma equipe composta por: 4 técnicos de nível superior (2 profissionais assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõem o SUAS) e 4 técnicos de nível médio (MDS, 2011b, p. 30). Conforme a Resolução n.º 17, de 20 de junho de 2011, §3º, as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, podem compor a equipe SUAS, são: antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta (*Ibid.*).

A NOB-RH é quem pauta a importância da Educação Permanente dos profissionais que atuam na política de assistência social, definindo-a como a “formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização” (MDS, 2011b, p.41-42), visando “melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social” (*ibid.*). Assim, a capacitação dos profissionais da Assistência Social deve ser sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada, avaliada e monitorada conforme os fundamentos propostos pela NOB-RH (*ibid.*).

Quanto ao vínculo de trabalho do servidor público, as diretrizes para planos de carreira, cargos e salários da NOB-RH preconizam o acesso à carreira por meio de aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos, bem como a exigência de formação especializada e constante atualização do profissional, mediante a educação permanente (MDS, 2011b).

Tais diretrizes se fazem necessárias dado o cenário de baixa profissionalização e precariedade de vínculos trabalhistas (MDS, 2011b), que fragilizam a operacionalização da política e a continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, em razão do rompimento dos vínculos com os usuários.

CRAS Cabanas e CRAS Distritos

Como supracitado, o CRAS Distritos é, na verdade, uma Equipe Volante vinculada ao CRAS Cabanas. Em razão do, também já explicado, preenchimento dos formulários do Censo SUAS pelo CRAS Cabanas, incluindo as informações do CRAS Distritos nos anos de 2018 a 2020, as informações sobre as equipes de referência de 2018, 2019 e 2020 estão mistas, impossibilitando a distinção entre as equipes de cada unidade. Nos anos de 2021, 2022 e 2023 é possível realizar a análise de cada unidade individualmente, de forma que esta seguirá padronizada. Assim, a análise dos aspectos do trabalho dos CRAS será realizada parcialmente em conjunto, nos anos em que só há um formulário de respostas: o CRAS Cabanas com o CRAS Distritos e, posteriormente, o CRAS Colina com o CRAS Bairros. Não é perguntado sobre experiências anteriores do profissional coordenador do CRAS, assim, essa questão não será retomada na análise dos CRAS.

A começar pelo coordenador da equipe do CRAS Cabanas, nos anos de 2018 e 2019 (formulários em que não há distinção de equipes de cada unidade), dois profissionais diferentes passaram pela coordenação, ambos exercendo funções simultâneas de coordenador e técnico de nível superior. Em 2020 e 2021, um terceiro profissional assumiu o cargo, ainda com vínculo temporário, exercendo somente a função de coordenador. Nos anos 2022 e 2023, por fim, o cargo de coordenação foi assumido por outro profissional, com vínculo temporário, exercendo somente a função de coordenador. No CRAS Distritos, permaneceu o mesmo profissional coordenador de 2021 a 2023, vinculado como servidor estatutário e exercendo somente a função de coordenação, conforme orientações da NOB-RH.

A respeito das capacitações profissionais das equipes, que configura Formação Continuada conforme a NOB-RH, somente nos anos de 2018 e 2019 é perguntado nos formulários do Censo SUAS os temas sobre os quais as equipes receberam capacitação. O CRAS Cabanas e Distritos assinalaram, no formulário de 2018, que não houve nenhuma capacitação e, no formulário de 2019, que os profissionais participaram de capacitações com os temas Deficiência; Violências e violações de direitos; Trabalho Infantil; Educação financeira; BPC/INSS; Vigilância Socioassistencial; e Suicídio.

Em relação às equipes mínimas de referência, nos anos de 2018, 2019 e 2020, em que os formulários foram respondidos unindo as informações dos dois CRAS (CRAS Cabanas e Equipe Volante Distritos), será considerado como uma só equipe. Conforme a tabela 5, no decorrer dos três anos analisados, houveram mais profissionais assistentes sociais e psicólogos do que a exigência mínima da NOB-RH (2 assistentes sociais e 1 psicólogo, a cada

5.000 famílias referenciadas), bem como mais profissionais SUAS do que a exigência mínima (1 profissional), sendo eles advogado (em 2018, 2019, 2020), terapeuta ocupacional (em 2018) e outro profissional (em 2018). O quantitativo de profissionais de nível médio exigido pela NOB-RH (de 4 profissionais) não foi alcançado em 2018, somente em 2019 e 2020. O profissional administrador sinalizado na tabela se refere ao coordenador, e os trabalhadores sem formação profissional desempenham funções de apoio administrativo, serviços gerais e outras atividades.

Tabela 5 - Composição das equipes de referência mista CRAS Cabanas e Distritos por ano

Equipes de referência CRAS Cabanas e Distritos 2018-2023			
unidade	cabanas + distritos	cabanas + distritos	cabanas + distritos
profissional/ano	2018	2019	2020
assistente social	7	7	9
psicólogo	3	4	4
advogado	1	1	1
administrador			1
terapeuta ocupacional	1		
outro profissional de nível superior	1	1	
profissional de nível médio	1	4	4
sem formação profissional	14	10	10
Total	28	27	29

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Observa-se, na tabela 6, que o número de assistentes sociais permaneceu acima do exigido pela NOB-RH na equipe do CRAS Cabanas e, igualmente, na equipe do CRAS Distritos. Em relação aos psicólogos, somente nos anos de 2022 e 2023 a equipe CRAS Cabanas contou com a categoria profissional em sua equipe, diferentemente do CRAS Distritos que contou com, ao menos, 1 psicólogo ao longo dos anos de 2021 a 2023. O CRAS Cabanas não integrou em sua equipe, em nenhum ano, de 2021 a 2023, a quantidade mínima de 1 profissional do SUAS, ao passo que o CRAS Distritos teve a presença de 1 terapeuta ocupacional nos anos de 2022 e 2023. Somente em 2022 o CRAS Cabanas teve, em sua equipe, o quantitativo mínimo exigido de profissionais de nível médio, enquanto o CRAS Distritos não teve profissionais de nível médio em nenhum momento. O profissional administrador do CRAS Cabanas exerceu a função exclusiva de coordenador, assim como o profissional advogado coordenador do CRAS Distritos.

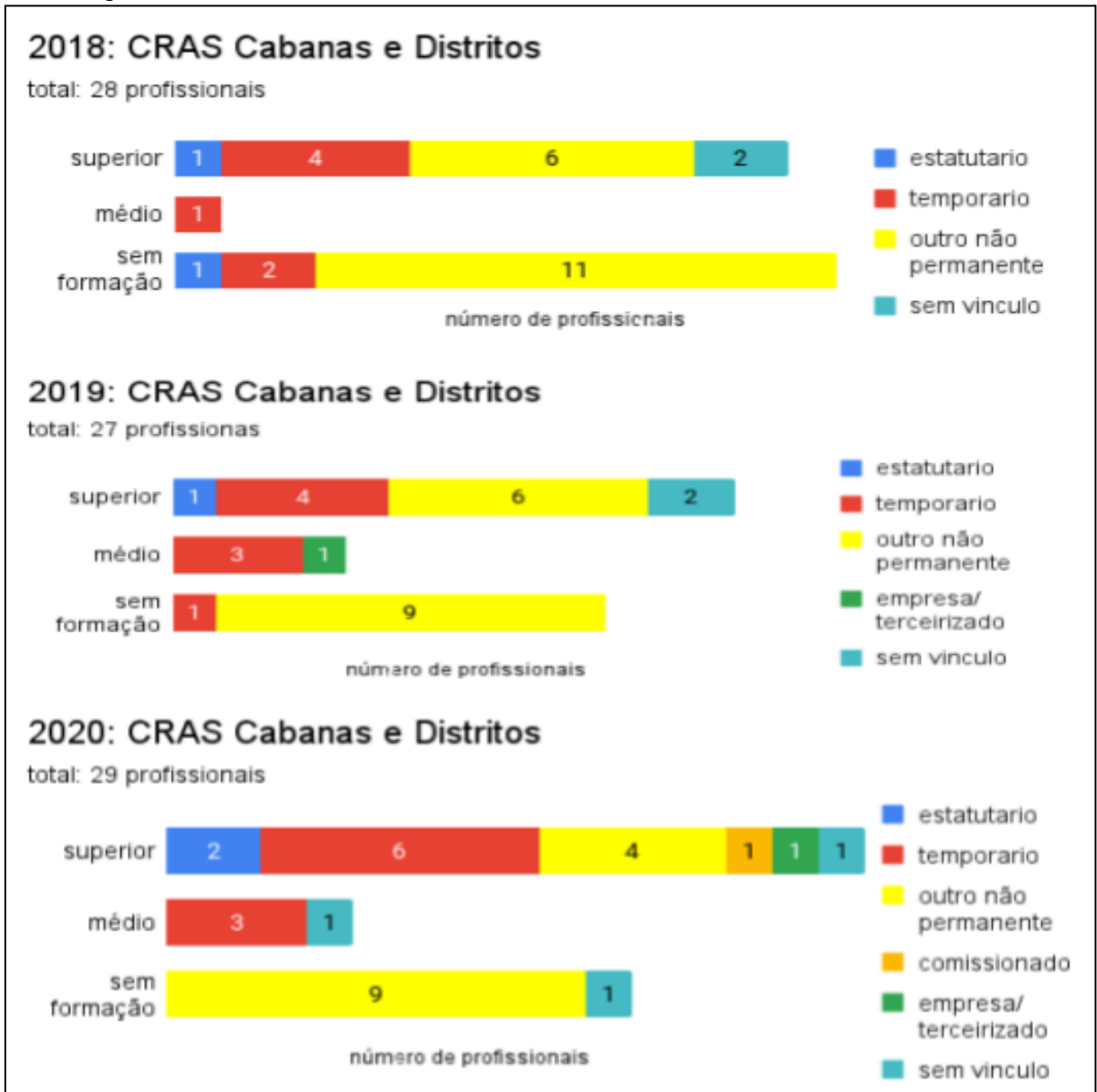
Tabela 6 - Composição das equipes de referência CRAS Cabanas e CRAS Distritos por ano

Equipe de referência CRAS Cabanas 2021-2023 e CRAS Distritos 2021-2023						
unidade	cabanas	cabanas	cabanas	distritos	distritos	distritos
profissional/ano	2021	2022	2023	2021	2022	2023
assistente social	6	7	7	4	4	4
psicólogo		1	2	1	1	2
advogado				1	1	1
administrador	1	1	1			
terapeuta ocupacional					1	1
outro profissional de nível superior						
profissional de nível médio	2	4	3			
sem formação profissional	6	7	8	3	3	2
Total	15	20	21	9	10	10

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

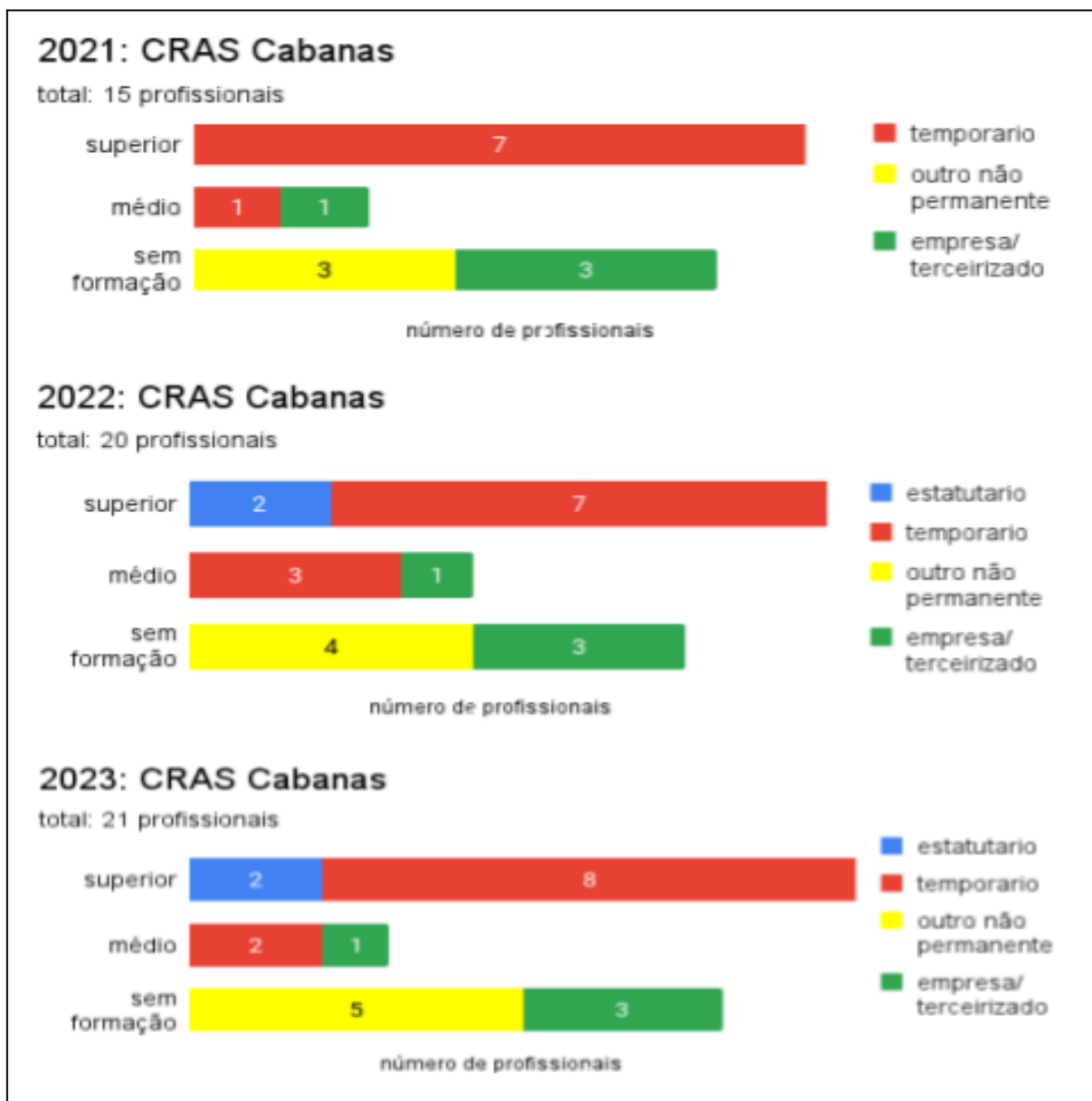
Há uma tendência, no mundo do trabalho, de que profissões que exigem escolaridade mais alta tenham vínculos empregatícios mais estáveis e, paralelamente, profissões que exijam menos escolaridade, tenham vínculos empregatícios mais frágeis. Pode-se perceber, a partir dos gráficos combinados nas figuras 3, 4 e 5, o pouco número de servidores estatutários, restrito às profissões de nível superior, em contraste com o alto número de profissionais com vínculos temporários, não permanentes, terceirizados ou, ainda, sem vínculo, nas escolaridades de nível médio e sem formação. O aparecimento de profissionais vinculados a empresas/cooperativas/terceirizados também deve ser pontuado como uma fragilidade da política de Assistência Social em Mariana, dada a fragilidade dos direitos trabalhistas imposta a esses profissionais.

Figura 3 - Comparativo de escolaridade x vínculo das equipes CRAS Cabanas e CRAS Distritos por ano 2018-2020



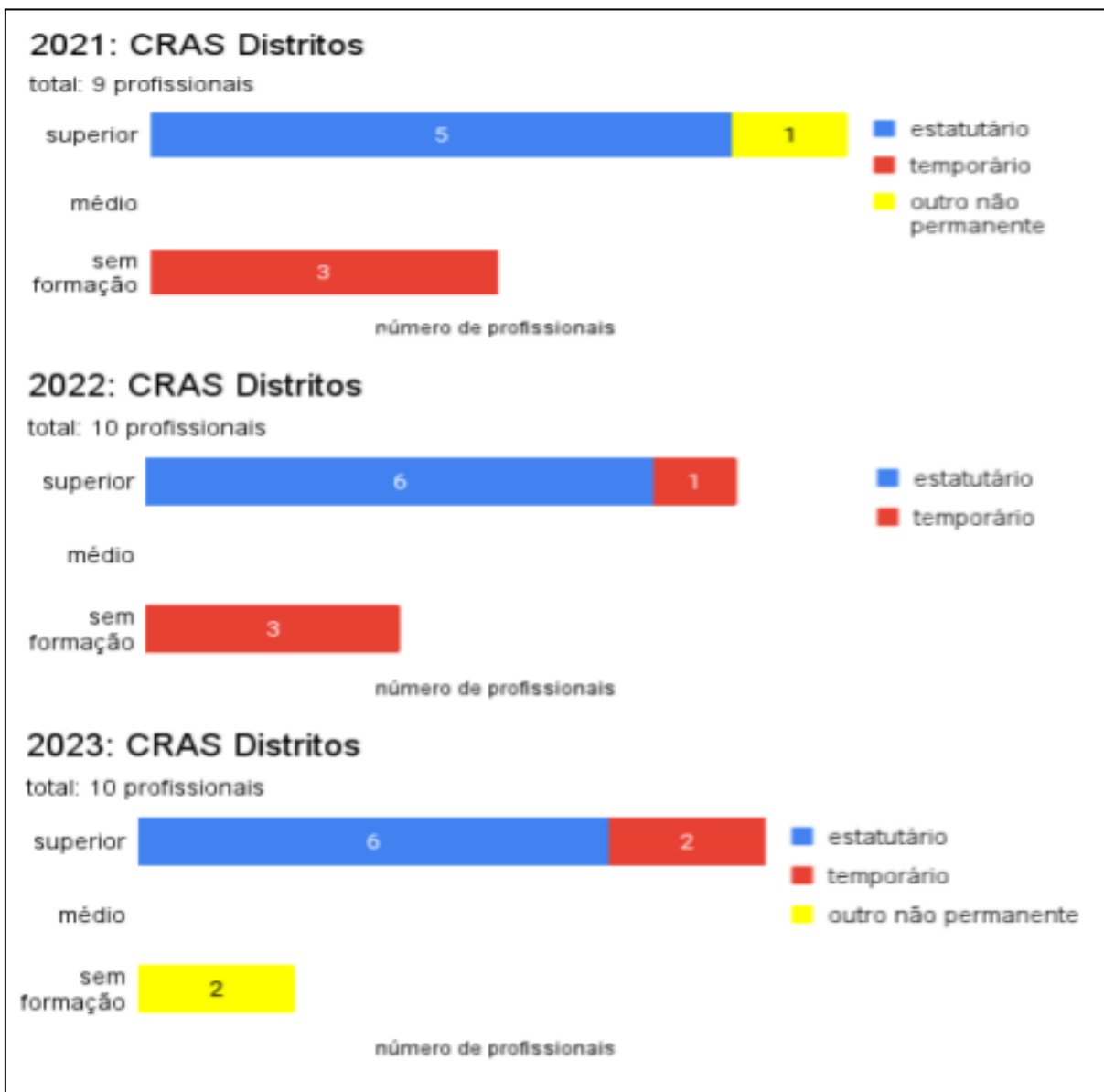
Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Figura 4 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Cabanas por ano 2021-2023



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Figura 5 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Distritos por ano 2021-2023



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A partir dos comparativos entre escolaridade e vínculo das equipes dos CRAS Cabanas e Distritos, dos anos 2021 a 2023, em que há distinção dos formulários, possibilitados pelas figuras 4 e 5, é possível perceber a maior quantidade de servidores estatutários do CRAS Distritos em relação ao CRAS Cabanas que, por sua vez, conta com um maior número de servidores temporários e terceirizados. A partir da análise dos formulários, não foi possível compreender o motivo da discrepância na composição das equipes em relação aos vínculos, mas é importante pontuar que, em termos de adequação às normativas de recursos humanos, o CRAS Distritos está melhor posicionado, o que é interessante, devido à tendência municipal de maior precarização das equipes volante (CRAS Distritos e CRAS Bairros) em relação aos CRAS Cabanas e Colina, com mais tempo de implementação.

CRAS Colina e CRAS Bairros

No que tange à Educação Permanente das equipes, os profissionais participaram de capacitações nos temas Juventude, Envelhecimento e Trabalho Infantil, nos anos 2018 e 2019. A baixa realização de atividades de capacitação é um fator de enfraquecimento da política, já que a qualificação do atendimento está fortemente ligada à qualificação do profissional.

Nos formulários de 2018 a 2020, em que não há distinção das equipes das duas unidades, observa-se que dois profissionais exerceram função de coordenação: um em 2018 e 2019, servidor estatutário que exerceu somente a função de coordenador e o outro em 2020, de vínculo temporário, exercendo função simultânea de coordenação e técnico de nível superior. No CRAS Colina, manteve-se, de 2021 a 2023, o mesmo profissional coordenador citado de 2018 a 2019, de vínculo estatutário, exercendo somente função de coordenação. O CRAS Bairros, igualmente, manteve um mesmo profissional na função exclusiva de coordenador, com vínculo estatutário.

Em relação às equipes mínimas de referência, nos anos de 2018, 2019 e 2020, em que os formulários foram respondidos unindo as informações dos CRAS Colina e Equipe Volante Bairros, será considerado como uma só equipe. É possível observar, através da tabela 7, que houveram mais profissionais assistentes sociais e psicólogos do que a exigência mínima da NOB-RH, ao longo dos três anos, bem como a presença de outros profissionais do SUAS acima do exigido, sendo terapeuta ocupacional (em 2019 e 2020) e outros profissionais de nível superior sem a indicação da profissão. O profissional administrador sinalizado se refere, possivelmente, ao coordenador da equipe volante, e os trabalhadores sem formação profissional desempenham funções de apoio administrativo, serviços gerais e outras atividades.

Tabela 7 - Composição das equipes de referência CRAS Colina e Bairros por ano 2018-2020

Equipes de referência CRAS Colina e Bairros 2018-2023			
unidade	colina + bairros	colina + bairros	colina + bairros
profissional/ano	2018	2019	2020
assistente social	10	9	8
psicólogo	4	3	3
advogado			
administrador	1	1	1
terapeuta ocupacional		1	1
outro profissional de nível superior	3	4	3
profissional de nível médio	1	1	5
sem formação profissional	8	6	5
Total	27	25	26

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Em sequência, observa-se, na tabela 8, que o número de profissionais assistentes sociais e psicólogos, das duas, permaneceram acima do mínimo exigido pela NOB-RH. O profissional pedagogo do CRAS Colina e o profissional advogado do CRAS Bairros referem-se aos coordenadores da equipe. Somente no ano de 2022 o CRAS Bairros esteve com a quantidade mínima exigida de profissionais de nível médio, enquanto o CRAS Bairros não a alcançou em nenhum ano.

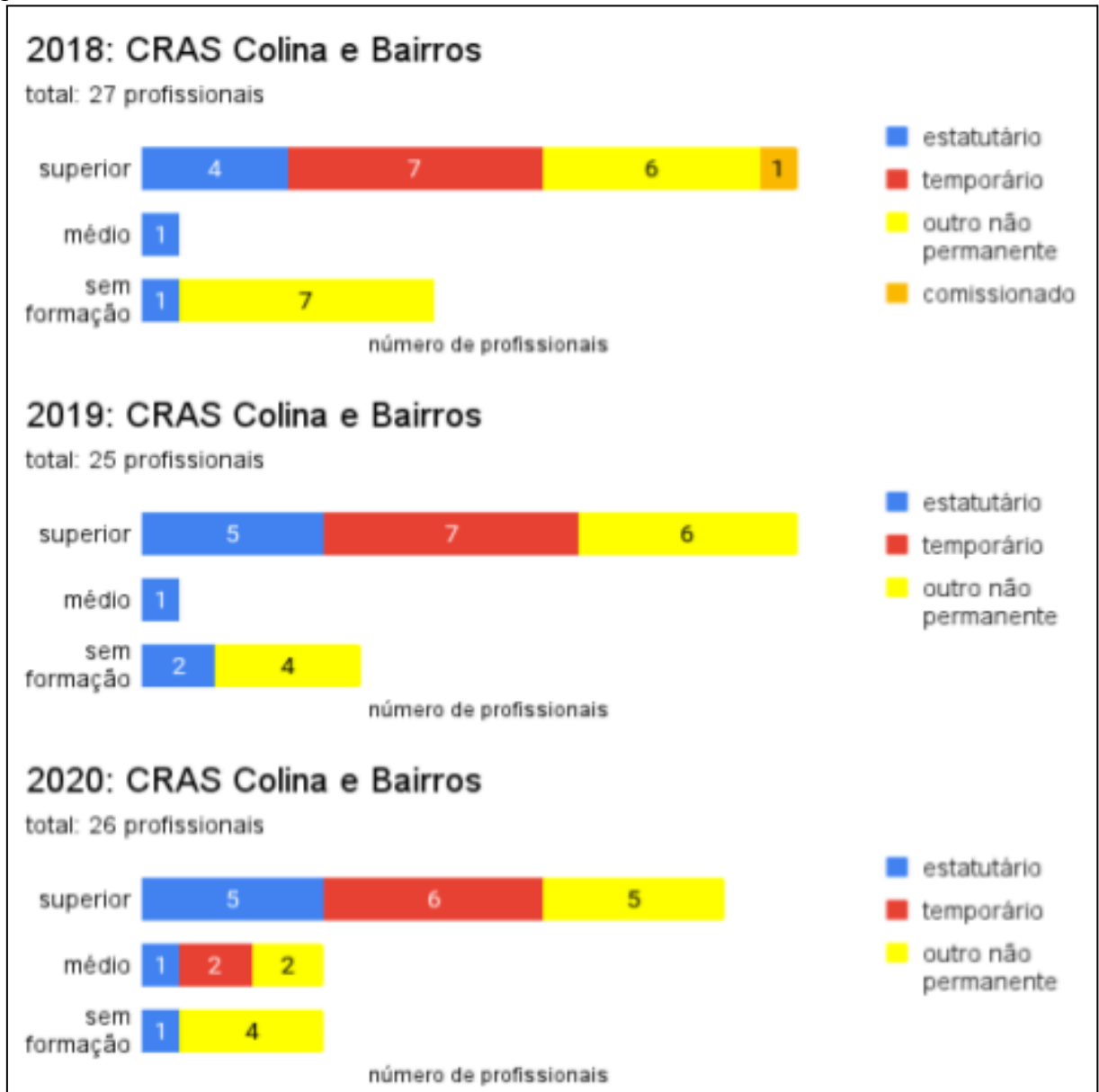
Tabela 8 - Composição das equipes de referência CRAS Colina e CRAS Bairros por ano 2021-2023

Equipe de referência CRAS Colina 2021-2023 e CRAS Bairros 2021-2023						
unidade	colina	colina	colina	bairros	bairros	bairros
profissional/ano	2021	2022	2023	2021	2022	2023
assistente social	4	4	5	5	5	4
psicólogo	1	1	1	2	2	3
pedagogo	1	1	1		1	
advogado				1	1	1
administrador						
terapeuta ocupacional				1	1	
outro profissional de nível superior						1
profissional de nível médio	2	2		1	4	2
sem formação profissional	3	2	1	6	2	3
Total	11	10	8	16	16	14

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

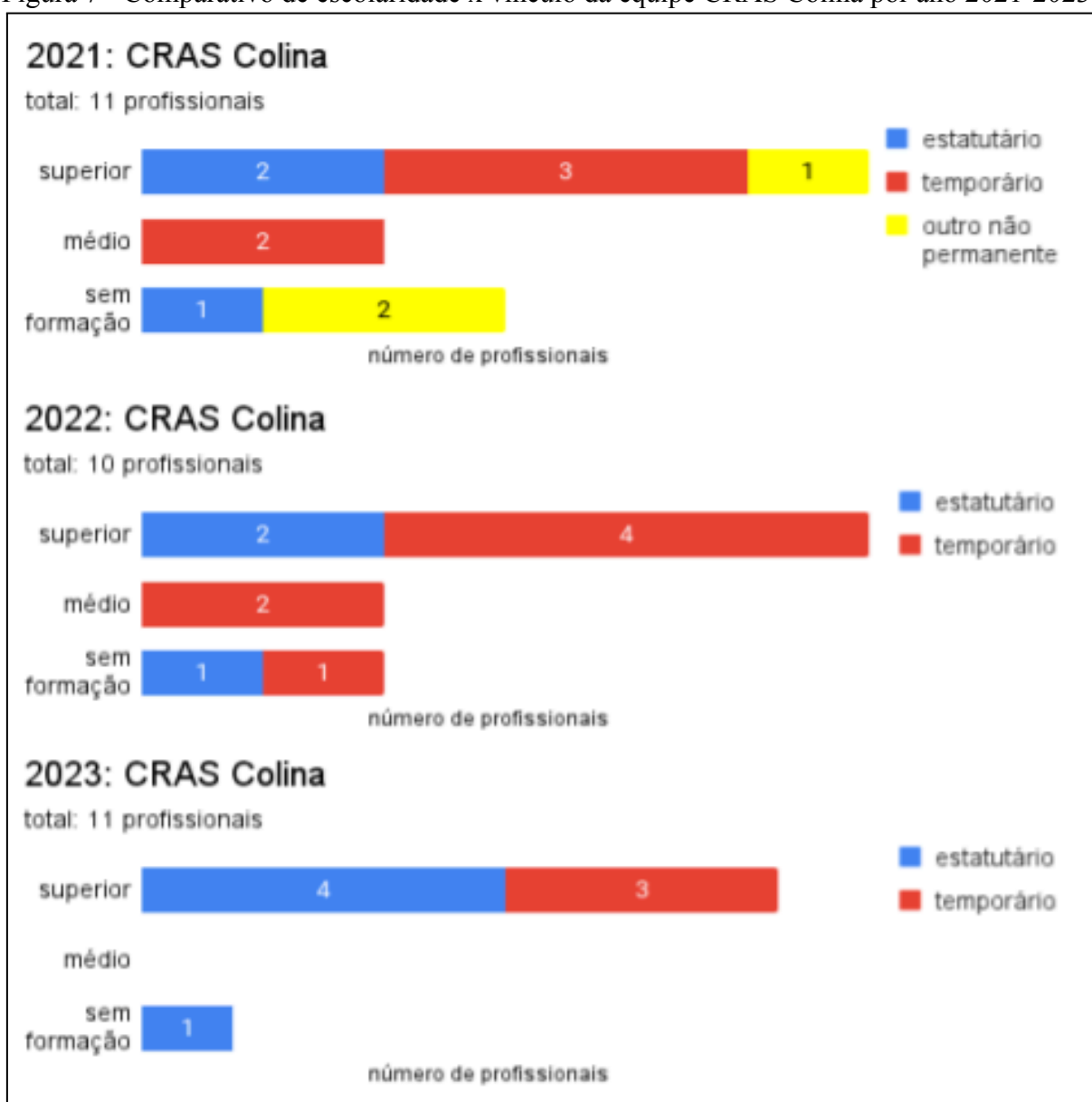
Os vínculos empregatícios dos profissionais que integram as equipes devem, também, ser levados em consideração na análise dos aspectos do trabalho. É perceptível, nos gráficos combinados das figuras 6, 7 e 8, o baixo número de servidores estatutários em contraposição ao crescente número de profissionais temporários, não permanentes, comissionados, de empresas/terceirizados, contratação por Carteira Nacional de Trabalho e Previdência Social (CTPS)(sinalizado como CLT) e, até mesmo, sem vínculo, conjunto que representa a maior parte dos profissionais. A situação do CRAS Bairros, de 2021 a 2023, é a mais precária das equipes no que diz respeito à estabilidade dos vínculos empregatícios, com somente uma parcela ínfima de profissionais efetivos, o que compromete fortemente a correlação de forças entre os profissionais e a instituição no compromisso ético com a população usuária.

Figura 6 - Comparativo de escolaridade x vínculo das equipes CRAS Colina e CRAS Bairros por ano 2018-2020



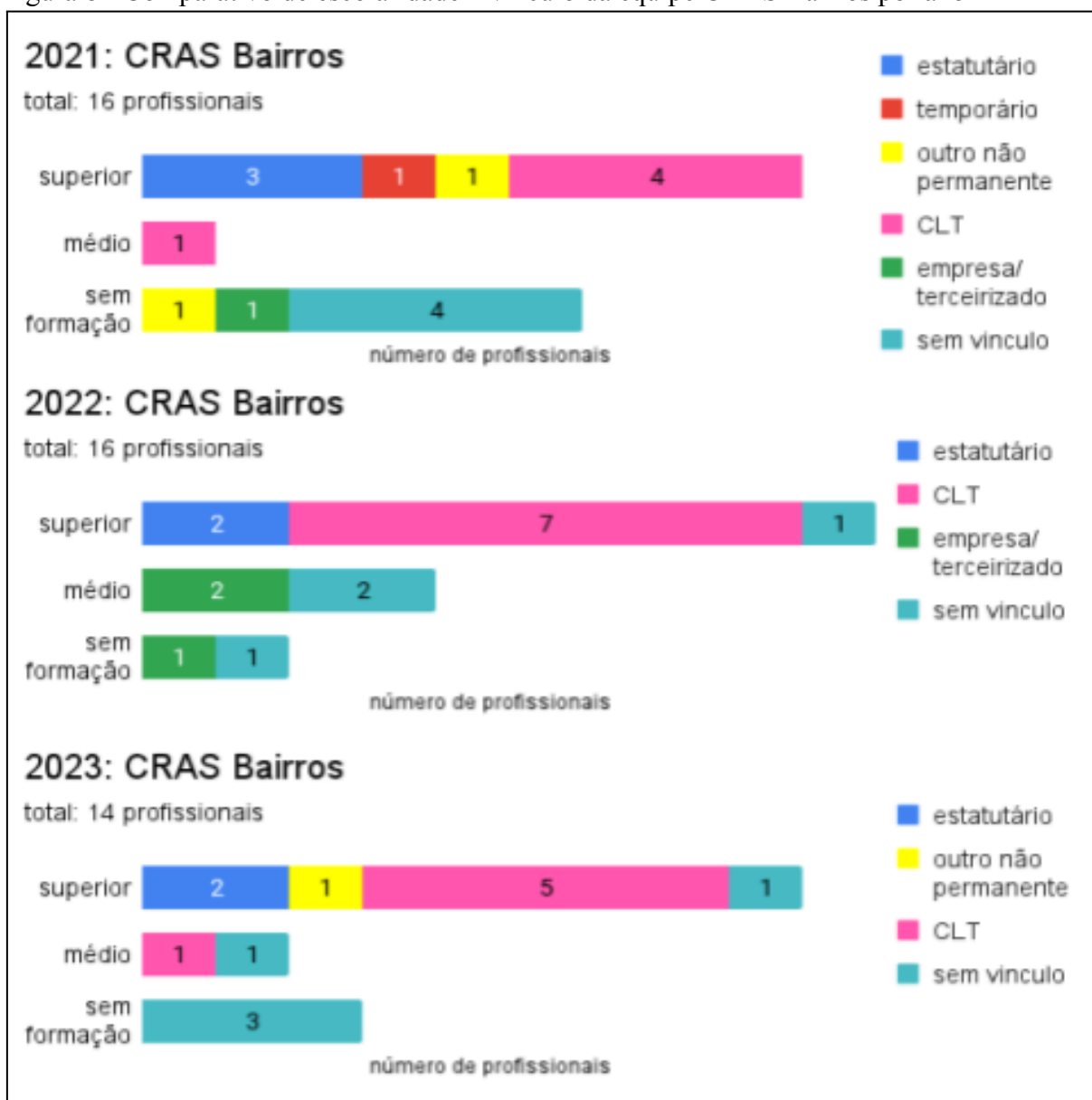
Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Figura 7 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Colina por ano 2021-2023



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Figura 8 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CRAS Bairros por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A comparação dos anos de início do exercício da função, assinalados nas fichas de recursos humanos dos formulários Censo SUAS das quatro unidades – CRAS Cabanas, CRAS Distritos, CRAS Colina e CRAS Bairros – permitiram a observação da rotatividade dos profissionais em função de seus vínculos empregatícios: profissionais com vínculos temporário, não permanente, comissionado, de empresas/terceirizado, CLT e sem vínculo foram admitidos e desligados com uma frequência significativamente mais alta que a admissão e desligamento de profissionais efetivos (servidores estatutários), que permaneciam por mais tempo na composição das equipes. Essa observação se manteve muito semelhante na análise dos quatro CRAS ao longo dos seis anos, de forma que é possível assinalá-la como uma tendência das equipes dos CRAS de Mariana. Assim, o alto número de profissionais com

vínculos não permanentes exibe, possivelmente, interesses da gestão municipal na composição das equipes, dada a facilidade de inserir e remover esses profissionais das equipes por diferentes circunstâncias.

No que diz respeito à carga horária semanal dos profissionais, ao nivelar por categorias profissionais, pode-se observar que assistentes sociais e psicólogos têm uma carga horária comum de 30 horas semanais; coordenadores, independente da área de formação, têm carga horária comum de 40 horas semanais; profissionais de nível superior (com exceção de assistentes sociais e psicólogos) têm uma carga horária de 30 ou 40 horas semanais, sem informação de critérios definidos; profissionais de nível médio têm uma carga horária comum de 40 horas semanais, salvo poucas exceções de 20h horas, em que as profissionais não tinham vínculo empregatício permanente e não há informação sobre suas respectivas funções nos CRAS. Os trabalhadores sem formação profissional, por fim, têm carga horária bastante variável, de 20 a 40 horas semanais, a depender do vínculo e da função, que não é informada na maioria dos casos, exceto a de alguns profissionais sinalizadas como “serviços gerais”, “apoio administrativo” e “estagiário”, enquanto a maioria é sinalizado como “outros”. A padronização desse aspecto na análise dos quatro CRAS, ao longo dos seis anos, torna igualmente possível analisá-la como uma tendência das equipes dos CRAS de Mariana: as profissões que exigem maior escolaridade ou emprega profissionais com vínculos mais sólidos tendem a ter uma carga horária fixa de trabalho, dada a, também, estabilidade da remuneração, enquanto profissões de baixa escolaridade e/ou com vínculos empregatícios mais frágeis tendem a ter uma carga horária semanal variável, em função das atividades realizadas na unidade.

A estimativa salarial dos profissionais que integram as equipes dos quatro CRAS não pôde ser mensurada com precisão, dada a disfuncionalidade do sistema e ininteligibilidade dos dados do Portal da Transparência de Mariana e a grande quantidade de profissionais cujos vínculos não têm formalização de acesso público, impossibilitando a estimativa da remuneração. Pode influir, apesar da falta de informações explícitas, que profissionais com vínculos permanentes tendem a ter uma remuneração mais alta que os de vínculos instáveis, dentro das mesmas categorias profissionais.

2.4.2 Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial difere-se da proteção básica pelo atendimento especializado dirigido às situações de violação de direitos, ou seja, direcionado a famílias e indivíduos que se encontram em “situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua situação de trabalho infantil, dentre outras” (MDS, 2005b).

A Proteção Social Especial divide-se em Média e Alta Complexidade: a Média Complexidade corresponde aos serviços que atendem famílias e indivíduos que, mesmo com seus direitos violados, mantêm sólidos os vínculos familiares e comunitários. A Alta Complexidade diz respeito aos serviços que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, cabendo a retirada do núcleo familiar e/ou comunitário (MDS, 2005b).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, está envolvido na proteção especial de média complexidade, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, constituindo-se como um *locus* de “referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos” (MDS, 2011c).

2.4.2.1 Estrutura física da unidade

O documento *Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS* (MDS, 2011c) é o que melhor norteia, especificamente, os aspectos referentes ao CREAS analisados nesta pesquisa. No que tange ao número de CREAS a ser implantado no município para atender as demandas, a recomendação é que, em municípios de médio porte, com número de habitantes entre 50.001 a 100.000, como Mariana, haja pelo menos 1 CREAS implantado (*Ibid.*). O CREAS deve ter localização estratégica, preferencialmente em área central, de fácil acesso e de maior circulação da população, observando a disponibilidade de transporte público e a proximidade dos locais de maior concentração do público atendido e próximo a unidades e órgãos da rede que devem manter articulação com o CRAS, propiciando o trabalho em rede e o acesso dos usuários aos conjuntos destes equipamentos, otimizando o tempo e a redução de custos (*Ibid.*).

Dada a representatividade do CREAS no território, é importante que este seja implantado em imóvel exclusivo, não improvisado, com placa de identificação e espaços

exclusivos para a realização de suas atividades (MDS, 2011c). O período mínimo de funcionamento da unidade é de cinco dias na semana, por oito horas diárias, totalizando quarenta horas semanais, com possibilidade de flexibilização, resguardada a ampla divulgação no território e em local visível da unidade (*Ibid.*).

A acolhida e escuta qualificada dos usuários deve ser promovida em um ambiente acolhedor, que assegure o respeito à dignidade, diversidade e não-discriminação dos usuários e famílias. Assim, “a infraestrutura do CREAS deve ser compatível com os serviços ofertados, recursos humanos disponíveis e capacidade instalada para atendimento das demandas” (MDS, 2011c, p. 82), em quantidade e dimensões suficientes. É recomendado, portanto, que o CREAS disponha dos seguintes espaços: recepção; salas específicas para uso da coordenação, equipe técnica ou administração; no mínimo 3 salas de atendimento (individual, familiar e em grupo), na condição de município de médio porte; no mínimo 2 banheiros coletivos (feminino e masculino), com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida; e copa/cozinha. Pode contar, também, com outros espaços conforme as possibilidades e necessidades apresentadas, como almoxarifado ou similar, espaço externo para atividades de convívio, etc.) (*ibid.*).

Além do espaço físico, o CREAS necessita de equipamentos e recursos materiais essenciais, como um veículo para utilização da equipe, para realização de visitas domiciliares, acompanhamento de famílias e indivíduos em áreas afastadas do território, participação de reuniões e encontros com a rede e realização de deslocamentos na abordagem de rua e busca ativa. É de grande importância, também, a garantia de condições de conectividade, para a comunicação com a rede e informatização das informações, fazendo necessária a disponibilidade de aparelhos telefone/celular e computador com acesso à internet na unidade.

A acessibilidade nos espaços é uma forma de favorecer a acolhida, já que respeita usuários nos diferentes ciclos de vida, permitindo a circulação e utilização do espaço com segurança e dignidade. São recomendadas as seguintes condições para acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CREAS; rota acessível aos principais espaços do CREAS (recepção, sala de atendimentos, e salas de uso coletivo; rota acessível ao banheiro; e banheiros adaptados. É importante, também, meios de acesso para pessoas com outras dificuldades e deficiências, como, por exemplo, treinamento para auxiliar pessoas com deficiência visual, placas de identificação em Braille, profissionais capacitados em LIBRAS, dentre outras medidas que podem ser adotadas (MDS, 2011c).

Para que seja garantida a visibilidade e identificação da unidade pelos usuários, pela rede e pela comunidade, é fundamental que o CREAS tenha uma placa de identificação afixada em local visível na fachada frontal do imóvel. Recomenda-se que as unidades utilizem o modelo padrão, disponibilizado pelo MDS, ilustrado na figura a seguir (MDS, 2011c).

Figura 9 - Placa padronizada de identificação do CREAS



Fonte: Orientações Técnicas CREAS, 2011c.

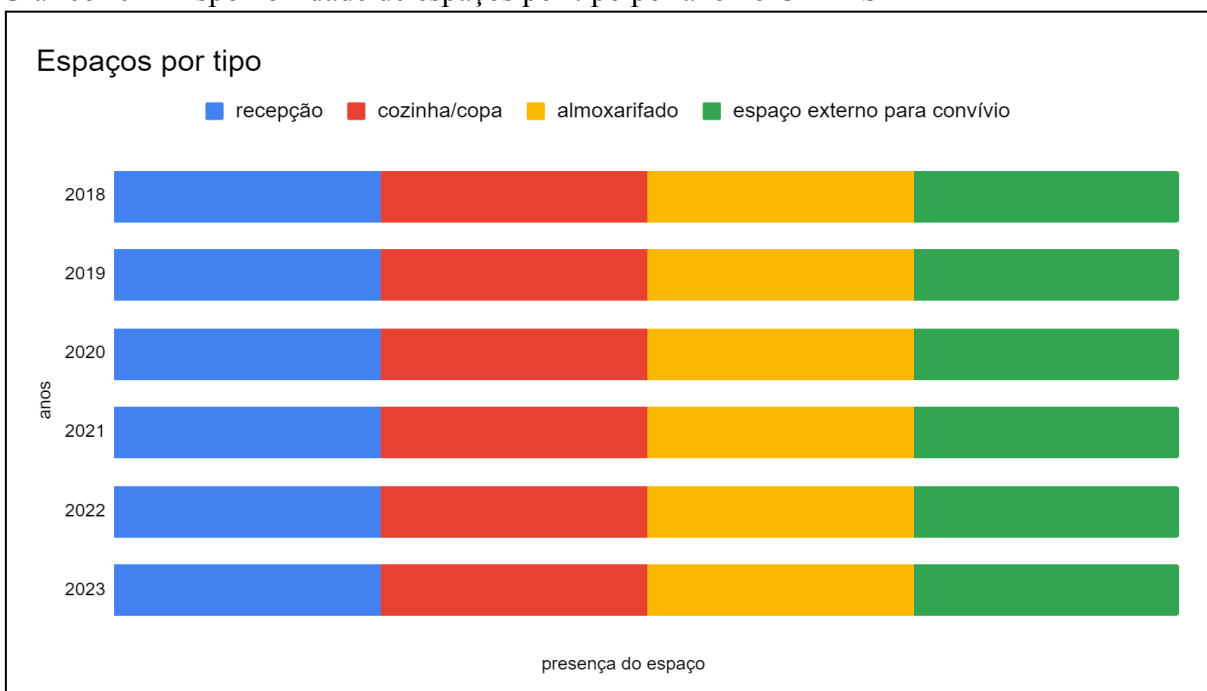
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Mariana

O CREAS foi implantado em 24 de março de 2009 e atua, desde então, como referência municipal de Mariana, o qual é um município de médio porte, exigindo, portanto, a existência de uma unidade CREAS. Houve mudança de endereço no ano de 2019, permanecendo o mesmo até 2023, localizado na Rua André Corsino, 115, bairro Centro. O imóvel alugado é utilizado exclusivamente pelo CREAS, e situado no centro comercial da cidade. Embora não seja em uma das ruas principais, é de fácil acesso e próximo a pontos de transporte público, atendendo satisfatoriamente às orientações quanto à localização.

Durante os anos de 2018 a 2023, o CREAS teve seu horário de funcionamento correspondente ao indicado pelas Orientações Técnicas de 8 horas por dia em 5 dias por semana.

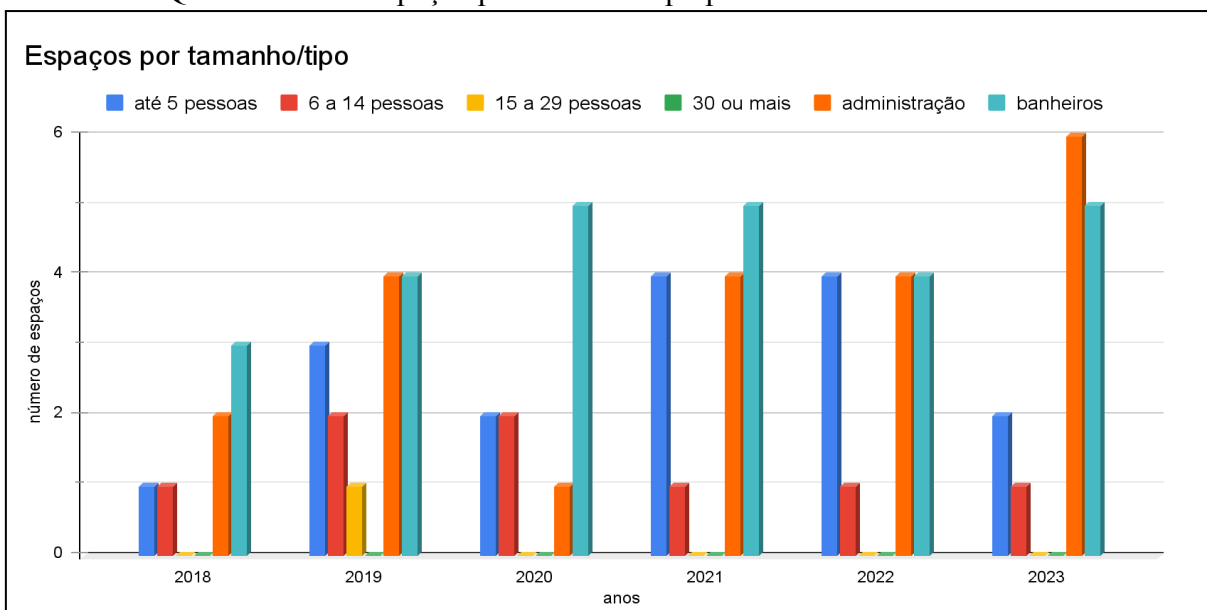
Quanto ao espaço físico, é possível observar, conforme os gráficos 19 e 20, que a unidade sempre teve à disposição espaços para recepção, cozinha/copa, almoxarifado e espaço externo para atividades de convívio. Quanto aos outros espaços, somente no ano de 2018 não havia a disponibilidade de 3 salas conforme exigido pelas Orientações Técnicas; somente em 2019 havia sala com capacidade de 15 a 29 pessoas e nunca houve a presença de salas com capacidade acima de 30 pessoas; a quantidade de banheiro sempre esteve acima do recomendado, assim como as salas de uso administrativo.

Gráfico 19 - Disponibilidade de espaços por tipo por ano no CREAS



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024

Gráfico 20 - Quantitativo de espaços por tamanho/tipo por ano no CREAS



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024

Nos anos de 2018 a 2023, o CREAS fez uso exclusivo de automóvel em suas atividades que demandaram deslocamento.

O quesito acessibilidade nos espaços físicos do CREAS apresentou inconsistências nas respostas dos formulários Censo SUAS: nos aspectos rota de entrada, rota entre os espaços internos e rota do banheiro, conforme o quadro 9, em alguns anos foi assinalado que não possuía recursos de acessibilidade e, em outros, que possuía, mas não conforme a norma

ABNT, impossibilitando uma análise precisa das adaptações do espaço para pessoas com mobilidade reduzida. Foi registrada, consistentemente, como sem adaptações, somente os banheiros e a ausência de outros recursos e tecnologias assistivas.

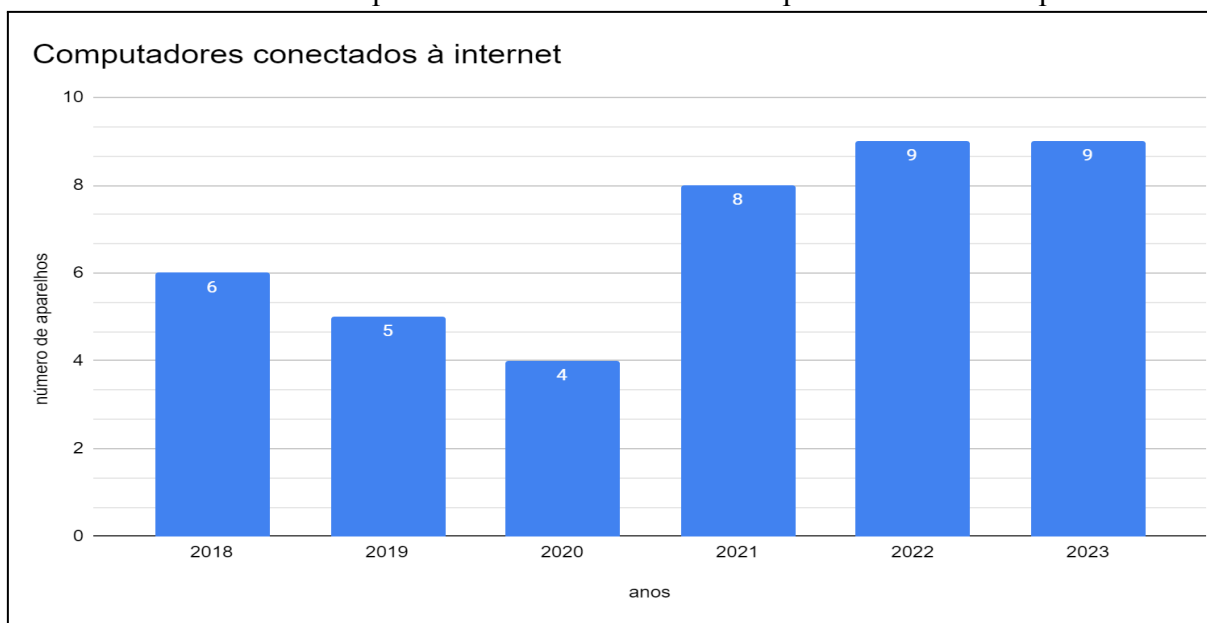
Quadro 9 - Condições de acessibilidade no CREAS

condições de acessibilidade	presença
rota de entrada	2019, 2022: não possui --- 2018, 2020, 2021, 2023: possui, mas não de acordo com normas ABNT
espaços internos	2019, 2022: não possui --- 2018, 2020, 2021, 2023: possui, mas não de acordo com normas ABNT
rota do banheiro	2019, 2022: não possui --- 2018, 2020, 2021, 2023: possui, mas não de acordo com normas ABNT
banheiro adaptado	não possui
outras adaptações	não possui

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

A disponibilidade de recursos de comunicação satisfaz às Orientações Técnicas do CREAS: dos seis anos analisados, sempre houve disponibilidade de telefone/celular e computadores conectados à internet. O gráfico 21 indica a variação do número de computadores ao longo dos anos analisados e a tabela 8 a disponibilidade de dispositivos por profissional, calculada pela relação entre a quantidade de profissionais nas equipes em cada ano e a quantidade de equipamentos disponíveis. Foram considerados, neste cálculo, apenas o quantitativo de profissionais de nível superior e médio, visto que os funcionários sem formação profissional desempenham tarefas de serviços gerais, zeladoria, manutenção, etc. que não demandam a utilização de internet.

Gráfico 21 - Número de computadores conectados à internet por ano no CREAS por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

O índice comparativo da tabela 9 aponta que, quanto mais afastado do valor 1, maior a quantidade de profissionais que dividem a utilização de um mesmo computador. Sendo assim, é possível observar que o ano de 2020 representou a maior carência de computadores na unidade e, os anos de 2021 a 2023, indicaram a menor carência de computadores, embora ainda em baixa quantidade.

Tabela 9 - Proporção de profissionais por computadores no CREAS por ano

Proporção profissional por computador						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
profissionais no ano	13	10	12	13	14	14
quantidade de dispositivos	6	5	4	8	9	9
média profissionais/dispositivo	2,2	2,0	3,0	1,6	1,6	1,6

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

No que diz respeito à identificação da unidade, a Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, de 2021, conforme a imagem 5, indica a existência de placa padronizada de identificação no CREAS.

Imagem 5 - Placa de identificação do CREAS



Fonte: Cartilha-Guia de Serviços Essenciais de Mariana, 2021.

2.4.2.2 Condições ético-políticas e de oferta de serviços

Conforme as Orientações Técnicas (MDS, 2011c, p. 48), o CREAS deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, o qual é um “serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos”. O Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade deve ser ofertado pelo CREAS quando à demanda no território, com articulação de ações complementares com a rede. O serviço Especializado em Abordagem Social pode ser ofertado pelo CREAS ou unidade específica referenciada ao CREAS se houver demandas no território. O Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias pode ser ofertado pelo CREAS ou unidade específica referenciada ao CREAS, quando houver demanda no território.

A articulação em rede é essencial para o atendimento da complexidade das situações vividas pelas famílias e indivíduos usuários do CREAS. As Orientações Técnicas pontuam a importância do CREAS estabelecer articulação com: CRAS; Gestão do Cadastro Único; Serviços de Saúde, em especial a Saúde Mental; Órgãos de Defesas de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas); Rede de Educação; Serviços de Acolhimento. Trabalho e geração de renda, bem como outros atores da rede, visando qualificar o atendimento ofertado (MDS, 2011c).

Durante a pandemia de Covid-19, o funcionamento dos CREAS foi regulado, assim como pelos CRAS, pela Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020). Assim, a análise do funcionamento do CREAS seguiu o mesmo molde que os CRAS.

CREAS Mariana

Durante os anos de 2018 a 2022, o CREAS acompanhou, pelo PAEFI, uma média de 368 pessoas por ano, sem dados do ano de 2023. As principais atividades realizadas no âmbito do programa foram: Acolhida Particularizada realizada por profissional de nível superior; Acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior; Acompanhamento individual/familiar; Acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Registro do acompanhamento individual/familiar em prontuário; Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e/ou individual; Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento; Elaboração de relatórios técnicos para o sistema de justiça; Grupo/oficina com famílias ou indivíduos; Orientação jurídico-social; Visitas domiciliares; Palestras; Ações

de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos; Apoio para obtenção de documentação pessoal; Orientação/acompanhamento para inserção no BPC; Encaminhamento para o CRAS; Encaminhamento do público prioritário para inserção no SCFV; Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; Encaminhamento para serviços da rede de saúde; Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho, etc.); Encaminhamento para o Conselho Tutelar; Encaminhamento para órgãos de defesa e responsabilização (Defensoria Pública, Promotoria, Ministério Público, etc.); Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único; Acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Em relação ao Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, não há registro coerente da quantidade de adolescentes atendidos, apenas que eram realizados atendimentos semanais e as atividades dos adolescentes foram prestadas em unidades da rede socioassistencial, projetos de cultura e unidades de outras políticas públicas, com suspensão durante a pandemia.

O serviço Especializado em Abordagem Social foi ofertado somente no ano de 2018, porém não com equipe exclusiva, em parceria com equipes de Saúde Mental, em uma frequência de 5 dias por semana.

O Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias não foi ofertado no município durante os anos analisados neste trabalho.

Quanto aos benefícios eventuais, foi concedido o Benefício Eventual em situação de vulnerabilidade social temporária apenas nos anos de 2018 e 2021.

É ressaltada, nas Orientações Técnicas, a importância da articulação entre o CREAS e a rede intersetorial do território. A análise das respostas extraídas dos formulários do Censo SUAS referentes ao CREAS serão sintetizadas no mesmo molde que os CRAS. Conforme o quadro 10, o CREAS manteve um alto nível de articulação com os serviços de acolhimento, Centro POP (implementado em 2019), CRAS, serviços de Saúde Mental, serviços de Educação, Judiciário, Ministério Público e com o Conselho Tutelar e unidades/serviços de outros municípios. Manteve um nível mediano de articulação com PETI, política de cultura, Centro Dia para Pessoa com Deficiência, Órgãos de emissão de documentação civil, delegacias e delegacias especializadas e Organizações da Sociedade Civil. Não houve articulação existente ou significativa com serviços/programas de Segurança Alimentar. Os

espaços em branco no quadro no ano de 2022 seguem as ausências de respostas do formulário.

Quadro 10 - Articulação entre o CREAS Cabanas e unidades da rede intersetorial por ano

Articulações						
unidade/ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023
serviços de acolhimento	completa	razoável	razoável	razoável	completa	completa
centro POP	inexistente no município	razoável	razoável	completa	completa	razoável
CRAS	completa	completa	completa	completa	completa	completa
PETI	inexistente no município	inexistente no município	básico	básico		inexistente no município
política de cultura	básico	básico	básico	básico	básico	básico
centro dia PCD	básico	inexistente no município	razoável	razoável		razoável
serviços de saúde mental	completa	razoável	completa	completa	completa	razoável
serviços de saúde	completa	razoável	completa	completa	completa	completa
serviços de educação	completa	completa	razoável	razoável	razoável	completa
órgãos de emissão documentação civil	básico	básico	básico	básico	básico	básico
serviços/programa de segurança alimentar	inexistente no município	inexistente no município	inexistente no município	inexistente no município		inexistente no município
judiciário, ministério público	completa	razoável	razoável	razoável		razoável
delegacia/delegacias especializadas	básico	básico	razoável	razoável	razoável	razoável
Organizações da Sociedade Civil	básico	nenhuma	nenhuma	nenhuma	básico	completa
conselho tutelar		completa	completa	completa	completa	completa
unidades/serviços de outros municípios	básico	razoável	razoável	razoável	razoável	razoável

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Nos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023, foram registrados atendimentos à comunidade quilombola, sem mais detalhes sobre aspectos do território e da população atendida pelo CREAS.

A garantia de sigilo não é especificamente detalhada em nenhuma normativa e, assim como na análise dos CRAS, será considerada a presença de salas de atendimento individual. Conforme o gráfico 20, dos espaços físicos dos CREAS, sempre houveram ao menos uma sala de atendimento individual. Não há registro sobre a presença de espaços/móveis para arquivo de prontuários e outras informações, entretanto, o GESUAS, *software* utilizado pelos

equipamentos da rede socioassistencial de Mariana, se atenta à questão do sigilo em alguns de seus mecanismos de segurança, como a necessidade de um código de acesso pessoal para realizar o *login* no sistema e a possibilidade de inserção de informações sigilosas sobre usuários em um campo específico do prontuário eletrônico, com a visualização permitida somente a profissionais envolvidos no caso, entretanto, não é possível saber se estes mecanismos já estavam disponíveis desde a implementação do *software* no município

Durante a pandemia de Covid-19, em consonância com a Portaria n.º 54, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), o CREAS permaneceu com o atendimento de portas abertas, presencial e com possibilidade de teleatendimento ou de atendimento agendado. Permaneceu em atendimento normal às demandas de benefício eventual, Auxílio Emergencial e Programa Bolsa Família. As atividades coletivas foram suspensas em 2020 e retornadas gradativamente em 2021, voltando a oferta normal em 2022. As visitas domiciliares foram reduzidas em 2020, com retorno gradual à frequência normal em 2021. Durante 2020 e 2021 a equipe trabalhou por escala e *home office*, com retorno à jornada de trabalho normal em 2022. Foi registrada uma quantidade insuficiente de EPI para atendimento, diferentemente do que foi registrado nos CRAS.

2.4.2.3 Aspectos referentes às equipes e condições de trabalho

Assim como na análise das equipes de referência dos CRAS, a NOB-RH é o documento que dá o direcionamento à composição das equipes de referência. A fins de fluidez do texto, serão apontadas, nesse tópico, apenas as orientações específicas às equipes de CREAS, enquanto o restante dos detalhes que forem comuns aos CRAS seguirão o mesmo molde de análise.

A equipe de referência de um CREAS de município em Gestão Plena deve ser composta por: 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio e 2 auxiliares administrativos (MDS, 2011b).

CREAS Mariana

Com relação ao coordenador da equipe CREAS, como não há o registro da experiência prévia do profissional, será considerado apenas sua presença e seu vínculo empregatício. Dos anos 2018 a 2023, permaneceu o mesmo profissional na função de coordenação da unidade, exercendo, de 2018 a 2021, apenas a função de coordenador e, em 2022 e 2023, simultaneamente com outra função na Secretaria Municipal de Assistência Social. De 2018 a 2019, o profissional ocupou o cargo como comissionado, nos anos seguintes, entretanto, como

servidor estatutário, seguindo às orientações da NOB-RH.

Foi registrado nos formulários Censo SUAS no aspecto das capacitações da equipe, que corresponde às orientações de Educação Continuada da NOB-RH, o estudo dos seguintes temas, nos anos 2018 e 2019: Gênero; População em situação de rua; Violências e violações de direitos; Trabalho Infantil; Criança e adolescente; Deficiência; População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero; Diversidade étnico-racial (questão racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais, etc.); violências e violações de direitos; Juventude; Envelhecimento; Sistema socioeducativos/medida socioeducativas /SINASE; Mundo do trabalho; Sistema de garantia e defesa de direitos.

As equipes de referência, conforme a tabela 10, sempre teve o número de assistentes sociais, psicólogos e advogados acima e dentro, respectivamente, do mínimo exigido pela NOB-RH. O número de profissionais de nível superior e de nível médio, entretanto, não alcançou, em nenhum ano, o mínimo exigido.

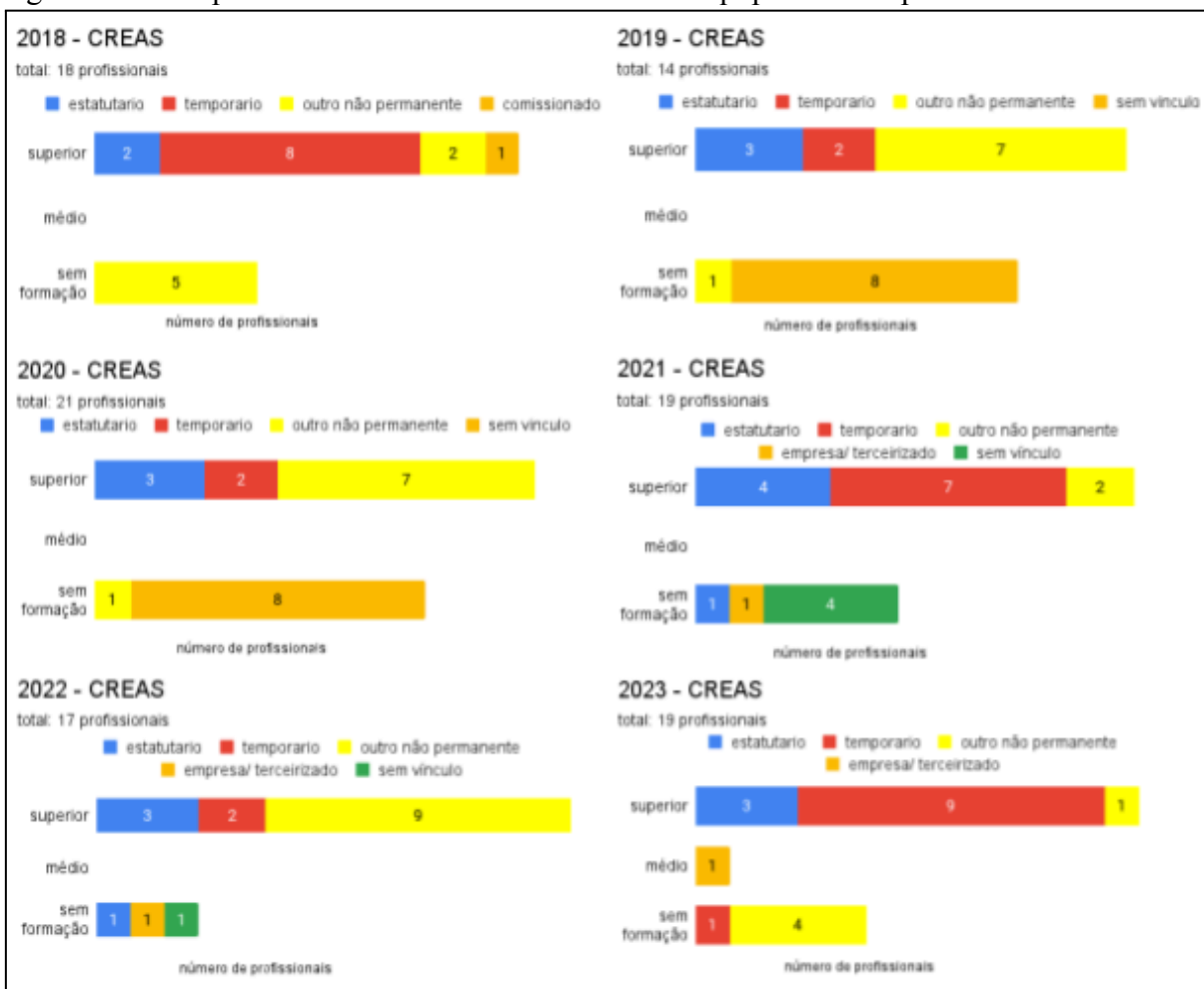
Tabela 10 - Composição das equipes de referência CREAS por ano

Equipe de referência CREAS						
profissional/ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023
assistente social	3	3	4	7	6	4
psicólogo	6	4	5	3	5	6
advogado	1	1	1	1	1	1
outro profissional de nível superior	2	2	2	1	1	1
terapeuta ocupacional	1			1	1	1
profissional de nível médio						1
sem formação profissional	5	4	9	6	3	5
Total	18	14	21	19	17	19

Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

No que tange aos vínculos empregatícios dos profissionais que compõem a equipe CREAS ao longo dos anos, conforme a figura 10, é perceptível o baixo número de servidores estatutários, concentrado nas profissões de nível superior, em relação ao somatório do número de servidores com vínculos temporários, não permanentes e sem vínculos. O aparecimento de profissionais vinculados a empresas/cooperativas/terceirizados também deve ser pontuado como uma fragilidade da política de Assistência Social em Mariana, dada a fragilidade dos direitos trabalhistas imposta a esses profissionais.

Figura 10 - Comparativo de escolaridade x vínculo da equipe CREAS por ano



Fonte: Censo SUAS. Elaboração da autora, 2024.

Assim como na análise dos CRAS, as fichas de recursos humanos dos formulários Censo SUAS respondidos pelo CREAS, é perceptível a grande rotatividade dos profissionais em razão de seus vínculos empregatício: profissionais com vínculos temporários, não permanentes, comissionados, de empresa/terceirizados e sem vínculos foram admitidos e desligados da equipe com frequência significativamente maior que dos profissionais estatutários, o qual é um vínculo efetivo. Considerando que a maior parte da equipe, ao longo dos anos, foi formada por profissionais com vínculos não permanentes, entende-se que essa tendência, desaprovada pela NOB-RH, fragiliza a política de Assistência Social, visto que não dá a devida sequência no fluxo de atividades do serviço e não fortalece o vínculo dos profissionais com a população atendida.

A análise da carga horária semanal dos profissionais levou às mesmas observações dos CRAS: profissões que exigem maior escolaridade ou emprega profissionais com vínculos mais sólidos tendem a ter uma carga horária fixa de trabalho, junto a, também, estabilidade da remuneração, em contraste com as profissões de baixa escolaridade e/ou com vínculos

empregatícios mais frágeis, em que a carga horária pode ser muito baixa, forçando o trabalhador a buscar outras fontes de renda complementares, ou muito alta, sobrecarregando o trabalhador em troca de uma baixa remuneração.

A estimativa salarial dos profissionais que integraram as equipes do CREAS não pôde ser mensurada com precisão, mas, possivelmente, segue a mesma tendência percebida na análise dos CRAS: profissionais com vínculos permanentes tendem a ter uma remuneração mais alta que os de vínculos instáveis, dentro das mesmas categorias profissionais.

Paralelamente, assim como percebido na análise dos CRAS, a baixa realização de atividades de capacitação é um fator de enfraquecimento da política, já que a qualificação do atendimento está fortemente ligada à qualificação do profissional.

Com a análise das quatro unidades CRAS e a unidade CREAS de Mariana, é possível perceber alguns detalhes como a carência e incoerência dos dados. Carência no sentido da superficialidade das perguntas dos formulários Censo SUAS, que dá margem para lacunas em diversas informações, além de muitas mudanças na configuração e na abrangência de questões dos formulários a cada ano. Incoerência no sentido da discrepância, por parte dos serviços, das respostas fornecidas às mesmas áreas temáticas a cada ano, de forma que não é possível identificar se trata-se da interpretação que o profissional que respondeu o questionário teve ao fazê-lo, ou se a dinâmica de funcionamento dos serviços é que muda bruscamente a cada ano, impossibilitando o reconhecimento de padrões e tendências na análise das informações recolhidas pelo Censo SUAS.

Em termos gerais, é perceptível que a capacidade de atendimento dos equipamentos não acompanha o crescimento da população usuária, não por incompetência profissional, mas por falta de infraestrutura e pessoal, sobrecarregando as equipes e gerando lentidão no atendimento das demandas dos usuários. Essa não correspondência entre a demanda da população e a capacidade de atendimento da rede socioassistencial expõe o sucateamento não só da Assistência Social, mas de todas as políticas sociais públicas em todo o Brasil.

Considerações Finais

O modo de produção capitalista, em todas as suas dimensões, torna o trabalho uma atividade enfadonha aos que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, visto que a pesada carga de exploração tira do trabalhador a satisfação de executar os processos de produção da mercadoria ou serviço e o substitui pela preocupação do suprimento de suas necessidades com a, geralmente insuficiente, quantidade de dinheiro que recebe como remuneração. A classe trabalhadora experimenta, cotidianamente, a incerteza do futuro, individual e coletivo, que se põe com os rumos que a sociabilidade têm tomado no sistema capitalista.

Ao longo da história brasileira, o trabalho passou por diversas transformações: a começar pelo trabalho escravo e, posteriormente, na adesão ao trabalho assalariado, é notório o uso massivo de força de trabalho em condições extremamente precárias ao trabalhador. O desenvolvimento do estado de Minas Gerais, neste mesmo cenário, vivencia, com a presença ativa da mineração na região de Mariana, condições precárias de trabalho e remuneração, principalmente para massa proletária de baixa escolaridade. Além disso, a história mineira é fortemente marcada pelo impacto ambiental em decorrência das diversas atividades extrativistas, principalmente de recursos não renováveis, como, por exemplo, ouro, manganês e minério de ferro.

No âmbito do serviço público, para além dos resultados mensuráveis da pesquisa, é possível ver o rebatimento do traço paternalista das relações de trabalho em Mariana, principalmente quanto à formação das equipes profissionais das unidades de serviço públicas, com cada vez mais trabalhadores contratados por meio de processos seletivos temporários em detrimento da falta de concursos públicos para ocupação das vagas. É percebida uma típica e forte cultura de pessoalismo e personificação de funções políticas pelos ocupantes de cargos administrativos, que enfraquece o devido funcionamento das políticas públicas conforme suas respectivas diretrizes e direito da população à transparência da gestão municipal.

A partir da pesquisa realizada e da observação do mundo do trabalho em geral, é possível perceber a relação entre alguns aspectos do trabalho: cargos que exigem maior escolaridade (geralmente ensino superior) tendem a contratar os profissionais a partir de vínculos empregatícios mais sólidos, que preveem maior estabilidade e remuneração em detrimento de cargos e profissões que não exigem alta ou nenhuma escolaridade, as quais costumam ter uma menor remuneração, com maior volatilidade do tempo de permanência do

trabalhador no posto de trabalho. A existência desse grupo de trabalhadores que está sendo sempre ameaçado de demissão, recebendo baixos salários, em condições geralmente precárias de exercício de sua função, está intimamente ligada, conforme explanado no capítulo 1, à manutenção da exploração do proletariado. Os grupos de trabalhadores com vínculos empregatícios estáveis e melhores condições de trabalho também não estão livres da exploração, somente têm seus direitos trabalhistas minimamente respeitados, em função da elevação, objetiva e subjetiva, dos sujeitos que acessam à educação e conhecimento técnico.

As políticas sociais brasileiras, demandadas para a viabilização do acesso da população aos seus direitos, sempre tiveram caráter fragmentado, fornecendo apenas os mínimos sociais, com restrito controle de fraudes intencionadas pelos usuários, impossibilitando qualquer possibilidade de ascensão social ou melhora razoável das condições de vida. São as políticas sociais, entretanto, que asseguram a sobrevivência de grande parte da população que vive à margem ou fora do mercado de trabalho. As políticas que compõem a Seguridade Social, nesse sentido, são de extrema importância para a população brasileira, e seu fortalecimento, de forma crítica e politizada, significa uma melhor qualidade de vida e de vínculos sociais para os brasileiros.

Assim como nas relações de trabalho supracitadas, a herança paternalista tem fortes rebatimentos na condução da política de Assistência Social em Mariana, tanto no que tange aos benefícios de alimentação e moradia, quanto à formação das equipes profissionais. A visão equivocada de caritativismo da Assistência Social é demasiadamente fortalecida nesse tipo de relação entre gestão e população, em contraposição ao enfraquecimento da política, funcional e ético-politicamente, no município.

O sucateamento da política de Assistência Social e, por conseguinte, a precarização do trabalho das/dos profissionais assistentes sociais, prejudicam diretamente o atendimento das necessidades coletivas e individuais da população que a acessa.

Referências

AGUIAR, Danielle Vidal de; **A influência da Igreja Católica no Serviço Social**. Mapas Mentais & Social. 14/05/2023. Disponível em: <https://www.mapasmentaisocial.com/post/a-influencia-da-igreja-cat%C3%B3lica-no-servi%C3%A7o-social>.

BARBOSA, Rafaela Jordana Rafael. **A dependência econômica da cidade de Mariana no segmento da mineração: uma análise do período de 2013 a 2017**. Monografia, Graduação em Economia. Universidade Federal de Ouro Preto–UFOP. Mariana, 2018. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1435/1/MONOGRAFIA_Depend%C3%aanciaSegmentoMinera%C3%A7%C3%A3o.pdf

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social - Fundamentos e História**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2016.

BERTOLLO, Kathiúça. **Classes e movimentos sociais: reflexões a partir do contexto da mineração extrativista e da formação em serviço social na UFOP**. In: “questão social”, mineração e serviço social: reflexões a partir da região dos inconfidentes. Editora UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital/ Tensions and possibilities of Social Welfare policy in the context of the crisis of capital**. Argumentum, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 16–29, 2016. DOI: 10.18315/argumentum.v8i2.12800. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília–DF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026)** - Brasília–DF: MDS, 2016

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Notícias. **Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial**. 01/04/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>

Brasil. **Portaria n. 54, de 1º de abril de 2020**. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União. Edição 64, Seção 1, página 6. 02/04/2020

CIPRIANO, Tamires da Silva; MOTA, Raquel. **Marco legal e mineração em Mariana–MG**. O Social em Questão, vol. 23, núm. 48, pp. 185-218, 2020. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.redalyc.org/journal/5522/552264320008/html/#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20da%20explora%C3%A7%C3%A3o%20massiva,2019a\)%20foi%20estendida%20a%20todo](https://www.redalyc.org/journal/5522/552264320008/html/#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20da%20explora%C3%A7%C3%A3o%20massiva,2019a)%20foi%20estendida%20a%20todo)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília–DF, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS - CRESS-MG. **O trabalho de assistentes sociais mineiras durante a pandemia**. Belo Horizonte–MG, 2022.

ESTÊVÃO, Tathiele Monic. **Cartilha-Guia de Serviços Socioassistenciais: Onde buscar informação e solucionar minhas demandas?**. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP; Cáritas Brasileira. 2021

FALEIROS, V. de P. **O que é política social?**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 58, p. 114, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1331>.

História da Assistência Social: da LBA ao SUAS. PORTÁBILIS blog. portabilis.com.br, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/historia-da-assistencia-social/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. IBGE CIDADES > Minas Gerais > **Mariana**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: out/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE Notícias > Desigualdades Sociais. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. 11/11/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>.

Mariana–MG, Brasil. **Diagnóstico Socioterritorial — Vigilância Socioassistencial**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania SEDESC. Prefeitura Municipal de Mariana–MG, 2020

Mariana–MG. Prefeitura de Mariana. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC). **Plano Municipal de Assistência Social Mariana Quadriênio 2022/2025**. Mariana–MG. 2023.

Mariana–MG. Prefeitura Municipal de Mariana, Secretaria de Saúde > Contatos. 2024. Disponível em: <https://pmmariana.com.br/contatos>. Acesso em: ago/2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. **FAQ 2022 Censo SUAS. 2022** Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/FAQ%20-%202022_CENSO%20SUAS_GERAL_Completo.pdf.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGI. **VIS DATA. Data Explorer**. 2024 Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n.º 130, de 15 de julho de 2005**. DOU 25/07/2005. 2005a. Disponível em: https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_874c022e71264786ac86454d91

[c7c923.pdf](#)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Gabinete da Ministra. **Portaria n.º 303, de 8 de novembro de 2011**. 2011a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2011/portaria%20Equipe%20Volante.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS anotada**. Brasília–DF, 2009a.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB-SUAS**. Brasília,-DF, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada**. Brasília–DF, 2011b. 144 p.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. - 1. ed. Brasília–DF, 2009b. 72 p.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília–DF, 2011c

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília–DF, 2005b

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014

NETTO, José Paulo, 1947. **Capitalismo monopolista e serviço social** — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

NUNES, Glauber. **A Assistência Social no Brasil: Seus anos iniciais e sua vinculação a instituições religiosas**. 2018. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-assistencia-social-no-brasil/569443870>.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil**. SER Social, Brasília, n. 6, p. 119–132, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i6.12852. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12852.

PINTO, Marina Barbosa; CERQUEIRA, Augusto Santiago. **Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 1, p. 38-52, jan. / jun. 2020. ISSN 1980-8518 DOI 10.34019.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação e da Assistência Social (SETHAS). **Cartilha Equipes Volante no Sistema Único de Assistência Social**. Natal–RN. 2020. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC00000000237560.PDF>

VILLANUEVA, E. R.; DE CARVALHO, I. M.; DELALÍBERA, M.; DE BRITO, R. L. **História da assistência social no Brasil**. Multitemas, [S. l.], n. 14, 2016. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1163>.